



Universidade Federal de Santa Catarina
Programa de Pós-Graduação em
Engenharia de Produção

Angelo Clemente Sganzerla

ENSINO A DISTÂNCIA NO BRASIL
LEGISLAÇÃO DE INCENTIVO FISCAL

Dissertação de Mestrado

Ilha de Santa Catarina

2002

Angelo Clemente Sganzerla

**ENSINO A DISTÂNCIA NO BRASIL
LEGISLAÇÃO DE INCENTIVO FISCAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção do Centro Tecnológico da Universidade Federal de Santa Catarina com requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Engenharia de Produção.

Orientador: Prof. Hugo César Hoeschl, Dr.

Ilha de Santa Catarina

2002

FICHA CATALOGRÁFICA

Sganzerla, Angelo Clemente.

Ensino a Distância no Brasil: legislação de incentivo fiscal /,
Angelo Clemente Sganzerla. -- Florianópolis, 2002.

155 p.

Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de
Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de
Santa Catarina.

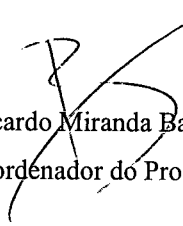
1.Ensino a distância 2.Sociedade da Informação 3.Legislação de
incentivo fiscal

Angelo Clemente Sganzerla


ENSINO A DISTÂNCIA NO BRASIL
LEGISLAÇÃO DE INCENTIVO FISCAL

Esta dissertação foi julgada e aprovada para a obtenção do grau de
Mestre em Engenharia de Produção no Programa de Pós-Graduação em Engenharia
de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina.

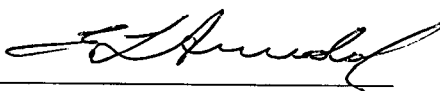
Florianópolis, 27 de março de 2002



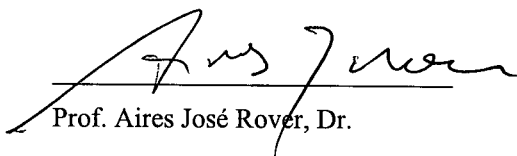
Prof. Ricardo Miranda Barcia, Ph.D.
Coordenador do Programa



Prof. Hugo César Hoeschl, Dr.
Orientador



Prof. Edmundo Lima de Arruda Jr, Dr.



Prof. Aires José Rover, Dr.

A minha esposa, Rosemary S. Cardoso, sempre incentivando...

A minha filha, Luisa Sganzerla, sempre presente.

A minha mãe, Zenaide Gloria Sganzerla, e ao meu irmão Albino Sganzerla Filho, a distância, mas presentes em minha vida.

AGRADECIMENTOS

Ao iniciar este trabalho, pode-se dizer que "sonhá-lo" foi o primeiro passo da sua consecução. Parodiando Neruda, acredito que *é a intermitência do sonho que nos permite suportar os dias de trabalho*. E, na medida em que nossos sonhos são compartilhados por outros, a dimensão de nossa realidade ganha contornos cada vez mais definidos de prazer.

Agradeço especialmente ao professor Ricardo Miranda Barcia, Ph.D, Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção.

Ao Professor Hugo César Hoeschl, Dr., meu orientador nesta aventura onírica, pelo privilégio de sua orientação e pela confiança depositada em mim.

À co-orientadora, Tânia Bueno D'Agostini, M., cujas indagações representaram, na realidade, incentivo e caminhos nas horas difíceis deste trabalho.

À contribuição do amigo, companheiro e professor Edmundo de Arruda Lima Jr, Dr..

Ao Carlos Augusto Monguilhott Remor, M., agradeço pela análise final deste trabalho, o que me foi de grande valia.

Parabenizo com louvor a Rita de Cássia Broering Nascimento e a Neiva Gasparetto, M., pela dedicação, competência e profissionalismo ao PPGE.

Agradeço também à Secretária do Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, aos professores do PPGE e à Capes, pela bolsa concedida.

Agradeço e me congratulo com todos os que participaram comigo deste sonho.

Sonhos...

A vida não basta ser vivida, também precisa ser sonhada...

Mario Quintana

O homem mais pobre não é o sem dinheiro: é aquele sem sonhos...

Max Forman

O homem não pode ser menor que seu sonho...

Lindolfo Bell

RESUMO

Nas últimas décadas, a humanidade passou a dispor de recursos tecnológicos jamais imagináveis em tão pouco tempo. Esses recursos implicam uma grande transformação da sociedade global, alterando inúmeros valores: a formação, o conhecimento, os relacionamentos, o tempo, a distância, entre outros. Em função do desenvolvimento acelerado em que a humanidade se encontra, é necessária urgentemente a criação de normas jurídicas que regem e direcionem esse progresso a favor da humanidade. A presente dissertação consiste na análise da legislação atual do Ensino a Distância no Brasil, propondo a necessidade de novas normas jurídicas para viabilizar o Ensino a Distância a toda a sociedade do novo milênio. A dissertação *Ensino a Distância no Brasil: Legislação de Incentivo Fiscal* tem o intuito de propor novas ferramentas legislativas, nos âmbitos estadual e federal, para catalisar o desenvolvimento da Educação a Distância no Brasil, em todos os níveis e modalidades de ensino e de educação continuada. A implementação do Ensino a Distância também tornará disponível uma infra-estrutura virtual que integrará as comunidades, as cidades, os estados, enfim, os homens, diminuindo todas as distâncias de um país de dimensão continental como é o Brasil e, principalmente, entre nós, os brasileiros.

ABSTRACT

As the last millennium drew to a close, humankind had at its disposal cutting-edge technologies that were never thought possible nor affordable to so many people in so short of a time. The new resources have caused society to go global, undergoing numerous changes in values and reshaping notions such as training, knowledge, relationships, time and distance, to mention just a few. The ever-accelerated pace of development of humankind urges us to update our legal system in order to meet the new needs, and to create a new legal framework to guide the advancement of all human beings. The purpose of this dissertation, the title of which is *The Legislation of Incentive for Distance Education in Brazil*, is to create new legislative tools, both at the state and federal levels, to catalyze the development of Distance Education in Brazil, at all levels and teaching modalities as well as in on-going education. This thesis analyzes the current legislation of Distance Education in the country and points to the need for new legal norms to universalize this activity in the new millennium. Distance education will provide the virtual infrastructure to integrate communities, cities, states, human beings, thus bridging the gap between Brazil's continental distances and, above all, between its citizens.

SUMÁRIO

RESUMO	8
ABSTRACT	9
INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1 – A CRONOLOGIA DO ENSINO A DISTÂNCIA	20
1.1 O Legado do Ensino a Distância.....	20
1.2 A Cronologia do Ensino Distância	22
1.2.1 Início do século XX	22
1.2.2 Década de 20.....	22
1.2.3 Década de 30.....	23
1.2.4 Década de 40.....	24
1.2.5 Década de 50.....	25
1.2.6 Década de 60.....	26
1.2.7 Década de 70.....	30
1.2.8 Década de 80.....	35
1.2.9 Década de 90.....	40
1.2.10 Início da década de 2000	58
CAPÍTULO 2 – GLOBALIZAÇÃO E O ENSINO A DISTÂNCIA	60
2.1 A Comunicação Através dos Séculos	60
2.2 A Informação Global	60
2.3 Imagem – A Informação Inteligente	64
2.4 A Distância Não Existe Mais.....	68
CAPÍTULO 3 – OS INSTITUTOS E O ENSINO SUPERIOR NO BRASIL	72
3.1 A Secretaria da Educação a Distância e Suas Ações.....	72
3.2 O INEP e as Siglas Avaliativas.....	74
3.3 A Necessidade de Financiar o Ensino Superior.....	77
3.4 O Corporativismo e o Imobilismo em Ação	79
3.5 Sociedade da Informação.....	82
CAPÍTULO 4 – DIREITOS CONSTITUCIONAIS, EDUCAÇÃO E O ENSINO ...	84
4.1 Justificativa Legal de Incentivo ao Ensino a Distância	84

CONSIDERAÇÕES FINAIS	91
----------------------------	----

BIBLIOGRAFIA	93
--------------------	----

APÊNDICE A.....	97
PROJETO DE LEI FEDERAL DE INCENTIVO AO ENSINO A DISTÂNCIA	/

APÊNDICE B.....	131
PROJETO DE LEI ESTADUAL DE INCENTIVO AO ENSINO A DISTÂNCIA	/

INTRODUÇÃO

A temática da presente dissertação *O Ensino a Distância no Brasil: Legislação de Incentivo Fiscal* surgiu durante as leituras das disciplinas do Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção (PPGEP), área de concentração Mídia e Conhecimento. A pesquisa foi constantemente reformulada, com a orientação precisa de Hugo César Hoeschl, que me instigou a buscar um conhecimento a ser aplicado em novos horizontes profissionais e sociais. Daí a razão de um bacharel em direito procurar um programa de mestrado aparentemente fora da área jurídica.

O interesse por relacionar ensino e direito vem sendo crescente. Todavia, ainda é uma novidade para o jurista a questão do aprendizado não presencial. Este parece decorrer dos tempos de globalização. De alguma maneira, minha experiência como cineasta também justificaria a opção pelo mestrado do PPGEP, na medida em que os cruzamentos de tecnologias com outros saberes confirmam a sua colação interdisciplinar.

Para dimensionar o potencial do ensino a distância, foi fundamental realizar uma pesquisa histórica no Brasil sobre o assunto, e encontraram-se registros de inúmeros cursos em diversas modalidades de ensino a distância, presente a partir do início do século XX. A opção metodológica de se fazer um histórico do ensino a distância no Brasil justifica-se como forma de testar a hipótese segundo a qual a criatividade na aplicação de avanços tecnológicos para a democratização da socialização é superar as resistências sociais, o que acaba por afirmar-se.

A pesquisa histórica, mesmo sendo descritiva, assinala o progressivo potencial do ensino a distância, principalmente quando agregado às novas tecnologias disponíveis em quase todos os continentes. É possível, com o ensino a distância, uma inegável contribuição à universalização do conhecimento. Trata-se de um espaço democrático não negligenciável.

Empolgado com a pesquisa histórica do ensino a distância, acabei – talvez inconscientemente – incentivado a regressar, ainda que de maneira sucinta, ao estágio pré-histórico da cultura, às origens do homem, aos seus ancestrais, como tudo começou: o fogo,

os sinais, as grafias e os primeiros sinais da globalização empreendida pelo homem. A idéia foi demarcar que sempre houve progresso entre os seres humanos (social, econômico, cultural), marcado pelos contextos da acumulação de capital, e avanço da cidadania, conquistada com luta.

A mundialização da informação marcou o seu início com a convergência das tecnologias (multimídias) inventadas no século XIX, como o telefone, a fotografia e o cinema. Primeiro foi o som convertido em energia, que, de forma lenta e rudimentar, começou a integrar os continentes do planeta. Em seguida, a fotografia (imagem) também se propagou pelos quatro pontos cardeais da terra, com seus negativos em lâminas de vidros, na forma de matéria. Mas quem poderia imaginar naquela época que a fotografia – imagem – iria se juntar ao telefone – som? Um dia ambos iriam caminhar juntos em todo os cantos do planeta, ainda que distintas as suas formas de socialização.

Hoje, novamente, está em voga a globalização do planeta. A imagem e o som são exibidos nas multimídias do mundo inteiro, embora o acesso, ainda hoje, esteja longe da democratização.

Quando comecei a freqüentar os laboratórios do PPGE, fiquei logo instigado em saber como poderia utilizar os recursos da multimídia para atingir o objetivo da minha dissertação, qual seja: como resgatar uma reflexão fundamentada para justificar a hipótese segundo a qual a tecnologia disponível sobre o ensino a distância é fundamental para uma socialização mais dinâmica da cultura. A partir desse objetivo, é imprescindível o seguinte questionamento: como foi e é ainda possível manter relativamente estagnada a humanidade quanto aos costumes, à cultura, à religião, ao conhecimento, ao pensamento dos homens? Trata-se aí da questão de relação entre democracia (e não-democracia) e informação (e não-informação). Por que há tanta informação em alguns centros e, ao mesmo tempo, a grande massa, *admirável gado novo*¹, não tem acesso a nenhuma informação? É possível avaliar a desigualdade social de uma nação (ou etnia) mensurando-a através da informação a que tem acesso? Como podemos permitir entre nós essa desigualdade de proporções colossais ainda persistente no Brasil? O fato se agrava em escalas insuportáveis (desumanas) quando consideramos a situação dos países abaixo do Equador, os periféricos da América Latina e da África.

A partir desse observatório, comecei a buscar as ferramentas para uma nação.

¹ RAMALHO, Zé. **20 anos: antologia acústica**. Manaus: Sonopres, c1998. 2 CD (90 min).

Essa nação não se confunde com Estado. Nação é um conceito mais sócio-histórico que jurídico. Renan na famosa conferência pronunciada na Sorbone, em 11 de março de 1882, com o título “Que é Uma Nação?”, e Fustel de Coulanges na célebre resposta a Mommsen, em 27 de outubro de 1870, deixaram estabelecido de uma vez para sempre que não é a comunidade de língua nem de raça que faz uma nação, mas uma comunhão de passado, de tradições, de valores, de ideais, de interesses, de recordações, de esperanças, de herança cultural e de vontade de viver em conjunto.

Para Renan, a nação era um princípio espiritual, uma comunhão de sentimentos e vontades identificando nação e civilização. Essa é, sem dúvida alguma, uma concepção fortemente idealista ou até idealizada. Os idealistas, além de tudo o que Renan e Coulanges aceitam, não podem desprezar os fatores representados pelo idioma, raça, território e propõem uma síntese dos elementos objetivos e subjetivos, embora com o primado dos últimos. George Davy diz pitorescamente que a nação não é um substantivo auto-suficiente, pois necessita de um adjetivo qualificador da terra dos ancestrais.²

Nos capítulos que se seguem o conceito de *nação* é conceituado operacionalmente de forma por vezes aparentemente confusa como homem, sociedade, humanidade ou civilizações. Não se trata de uma imprecisão condenável pelos antropólogos, mas referência ao homem no social. As teorias passadas visam o futuro, ou seja, foram desenvolvidas para suas aplicações num futuro possível. Mas essas teorias acabaram extrapolando os seus objetivos originários, possibilitando inúmeras aplicações, participando sempre do futuro, das novas conquistas do conhecimento, embora tais conquistas nem sempre sejam disponibilizadas ao acesso popular. Mas ainda estamos em transição para essa nova era, reformulando as relações, as línguas, as sociedades, a interação e a integração da humanidade com a ciência.

O que viabiliza essa tendência, segundo a qual o passado participa do futuro, são as escolas, as universidades, os centros do saber da humanidade. A prática instrumental e tecnológica utilizada pelos acadêmicos tradicionais ainda hoje é positivista. Será nosso destino carregar o fardo que gera o desinteresse da civilização de utilizar as ferramentas pedagógicas do passado para a prática da licenciatura? Como resolver esse problema? Como superar a resistência ao novo se a tradição se afirma pela repetição e não pela inovação?

Esse fardo é comprovado na atualidade com a seguinte constatação: o som, a imagem, a comunicação, os inventos, as poderosas fórmulas da química, da física, o legado dos grandes gênios da humanidade possibilitaram a transformação em grande escala, por

² DAVY, George. *Eléments de sociologie* 1. **Sociologie politique**. 2. ed. Paris: J. Vrin, 1950.

uma minoria atual de cientistas, do mundo. Ao mesmo tempo, a maioria da humanidade está alheia a esse processo. É por opção ou por falta de oportunidade de acesso ao conhecimento? É devido a uma exclusão planejada ou por ausência de incentivos que encurtem a distância entre cultura de elite e cultura popular?

Não se tem a pretensão aqui de detalhar *o futuro social-tecnológico ou a sociedade da informação* que esta dissertação pré-visualiza, até mesmo em razão da complexidade do tema, o qual mereceria uma tese. Nesse sentido, a distribuição dos capítulos não se deu de forma proporcional, já que alguns estão mais ligados ao passado, outros ao presente ou ao futuro. Uma dissertação de mestrado é também um resgate do mosaico de novos saberes que se quer reorientar.

Dadas as questões relevantes debatidas na presente dissertação, o texto foi dividido em capítulos e subcapítulos, conforme descrito a seguir.

No Capítulo 1, **A Cronologia do Ensino a Distância** traça-se uma retrospectiva de uma fato histórica do Ensino a Distância no Brasil – Passado, Presente e Futuro. O objetivo é o de situar as progressivas iniciativas de socialização do progresso tecnológico no Brasil.

No Capítulo 2, **A Globalização e o Ensino a Distância**, no subtítulo 2.1 – *A Comunicação Através dos Séculos*, é apresentada uma revisão do conteúdo sobre a importância da manifestação da comunicação por meio dos principais registros da tendência crescente à mundialização da informação, da inovação em ações concretas de aplicação. Apresentam-se, também, os reflexos das ferramentas nesse processo, as suas contribuições e a tarefa de elo (passado–presente–futuro) que interliga o intelecto e o registro para o relativo desenvolvimento da humanidade. São comentados o desenvolvimento desses registros e a necessidade de uma releitura, tendo presentes a informação de outrora e a era virtual (ou era da informação). Esse texto, apesar de pequeno, é apresentado com o *status* de capítulo, porque é a base dos temas e dos demais assuntos abordados em toda a dissertação.

No Subcapítulo 2.2, **A Informação Global**, apresenta-se uma versão moderna da comunicação globalizada da sociedade, em que todos desfrutam da imagem como o prenúncio do Grande Irmão (*Big Brother*), as câmeras, como no filme 1984³.

³ 1984. Direção: Michael Radford. Direção de fotografia: Roger Deakins. Direção e roteiro: Michael Radford. Música: Eurythmics; Dominic Muldowney. Produção: Simon Perry. Atores: John Hurt, Richard Burton, Suzanna Hamilton, Cyril Cusack e Gregor Fisher. Virgin Film. 1 filme (123 min), son., color., 35 mm. Baseado no livro 1984, de George Orwell. Em uma ditadura totalitária na qual o Estado controla cada gesto de cada cidadão, um humilde funcionário se apaixona, tenta enfrentar a repressão e é esmagado pelo sistema. Filme de ficção em que as pessoas são constantemente monitoradas pelo Estado através de câmeras que os impedem de desenvolver a intelectualidade.

Onde quer que estejamos ou para onde quer que vamos sempre há uma câmara para enquadrar a nossa imagem, os nossos atos. Este subcapítulo também discute até que ponto os homens têm a necessidade de nutrirem-se das imagens, dos sinais. A globalização começa a exigir algo mais das imagens, algo mais que o mero consumo simbólico. O homem consome cultura, mas necessita primeiro consumir calorias.

Nesse subcapítulo são identificados os princípios comuns do homem do século XX e as reflexões da sociedade atual, sem abandonar o caráter de cientificidade positivista. A globalização na profundidade da reflexão deve também estar voltada para a atuação do homem profissional em uma atividade de razão intelectual que comprove a sua utilidade social, podendo-se, assim, falar de uma técnica para a emancipação, ao contrário do que pensava **Heidegger**.

No Subcapítulo 2.3, **Imagem – A Informação Inteligente**: surge a televisão, discute-se, então, como a sociedade está utilizando essa máquina, esse aparelho, na sociedade e o que se pode incrementar como acessório, para desenvolver mentes críticas e pensamentos nos espectadores passivos – de antes – gerados pela televisão.

Levando-se em conta que a televisão procurou imprimir a idéia de desenvolvimento a tudo o que ela exibia, apesar de abordar parcialmente o que apresenta, todos os cidadãos foram envolvidos por ela. É a torre de babel que a humanidade estava esperando para se comunicar entre si, ou melhor, a globalização da comunicação, das multilínguas. É de se questionar o que vislumbramos nesse processo (estátua de Janus).

Esse é o ponto em que estamos. Mas para que serve esse aparelho que está em milhões de lares, em centenas de nações? Como a televisão ganhou um espectro de superioridade, de senhor dos senhores? Como pode toda a civilização acreditar em um grande fantasma como as imagens, às vezes verdadeiras, às vezes falsas? Como o saber erudito e reflexivo foi subsumido pela indústria cultural?

A escola não é mais o principal formador de valores da nação e do ser humano. O conhecimento através da imagem, do som, da multimídia está sendo o grande transformador do homem como nação. Como utilizar a dominação desse espectro, desse aparelho, para impor uma nova ordem social, mais livre, resgatando os cidadãos e inserindo-os ativamente numa globalização democrática?

Esboça-se nesse capítulo algumas relações dos homens com as tecnologias, definidas operacionalmente aqui nesta introdução como o futuro social-tecnológico que mudará o pensamento e os valores da humanidade e que globalizará as nações e etnias.

No Subcapítulo 2.4, **A Distância Não Existe Mais**, é apresentado o futuro no presente, os meios que movem a sociedade atual na velocidade da luz em todos os continentes. É o futuro no presente, ou seja, poucos no futuro e muitos no passado. A distância clássica, de longe, não existe mais. A distância e o tempo se tornaram virtuais. A sociedade vive ativamente e se move para todos os pontos geográficos durante as vinte e quatro horas do dia, desprezando os períodos definidos conforme a posição do Sol.

Os fortes impactos tecnológicos sobre as mais diversas áreas do conhecimento, as ferramentas do ensino a distância na pedagogia presencial e nas relações humanas também são analisados. O destaque nesse subcapítulo é a analogia do fogo e da informação, ou seja, o que essas ferramentas virtuais propiciaram aos homens do passado e do presente.

O Capítulo 3, **As Instituições de Ensino Superior no Brasil**, traz uma análise da política atual dos dirigentes e das instituições que coordenam o 3º Grau. Cogitou-se a possibilidade de não incorporar esse capítulo à dissertação, porque certamente envelheceria precocemente em relação aos outros, em função da dança do poder – movimentada mudança dos dirigentes – nas instituições, com reflexos conseqüentes das mutações e deformações nos (pensamentos) projetos e diretrizes sobre o ensino.

Conseqüentemente, esse capítulo não se harmoniza com temas obsoletos. Quanto mais rápido ele se tornar obsoleto, mais rápido as instituições de Ensino Superior entrarão em processo de evolução.

Esse capítulo busca, ainda, analisar de maneira sucinta e objetiva o setor de Ensino Superior brasileiro. Tive a preocupação em manter-me imparcial ao estudar os textos, artigos, entrevistas e alguns aspectos das instituições de Ensino Superior (públicas e particulares).

O que se pretende nesse capítulo, portanto, é uma reavaliação possível que explicita necessidades elementares, de reformulação no Ensino Superior, visando principalmente às novas profissões, à qualificação dos profissionais, às instituições públicas e particulares de Ensino Superior e a algumas necessidades do MEC em função do contexto globalizante. Esse capítulo subdivide-se nos seguintes tópicos:

- 3.1 *A Secretária de Educação a Distância e suas Ações*: quanto à Secretária de Educação a Distância, restringi-me a uma reportagem de suas ações e programas voltados ao ensino a distância. Ao pesquisar sobre a Secretaria de Educação a Distância, encontrei teses e dissertações dedicadas exclusivamente à análise e avaliação dos programas e ações que a mesma vem desempenhando. Os

principais programas são reportados, com base no portal da Internet, com informações da própria Secretária de Educação a Distância.

- 3.2 *O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (Inep) e suas Siglas Avaliativas*, nos últimos 50 anos de sua atuação, a metodologia e os modelos de análise empregados na avaliação.
- 3.3 *A Necessidade de Financiamento do Ensino Superior*: é proposta num novo programa de refinanciamento às universidades públicas. O montante do recurso, em tese, continuaria o mesmo. Preconiza que o sistema atual de financiamento das instituições de Ensino Superior públicas é arcaico. Por vezes, percebemos que, quanto mais o Estado aumenta os recursos financiadores para a educação, mais estes desviam do seu objetivo.
- 3.4 *O Corporativismo e o Imobilismo em Ação*: constitui uma análise da política educacional do momento, ou seja, dos últimos sete anos do Governo Fernando Henrique Cardoso, revelando as tendências das instituições de Ensino Superior no Brasil, com depoimentos e embates publicados em jornais e revistas de circulação nacional, que envolvem alguns dos principais reitores e o ministro da Educação e preconizam a política educacional do Fundo Monetário Internacional (FMI) para as instituições públicas de Ensino Superior do País.
- 3.5 *Sociedade da Informação*: apresenta a conclusão a respeito dos tópicos discutidos.

No Capítulo 4, **Direito Constitucional e Educação**, no subtítulo 4.1, *Justificativa Legal de Incentivo ao Ensino a Distância*, virtude da quarta geração dos direitos fundamentais e da globalização política, das mudanças tecnológicas em progressão geométrica e constante na sociedade e do direito como parte integrante e reguladora das novas relações, é necessário justificar a legislação aqui pertinente do incentivo ao fiscal do ensino a distância. Na Constituição Federal encontramos um feixe de dispositivos legais normalizando a educação, com a responsabilidade e incumbência de contribuição para a solução da educação.

A educação na Constituição Federal integra os direitos fundamentais e sociais com especial proteção. Todos os homens têm o direito de exercer o seu intelecto por meio do ensino. É essencial esse tratamento para que todos os cidadãos tenham nos dias de hoje o acesso e a igualdade para adquirir o conhecimento que irá qualificá-los dignamente para a sociedade.

Com os dados da demanda educacional nas instituições de Ensino Superior no Brasil, fundamentados nos direitos fundamentais e nos direitos sociais da Constituição Federal, o Estado brasileiro e a iniciativa privada estarão em dificuldade para disponibilizar nos próximos dez anos o número de vagas do Ensino Superior para os seus cidadãos. O ensino a distância é uma opção complementar para o acesso à cultura. Há que se democratizá-lo.

Esta dissertação comunga com a idéia de que, com esforços do Estado e da iniciativa privada, do ensino presencial, principalmente com os incentivos necessários para implantar o ensino a distância em todo o país, estar-se-á no caminho certo para que todos os brasileiros fiquem aptos a uma nova ordem social e global, mais solidários e menos desiguais.

Finalmente, com uma visão globalizada e futurista, esta dissertação pretende dar a sua contribuição ao oferecer à comunidade (acadêmica e social) o exercício da cidadania, sinalizando caminhos e mecanismos para que todos tenham o livre acesso e a devida oportunidade de se prepararem e de se integrarem a uma nova era. Esse é o *futuro social-tecnológico, a sociedade da informação*.

CAPÍTULO 1 – A CRONOLOGIA DO ENSINO A DISTÂNCIA

1.1 O Legado do Ensino a Distância

Justifico a importância de um levantamento histórico do ensino a distância (EAD) por, a partir de uma lista cronológica de nomes, mantenedores e atividades na área, possibilitar a construção de um caleidoscópio de fatos imaginais e reveladores do poder de encurtar distância e levar o conhecimento ao longínquo e extenso território brasileiro. São inimagináveis os números das faces – e fatos – do caleidoscópio do ensino a distância.

Início do século. Tempos Modernos de Charles Chaplin em cartaz para diversão espelho/símbolo da modernidade no início do século XX. O homem assiste ao mundo sem se locomover. Podemos até sugerir uma metáfora: tudo gira em torno do homem. Adeus às caravelas, aos navios a vapor, agora há local e hora certos para desembarque no novo mundo, América. Locomotivas, eletricidade, o automóvel, Santos Dumont inventa o aeroplano, o telefone avança nos continentes. O cinema, a televisão, a primeira transmissão transatlântica do rádio, o rádio que todos escutam. O homem chegou realmente à modernidade com o rádio.

Quem se empolga com o rádio e sua modernidade tecnológica no Brasil é o médico Edgar Roquette Pinto, que funda em 1932 a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, que começa a operar diretamente das instalações da Escola Politécnica, para todo o Brasil, com o propósito de enviar as ondas eletromagnéticas de frequências curtas e médias, transmitindo conhecimento a cada canto do País. Um pouco de educação, de ensino e de alegria à nação. São transmitidos os cursos de português, francês, silvicultura, literatura francesa, esperanto, radiotelegrafia e telefonia, entre outros.

Apesar da modernidade, não se estava satisfeito com o ensino a distância. Não era suficiente ensinar somente por meio das ondas de rádio, do som. Na capital do Brasil, em 1927, é criada a Comissão de Cinema-Educativo do Rio de Janeiro, e o ensino a distância começa a se envolver com imagens para educar.

Para ilustrar um dos contrastes da época, apesar da modernidade do rádio e do cinema, médicos como o fundador da Rádio Educativa perdiam em seu consultório seus pacientes. Bastava uma simples infecção, uma gripe, e perdia-se o paciente.

A epidemia ocorrida no início do século denominada de Gripe Espanhola levou milhares de cidadãos para os eternos cemitérios. O *know-how* da medicina estava muito atrasado. Os conhecimentos e a ciência da medicina eram quase os mesmos dos séculos XV ou XVI. A medicina não tinha ainda descoberto a penicilina, que só foi descoberta em 1928 por Alexandre Fleming¹. Mas a penicilina só começou a ser empregada no Brasil após a Segunda Guerra Mundial.

Se, para os males das doenças, o melhor remédio, como ainda é hoje, era a medicina preventiva, como prevenir sem disseminar o conhecimento? Em 1932, o Professor Oswaldo Diniz Magalhães, com o lema *corpo são, mente sã*, inicia o programa de aulas de ginástica no rádio, com suporte de mapas impressos para orientar os exercícios, a partir da cidade do Rio de Janeiro.

Em Santa Catarina, na cidade de Concórdia, um colono, agricultor, declara:

Eu costumava ligar o rádio pela manhã e ouvir a retransmissão do programa Hora da Ginástica, do Professor Oswaldo Diniz Magalhães, com Jorge de Souza ao piano, produzido no Rio de Janeiro. Entusiasmei-me com os argumentos do Professor Oswaldo a respeito da importância da ginástica na formação do homem e mandei comprar em São Paulo os mapas de exercícios, um de movimentos livres, outro de movimentos com bastão. E comecei a praticar metodicamente essa ginástica. Dei-me tão bem que a transformei em hábito diário durante muito tempo.

E posso dizer que esse hábito me fez muito bem; conservei a forma e a resistência físicas, e de certo modo até o equilíbrio emocional, graças a esse programa. É que, além da ginástica, ele ministrava ensinamentos de disciplina interior, fazendo no início considerações judiciosas em torno das efemérides do dia ou desenvolvendo pensamentos positivos com a intenção de descontrair e manter em harmonia a mente dos seus discípulos. Em tempos passados, eu comentava e recomendava com insistência aos amigos o programa do Professor Oswaldo. E mais de um pediu e mandou vir de São Paulo, por meu intermédio, os mapas dos exercícios, passando a praticá-los. Inclusive meu sobrinho Romano Anselmo Fontana, residente em Concórdia e hoje superintendente da Sadia. Ele sofria de reumatismo crônico, porque no início de nossas atividades trabalhou muito, como eu mesmo, na umidade, às vezes, na própria lama, lidando com porcos ou até mesmo carregando-os. Era um serviço em que tínhamos que enfrentar o mau tempo, por pior que fosse. Houve uma fase em que, durante dois ou três anos, ele foi obrigado a fazer uma temporada de banhos nas águas sulfúreas de Chapecó, próximo a Concórdia, e realmente sentia-se melhor. Mas começou a praticar a ginástica e nunca mais sofreu de reumatismo, como já havia acontecido comigo. E assim como ele, muitas outras pessoas ouviram os meus argumentos e tornaram-se radioginastas.

¹ LIVRO DOS INVENTORES. *História das invenções*. Ano I – nº 1. São Paulo: Uned – União de Editoras Nacionais Ltda, 1996.

Fiz grande amizade com o professor Oswaldo no tempo em que morei no Rio de Janeiro como Deputado Federal.²

Esse depoimento é do Senhor Atílio Fontana, *ad vitam*, prefeito de Concórdia, deputado federal, dois mandatos, secretário de Estado, senador da República, vice-governador do Estado de Santa Catarina, fundador e presidente das Empresas Sadia, um dos maiores empresários do País.

Com essa breve introdução, agora é possível apreciar a cronologia do ensino a distância no Brasil. Entretanto, imaginar o que foi proporcionado à nação dos brasileiros é impossível. Nada mais somos do que fomos. Somos a nossa cultura histórica.

1.2 A Cronologia do Ensino Distância

1.2.1 Início do século XX

1904

Escolas Internacionais (EUA) – Cursos por correspondência pagos, divulgados em anúncios de jornais na cidade do Rio de Janeiro, oferecidos por uma representação no Brasil de uma escola norte-americana. Cursos inicialmente em espanhol. De um catálogo de 75 cursos, em 1971, dez deles já estavam traduzidos para o português. Na década de 70, as Escolas Internacionais atendiam a demandas das empresas Nestlé, Duratex, Singer, Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira e Ford-Willys do Brasil.

1.2.2 Década de 20

1923

Rádio Educativa – Criação da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, pelo médico Edgard Roquette Pinto. A rádio começa a funcionar nas instalações da Escola Politécnica,

² FONTANA, Atílio. **História da minha vida**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1980. p. 201-204.

com o propósito de “levar a cada canto um pouco de educação, de ensino e de alegria”. Oferta de cursos de português, francês, silvicultura, literatura francesa, esperanto, radiotelegrafia e telefonia.

1927

Cinema Educativo – Criação da Comissão de Cinema e Educação do Rio de Janeiro.

1.2.3 Década de 30

1932

Ginástica via Rádio – Aulas de ginástica via rádio do Professor Oswaldo Diniz Magalhães, com suporte de mapas impressos para orientar as posições dos exercícios. Cidade do Rio de Janeiro.

Manifesto “Pioneiros da Escola Nova” – Lançamento do manifesto *Pioneiros da Escola Nova*, no qual educadores propõem o uso dos recursos tecnológicos como o rádio, o cinema e impressos para a educação brasileira.

1934

Rádio-Escola Municipal – Criação da Rádio-Escola Municipal, no Rio de Janeiro, por Edgard Roquette Pinto. Emissões radiofônicas consorciadas com folhetos e esquemas de aula. Interação com os alunos por meio de correspondência. Programas diários com três seções distintas: Hora Infantil, com 402 irradiações em 1934, Jornal dos Professores, com 288 irradiações, e Suplemento Musical (Discotheca Municipal).

1936

Instituto do Cinema Educativo – Ministério da Educação. Criação do Instituto Nacional do Cinema Educativo, absorvido em 1966 pelo Instituto Nacional de Cinema.

Rádio Ministério da Educação – Edgard Roquette Pinto/MEC. Doação da Rádio Sociedade ao Ministério da Educação e Saúde, sob a condição de ser utilizada somente com finalidades educativas. Surge, assim, a Rádio Ministério da Educação.

1937

Radiodifusão Educativa – Ministério da Educação. Criação do Serviço de Radiodifusão Educativa do Ministério da Educação.

1939

Instituto Monitor – Cursos Profissionalizantes. Criação do primeiro instituto brasileiro para a oferta sistemática de cursos de iniciação profissionalizante a distância. Modalidade de ensino por correspondência. Os primeiros cursos oferecidos foram no ramo da eletrônica, formando radiotécnicos.

1.2.4 Década de 40

1941

Instituto Universal Brasileiro – Criação do instituto que viria a ser o maior difusor de cursos profissionalizantes a distância no Brasil no século XX, pela modalidade de ensino por correspondência.

Universidade do Ar (RJ) – Emissões radiofônicas para a formação de professores leigos.

1943

A Voz da Profecia (RJ) – Instituição de EAD voltada para a evangelização. Produção de sete cursos de ensino por correspondência, com 25.000 matrículas acumuladas até 1977.

1947

Universidade do Ar (RJ) – Curso Radiofônico da Universidade do Ar. Primeira experiência do Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (Senac) com técnicas de educação a distância, em parceria com o Serviço Social do Comércio (Sesc/SP). Treinamento de comerciários e de comerciantes em técnicas comerciais. Em 1950, chegou a alcançar mais de 90 mil alunos, em 318 cidades cobertas por estações de rádio durante o período de 1947 a 1962, quando foi desativada.

1.2.5 Década de 50

1950

Projeto de TV Educativa – Edgar Roquette Pinto elabora projeto para criar a primeira TV educativa do Brasil, projeto que não foi efetivado por falta de verba.

1957

Radioeducação – Instituição do Sistema Radio Educativo Nacional (Sirena). Produção de programas veiculados por emissoras espalhadas por todo o País.

Escola Líder (SP) – Criação da instituição. Oferta de cursos profissionalizantes. Ensino por correspondência.

1958

Escolas Radiofônicas – A Igreja Católica, em Natal, Rio Grande do Norte, inicia experiências de educação popular via rádio, com o Serviço de Assistência Rural (SAR). Início das escolas radiofônicas naquele estado.

1959

Escola Radiofônica de Aracaju – A Diocese de Aracaju inicia experiência de implantação de escolas radiofônicas na região, em convênio com o Sirena.

1.2.6 Década de 60

1960

Movimento de Educação de Base (MEB) – Contrato da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) com o Sirena, para estender o modelo das escolas radiofônicas do RN para outros estados do Nordeste e para as regiões Norte e Centro-Oeste. Surge o Movimento de Educação de Base (MEB) como um serviço de educação a distância não-formal.

1961

Movimento de Educação de Base (MEB) – MEC/CNBB. Início efetivo do serviço radiofônico com material impresso e grupos locais, para programas de alfabetização, conscientização, politização, educação sindicalista, instrumentalização das comunidades e animação popular. Até 1965, último ano de operação do MEB, desativado oficialmente por conflito com a orientação política do governo militar instaurado em 1964, 4.522 grupos de alunos estavam organizados em escolas radiofônicas.

Fundação João Batista do Amaral – Programa de alfabetização de adultos, com veiculação pela TV Rio até 1965.

Violão e Guitarra – Cursos Especializados Ultramodernos (RJ) – Escola de educação aberta por correspondência, com técnicas de iniciação musical. Cursos para o aprendizado de violão e guitarra.

1962

Curso de Detetive – Oferta pelo Instituto de Investigações Científicas e Criminais (RJ) de cursos para a formação de detetives e de corretores de seguro. Ensino por correspondência. Entrega de diploma ao final do curso e de carteira de identificação profissional de detetive. Documento não reconhecido pelas instituições oficiais. Matrículas anuais em torno de 5.000 alunos na década de 70.

Fundação João Batista do Amaral – Programa veiculado pela TV Rio com conteúdos para o aperfeiçoamento de professores da escola primária.

Universidade de Cultura Popular – Um dos grandes incentivadores e criadores de programação televisiva para suporte à educação, Gilson Amado lança a idéia de se criar uma Universidade de Cultura Popular. A idéia ganha corpo em 1966, por meio de programa veiculado pela TV Continental.

1964

Canais de TV Educativa – MEC solicita e obtém reserva para a criação de 48 canais de VHF e 50 de UHF para implantação de emissoras de televisão educativa.

1965

Planejamento da Radioeducação – MEC. Formalização da comissão para estudos e planejamento da radiodifusão educativa.

Divisão de Ensino a Distância do Ministério do Exército – Foi criada na Escola de Comando e Estado Maior (Eceme) a Divisão de Ensino a Distância (DED), encarregada de preparar oficiais candidatos para ingressar na Escola, de organizar e aplicar provas de Concurso de Admissão à ECEME e de manter atualizados os oficiais que concluem os diferentes cursos.

Rádio e TV Educativa (RS) – Estado do Rio Grande do Sul/MEC. Convênio criando o Serviço de Rádio e Televisão Educativos (Serte).

Criação do CETEB – Fundação Brasileira de Educação (Fubrae). O atual Centro de Ensino Técnico de Brasília (Ceteb) foi criado na cidade do Rio de Janeiro, pela Fundação Brasileira de Educação, com o nome de Centro de Ensino Tecnológico. Inicia atividades educacionais presenciais em 1968 e, a partir de 1973/74, desenvolve uma ampla gama de programas de educação a distância.

1967

Criação da Funteve – MEC. Criação da Fundação Centro Brasileiro de Televisão Educativa (Funteve), no Rio de Janeiro (atual TVE).

Criação da TV Cultura – Criação pelo Governo do Estado de São Paulo da Fundação Padre Anchieta (atual TV Cultura/SP), para a promoção de atividades educativas e culturais através do rádio e da televisão.

Fundação Padre Landell de Moura (RS) – Criação da Feplam, em Porto Alegre, RS, para a promoção de programas de educação profissionalizante. Utilizou inicialmente a mídia rádio, com o Colégio do Ar, produziu impressos e realizou programas de televisão. Consolidou-se em seguida como um instituto de iniciação profissionalizante a distância e como fornecedora de metodologia e materiais instrucionais para programas governamentais na década de 70.

Parapsicologia Associação Mens Sana (SP) – Criação de atividades de educação a distância na área de Parapsicologia, pela Associação Mens Sana, com uso de materiais impressos (ensino por correspondência).

Instituto Brasileiro de Administração Municipal (RJ) – Criação de programas a distância para atender a demandas de funcionários de prefeituras municipais. Ensino por correspondência (fascículos).

1968

Cursos Guanabara de Ensino (RJ) – Criação da instituição para oferta de cursos profissionalizantes. Ensino por correspondência.

Dom Bosco Escolas Reunidas (SP) – Criação da Dom Bosco Escolas Reunidas. Oferta de cursos profissionalizantes. Ensino por correspondência. Matrículas de 6.900 alunos, em 1970, e de 5.200 alunos, em 1971.

1969

TV Cultura/Fundação Padre Anchieta – Entra em operação a TV Cultura, São Paulo.

Televisão Educativa do Maranhão – Governo do Estado do Maranhão. Criada a Fundação Maranhense de TV Educativa – Centro Educativo do Maranhão, oferecendo teleducação em circuito fechado para a 5ª série e, a partir de 1970, em sinal aberto, para as demais séries do então 1º Grau. Sistema de recepção organizada em telessalas de escolas da rede oficial. Dados de 1995 indicavam 1.104 tele-salas em todo o Estado, com 41.500 alunos atendidos.

Sistema Avançado de Tecnologias Educacionais (Sate) – Pelo Decreto 65.239, o Governo Federal institui o Sistema Avançado de Tecnologias Educacionais.

Projeto SACI – MEC/CNPq/Instituto de Pesquisas Espaciais – Projeto Saci – Satélite Avançado de Comunicações Interdisciplinares. Planejamento do projeto durante os anos de 1967 e 1968, pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), com *know-how* e consultoria da Universidade de Stanford (EUA). Início das atividades educacionais do projeto em 1972, com o treinamento de supervisores e professores. Em 1973, tem início a oferta de aulas pré-gravadas transmitidas via satélite e suporte em material impresso para alunos das séries iniciais e professores leigos do então ensino primário no Estado do Rio Grande do Norte. Experiência piloto no estado até 1974. Relatório final em 1976, registrando um total de 1.241 programas de rádio e TV realizados, com recepção em 510 escolas de 71 municípios. Entre as causas de fracasso do programa estavam as diferenças culturais entre o

perfil dos programas produzidos no interior de São Paulo e a clientela preferencial, alunos e professores do interior do Estado do Rio Grande do Norte, na região Nordeste.

1.2.7 Década de 70

1970

Horário Nacional Educativo – Governo Federal – MEC – Portaria 408. Obrigatoriedade para emissoras comerciais de rádio e televisão de apresentar programação educativa, com 30 minutos diários ou 75 minutos aos sábados e domingos.

Projeto Minerva – MEC. Criado com base na Lei 5.692, com ênfase na educação de adultos. Transmissão em rede nacional de 1.200 emissoras de rádio e 63 emissoras de televisão dos conteúdos para preparação dos exames supletivos de Capacitação Ginásial e Madureza Ginásial, produzidos pela Fundação Padre Landell de Moura e pela Fundação Padre Anchieta. Atendeu 17.246 alunos de outubro de 1970 a dezembro de 1971.

Sistema Nacional de Ensino por Correspondência – Início da oferta de cursos a distância pelo setor de formação de recursos humanos do Ministério da Fazenda. Programas administrados pela Escola de Administração Fazendária (Esaf), nas áreas de português, redação oficial, introdução à administração, administração por objetivos, computação e contabilidade pública.

Cosmetologia – Instituto Cosmos de Beleza (RJ) – Cursos a distância com uso de material impresso (ensino por correspondência) na área de estética facial.

1971

Associação Brasileira de Tecnologia Educacional (ABT) – Criação da Associação Brasileira de Tecnologia Educacional (ABT). Entidade responsável pela revista *Tecnologia Educacional*, a principal publicação brasileira no gênero, que organiza seminários anuais de tecnologia educacional.

João da Silva – Telenovela Educativa – Gilson Amado, presidente da FCBTVE, lança a primeira novela educativa da TV brasileira, *João da Silva*, dirigida por Jacy Campos e que receberia Menção Honrosa do Júri do Prêmio Japonês de melhor programa didático de 1973. Programas no ar em 1973/74, com a veiculação de 100 capítulos, 25 aulas retrospectivas, 10 programas complementares e cinco livros de apoio. TVE – Rio de Janeiro.

Supletivo 1º Grau – Fase I – MEC. Transmissão em âmbito nacional, durante três anos (1972, 1973 e 1974), de programas radiofônicos de ensino supletivo.

1972

Missão do Conselho Federal da Educação à Open University – Visita do conselheiro Newton Sucupira à Open University, na Inglaterra. Relatório de Newton Sucupira ao final da viagem, analisado pelo Conselho Federal de Educação, aponta as virtualidades da educação a distância para o Brasil e destaca a necessidade de se prepararem quadros adequadamente antes de se lançarem projetos na área.

Prontel – Criação do Programa Nacional de Tele-Educação (Prontel) do Ministério da Educação. Detalhamento do Prontel. Em 1973, apresentação do Plano Nacional de Tecnologias Educacionais (Planate), voltado a estratégias de gerenciamento e uso educacional das tecnologias da comunicação.

1973

Projeto Minerva – Fase II – Ação coordenada do MEC com secretarias estaduais de educação para a produção dos cursos supletivos de 1º Grau, fase II.

1974

Telensino do Exército – Centro de Estudos de Pessoal do Ministério do Exército (RJ) – O Centro de Estudos de Pessoal do Exército (Cepe) inicia programa de aperfeiçoamento de civis e militares em atuação nos estabelecimentos de ensino militar. Cursos oferecidos por correspondência, utilizando módulos de ensino como recurso básico, e audiovisuais como meio auxiliar.

Teleaulas de 5ª a 8ª série – Governo do Ceará. A Televisão Educativa do Ceará (TVE/CE) foi criada pela Fundação Educacional do Ceará em dezembro de 1973 e iniciou operações em março de 1974, alcançando oito municípios. Desde então vem expandindo a rede para alcance estadual. Produção e geração de teleaulas e de material impresso para o ensino das séries de 5ª a 8ª do Ensino Fundamental. Atua com educação a distância e como instrumento de apoio ao ensino presencial.

Projeto Acesso – Criação e oferta pelo Ceteb de curso de educação a distância por correspondência, em parceria com a Petrobrás, para ensino supletivo aos funcionários da empresa. Fubrae – Ceteb – RJ/DF.

1975

Curso de Auxiliares de Clínica e de Cirurgia Ltda. (RJ) – Criação da instituição e oferta de seis cursos com metodologia de ensino por correspondência (mídia impressa via postagem). Auxiliar de saúde.

1976

Sistema Nacional de Tele-educação do Senac – Criação de um núcleo de atividades de EAD com o nome de Sistema Nacional de Tele-educação. Cursos em caráter experimental para a área de aprendizagem comercial.

Projeto Logos II – Ceteb – Fubrae – MEC – Com o Ministério da Educação, o Ceteb lança o Projeto Logos II, para habilitar professores leigos sem afastá-los da docência. Projeto com atuação em 19 estados brasileiros. Ensino com uso de módulos impressos e tutoria local ou por interação com uma central de atendimento por carta ou telefone.

1977

Fundação Roberto Marinho – Criação da Fundação Roberto Marinho, em novembro desse ano.

Aperfeiçoamento para Instrutores de Formação Profissional Rural – Senar – Ceteb – Programa criado pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar) em parceria com o Centro de Ensino Técnico de Brasília (Ceteb), para formação de servidores de órgãos estaduais de assistência técnica e extensão rural.

1978

Centro de Teleducação do Sul – Cites – MEC – Constituição, em agosto desse ano, de um órgão de teleducação de cinco instituições de Ensino Superior, da zona Sul do Estado do Rio Grande do Sul.

Colégio Anglo-Americano – Início das atividades de produção e oferta de cursos por correspondência com alunos no Brasil e em outros 27 países. Rio de Janeiro.

Auto-Instrução com Monitoria – AIM – Senai – Programa criado pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial de São Paulo (Senai/SP), para a oferta de curso de ensino por correspondência em Leitura e Interpretação de Desenho Técnico Mecânico e, em seguida, nas áreas de matemática, eletrônica e eletrotécnica. Início das operações de EAD em 1980.

Telecurso 2º Grau – Fundação Roberto Marinho – RJ / Fundação Padre Anchieta – SP. Lançamento em janeiro de 1978 de convênio entre a Fundação Roberto Marinho e a Fundação Padre Anchieta, originando o Telecurso 2º Grau. Programas televisivos com uso de atores do *cast* comercial da Rede Globo, produção de fascículos semanais vendidos em bancas de revista e programação de chamadas de audiência durante programação regular da Rede Globo e da TV Cultura, e um *pool* nacional de mais 38 emissoras comerciais e outros oito canais educativos. Visava dar suporte à preparação dos alunos para os exames oficiais de supletivo, ao estilo do antigo Madureza Colegial.

Centro Difusor do Desenvolvimento Profissional – Senac/SP – Implantação do Centro Difusor do Desenvolvimento Profissional pelo Senac de São Paulo. Núcleo de produção de educação a distância pela modalidade de ensino por correspondência. Atuação até 1981.

Preparação de Comandantes (1978 a 1982) – Ministério do Exército – A Eceme desenvolveu, por correspondência, o estágio de preparação de comandantes, hoje realizado pelo Estado Maior do Exército.

1979

Projeto Conquista – Ministério da Educação – TVE – Criação da Fundação Centro Brasileiro de Televisão Educativa (FCBTVE) (futura Funteve). Produz o projeto *Conquista*, uma telenovela para o ensino supletivo de 5ª a 8ª séries, e programas para a alfabetização com o uso da televisão, dentro do projeto Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral). O projeto tinha como objetivo o ensino supletivo de 5ª a 8ª séries do 1º grau. Seguindo o formato telenovela do projeto João da Silva, a série tinha 200 capítulos distribuídos da seguinte forma: 4 de apresentação, 148 instrucionais, 37 retrospectivos, 10 complementares e 1 de encerramento. Sete livros de apoio completavam o material. Lançamento nos estados do Rio de Janeiro e Ceará.

Programa de Alfabetização Funcional – Mobral – Programa especial visando à alfabetização de adultos com o uso de multimeios. Implantação em 1979 por meio de 60 teleaulas dramatizadas e fascículos de apoio para alunos e monitores, com distribuição por TVs educativas nos estados da Bahia, Minas Gerais, São Paulo, Ceará, Paraná e Rio de Janeiro.

Centro de Ensino de Niterói – Fubrae – A Fundação Brasileira de Educação, através do Centro de Ensino de Niterói, cria módulos instrucionais para aplicação com suporte de tutoria e encontros presenciais.

Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia – Governo do Estado da Bahia. Criação do Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia, em substituição ao PRONTEL.

Projeto Hapronte – Produção de 64 programas de rádio para o ensino da língua francesa, para professores não titulados em exercício de 1ª a 4ª séries. Abrangência para os estados do Paraná, Espírito Santo e Alagoas. Departamento de Ensino Fundamental/MEC.

Posgrad ABT/Capes – Lançamento do Programa de Pós-Graduação Tutorial a Distância, implantado pela Associação Brasileira de Tecnologia Educacional (ABT) em parceria com a Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Ensino Superior do MEC (CAPES), para capacitar docentes universitários no interior do País (Parecer CFE 891/80, Documenta 237). Programa suspenso em 1983. Relatório final em 1985. Modalidade de ensino por correspondência.

1.2.8 Década de 80

1980

Projeto Seringueiro SUDHEVEA – Produção de 230 programas educativos para veiculação pela Rádio Nacional de Brasília, em convênio com a rádio Cruzeiro do Sul, no Acre. Ênfase nas áreas de comunicação e expressão, matemática e ciências físicas e biológicas.

Universidade Aberta – Universidade de Brasília – Lançamento de convênio da UnB com a Open University, para a implementação de programas de educação a distância no Brasil. Início dos cursos nas áreas de ciências políticas, relações internacionais e pensamento político brasileiro em 1980. Cursos de extensão com seis meses de duração, com o uso de fascículos e de sessões presenciais de tutoria em capitais de estados. Programas coordenados na época pelo Decanato de Extensão da UnB. Total de quatro mil inscritos nos três primeiros cursos. Em 1981, a UnB lança parcerias com jornais de grande circulação para a publicação de fascículos de auto-aprendizagem. Os alunos que encaminhavam trabalhos de avaliação recebiam certificado de programa de extensão. Nessa modalidade, até o ano de 1983, esses programas tinham alcançado 30 mil matrículas. Conclusão do programa Universidade Aberta em 1984.

Programa de Aperfeiçoamento do Magistério – ABT – Cursos a distância destinados ao aperfeiçoamento de professores no 1º grau e no Ensino Superior. Para os professores do 1º grau, foram oferecidos cursos nas áreas de língua portuguesa, matemática, alfabetização, ciências sociais, ciências físicas e biológicas e metodologia geral. Para os docentes de

Ensino Superior foi realizado o curso Especialização em Tecnologia Educacional – Tutoria a distância.

1981

Série Patati-Patatá – TVE/RJ – Especial com 50 programas direcionados para estimular atividades de sala de aula junto a professores do 1º Grau. Prêmio Especial no Japão. Direção de Roberto Salvador.

Telecurso 1º Grau – Fundação Roberto Marinho. Lançamento do Telecurso 1º Grau, em parceria com o Ministério da Educação e a Universidade de Brasília, voltado para o supletivo de 5ª a 8ª séries.

Funteve – MEC (RJ) – A FCBTVE, criada em 1979, adota a sigla Funteve e assume a coordenação da TV Educativa e da rádio MEC do Rio de Janeiro, da rádio MEC de Brasília e dos centros de Cinema Educativo e de Informática Educativa.

1982

Especialização em Ciências Agrárias – Abeas (DF) – Cursos de especialização, com uso de materiais impressos, tutoria a distância e encontros presenciais de avaliação, oferecidos pela Associação Brasileira de Educação Agrícola Superior (Abeas). Renovação de turmas desde 1982.

Plano de Ação de Educação e Cultura (Paec) – Com uso do rádio e da televisão, o Centro de Tecnologias Educacionais (CTE) da Secretaria Estadual de Educação e Cultura – RJ (SEEC/RJ) oferece suporte a programas de atualização pedagógica para 9.124 professores de 1ª a 4ª séries da rede estadual, em parceria com o Laboratório de Currículos da SEEC/RJ, e também treinamento para professores das áreas de francês, português, ciências, matemática, prevenção ao uso de tóxicos, utilização do livro didático e tecnologias educacionais.

1983

Universidade Aberta do Nordeste – Convênio entre o Jornal *O Povo*, de Fortaleza – CE, e a Universidade de Brasília dá início a uma série de cursos publicados em jornais de todo o País. Os cursos faziam parte do pacote que a UnB havia traduzido da Open University (Inglaterra), nas áreas de política e filosofia.

Educando o Educador – CEN – Facen – Fubrae – O Centro Educacional de Niterói (CEN), da Fubrae, através da Faculdade do Centro Educacional de Niterói (Facen), cria o projeto Educando o Educador para a Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Goiás. Cursos oferecidos até 1987, com ampliação para especialização nas áreas de Planejamento Educacional, Administração Escolar, Orientação Educacional e disciplinas específicas. Ensino por correspondência/estudo independente. Em 1987, a Facen foi alienada à Sociedade Salgado Oliveira de Educação e Cultura (Asoec) e às Faculdades Integradas de São Gonçalo, mantidas pela ASOEC, que certificaram as últimas turmas.

TVE – Mato Grosso – Criação pelo Governo do Mato Grosso da Televisão Educativa, hoje no Mato Grosso do Sul.

1984

Projeto Ipê – Fundação Padre Anchieta – A Secretaria da Educação do Estado de São Paulo produz e distribui cursos de atualização e aperfeiçoamento de professores de 1º e de 2º graus.

1985

Fundação Demócrito Rocha – O projeto Universidade Aberta do Nordeste encerra o convênio com a UnB, e o Jornal *O Povo* (Fortaleza – CE) cria a Fundação Demócrito Rocha. Em convênio com universidades da região Nordeste, inicia a produção própria de cursos por EAD, mantendo o perfil de publicações em jornais.

Novo Telecurso 2º Grau – A Fundação Roberto Marinho lança o Novo Telecurso 2º Grau, em parceria com o Banco Bradesco S.A. Produção de 900 teleaulas e de 500

programas de rádio, com veiculação diária pelas redes que já vinham exibindo os telecurursos anteriores elaborados pela Fundação Roberto Marinho.

Cead – Universidade de Brasília – A UnB cria a Coordenadoria de Educação a Distância (Cead), no Decanato de Extensão, junto à reitoria.

1986

Debate Constitucional Cead – Universidade de Brasília – A Coordenadoria de Educação a Distância da UnB promove um curso sobre a Constituição, durante os debates que se promoviam em torno da elaboração da Constituição que seria promulgada em 1988. Cem mil participantes em todo o País. Ensino por correspondência.

1987

Encontro Brasileiro de Educação e TV – Primeiro Encontro Brasileiro de Educação e Televisão.

Universidade Vídeo – CNPq – O CNPq lança o projeto Universidade Vídeo durante a 39ª reunião da SBPC, visando estimular a produção em vídeo e o uso desse recurso nas IES. O resultado final do projeto foi um catálogo com filmes e vídeos disponíveis em ciência e tecnologia.

Direito Achado na Rua Cead – UnB – Curso de extensão universitária a distância, com ensino por correspondência, promovido pela Cead – UnB. No mesmo período, pela mesma modalidade, foram produzidos os cursos Abuso de Drogas, Freud, Rousseau e outros.

1988

Verso e Reverso – Educando o Educador – A Rede Manchete de Televisão e a Fundação Educar apresentam a série Verso e Reverso – Educando o Educador. Ao todo foram 24 programas de televisão com 30 minutos cada, veiculados aos domingos, 12 publicações de apoio e um manual de orientação, combinando teleducação e ensino por correspondência. *Design* pedagógico da Fundação Nacional para a Educação de Jovens e

Adultos (Fundação Educar), para capacitação de professores de Educação Básica de Jovens e Adultos. O educador Paulo Freire participou como consultor especial da implantação do programa na Arquidiocese de Nova Iguaçu (Baixada Fluminense).

Política Nacional de EAD-MEC/INEP – No Ministério da Educação, a Portaria 511/88 constitui um grupo de trabalho para elaborar uma Proposta de Política Nacional de Educação a Distância, apresentada em 1989. O Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais (INEP) cria uma Coordenadoria de Educação a Distância.

Projeto Novo Saber – A Universidade Salgado Oliveira (Asoec) cria o programa de Novo Saber (Parecer CFE 630/89), oferecendo especialização a distância num modelo semidireto de EAD, nas áreas de administração educacional, supervisão educacional, planejamento educacional e língua portuguesa, para os estados de Goiás, Maranhão, Espírito Santo e Ceará. Em 1996, com atuação também nas áreas de administração, biologia, educação física, letras, história e direito, alcançava 8.626 alunos, em 83 municípios de 17 estados brasileiros.

Treinamento em Local de Trabalho – TLT – Programa especial do Banco Itaú S.A., implantado em 1988, para preparar mais de 800 multiplicadores de treinamento. Mínimo de um aluno por agência. *Workshop* presencial inicial seguido de atividades de educação a distância com uso de material impresso. Visitas periódicas de um técnico do núcleo de coordenação em São Paulo avaliavam a continuidade do trabalho nas agências. Programa executado de 1988 até 1994.

1989

Instituto Nacional de Educação a Distância– Ined (DF) – Atuou até 1996 no desenvolvimento e implantação de projetos de cursos por educação a distância junto à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), ao Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas, à Escola de Administração Fazendária (Esaf) e à Prefeitura da Cidade de Curitiba.

Trabalhando Conteúdos de 1º Grau – A TVE/RJ produz a série de rádio e TV Trabalhando Conteúdos do 1º Grau, com suporte de material impresso, para reciclagem de docentes das séries iniciais do Ensino Fundamental.

Cead – Universidade de Brasília – A UnB cria mais um grupo de trabalho em EAD, no Centro de Educação Aberta e Continuada (Cead). Já na década de 90, o Centro foi responsável pela produção dos cursos Política de Ciência e Tecnologia para a Década de 90, Introdução Crítica ao Direito do Trabalho e O Microcomputador Sem Mistérios. Ensino por correspondência e início da utilização de produção multimídia, com atividades de aprendizagem encaminhadas aos alunos por disquetes.

1.2.9 Década de 90

1990

Técnico Sondador/Torrista Ceteb – Petrobrás – Cursos técnicos de ensino por correspondência oferecidos pelo Ceteb para servidores da Petrobrás. Reconhecidos pelo CFE para certificação em nível de 2º grau. No mesmo ano, curso de Plataformista, em nível de 1º grau.

Matemática por Correspondência – Funbec – Inep – Em parceria com o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (Inep), a Fundação Brasileira para o Desenvolvimento do Ensino de Ciências criou o curso Matemática por Correspondência, oferecido para professores de 1º grau até o ano de 1991. Mídia impressa, veiculada no jornal do Inep.

Ensino Individualizado Técnico em Transações Imobiliárias Fubrae – CEN – A Fundação Brasileira de Educação e o Centro de Ensino de Niterói promovem cursos profissionalizantes a distância com certificação de 2º grau.

1991

Jornal da Educação: Edição do Professor – O Ministério da Educação lança o Projeto Piloto de Utilização do Satélite na Educação. Programa estruturado para veicular programas

de televisão com recepção organizada em telepostos equipados com aparelhos de televisão e videocassete para recepção, com fax e telefone para interação dos cursistas com o núcleo de geração, e distribuição de material impresso aos cursistas. A receptividade do programa, com 600 alunos da 3ª série de cursos de magistério em seis estados brasileiros, forneceu os subsídios para o lançamento da série Um Salto Para o Futuro, no mesmo ano.

Um Salto Para o Futuro – TVE – Rio/MEC – Um Salto Para o Futuro – Programa de Atualização de Docentes das séries iniciais do 1º Grau, e auxiliar na formação de professores ainda cursando universidade. Programas de televisão com núcleos de recepção organizada em escolas e universidades. Criado pela Fundação Roquette Pinto (TVE/Rio) em parceria com a Secretaria Nacional de Educação Básica e articulação com secretarias estaduais de educação. Após 1997, o “Salto” passa a integrar a grade de programação do canal TV Escola, criado pelo Ministério da Educação em 1995.

1992

Institucionalização da EAD – O Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Ensino Superior do MEC, propõe discussões para estimular a EAD nas universidades brasileiras. Surge a proposta das “Cátedras da Unesco”. Criação da Coordenação Nacional de EAD, no organograma do MEC.

Centro de EAD – O Senai cria no Rio de Janeiro a Coordenadoria do Programa de Educação a distância (CPEAD), com a proposta de uso de materiais impressos e de encontros presenciais. Realização de pesquisas para identificar demandas no setor industrial. Solicitação de cursos nas áreas de garantia da qualidade, segurança, supervisão, manutenção e informática.

Projeto Oito Cidades – A Secretaria Estadual da Educação – RN criou o Programa de Apoio ao Uso de Multimeios em Sala de Aula, em oito cidades do estado do Rio Grande do Norte. Distribuição às escolas de equipamentos de videocassete, aparelhos de televisão, acervo de vídeos educativos e realização de programas intensivos de treinamento de professores para o uso destes recursos.

1993

Licenciatura a distância – Universidade Federal de Santa Catarina, licenciatura plena em Ciências Naturais e Matemática (5ª a 8ª séries). Aprovada pelo Conselho de Ensino e Pesquisa da UFSC em junho/93 (Resolução 028/Cepe/93). Aprovação do financiamento do projeto pela Capes/PADCT/SPEC em 1993. Oferecida para professores em exercício na região Oeste de Santa Catarina. Início das atividades em janeiro de 1994. Término do curso em dezembro de 1996. Mídia impressa e encontros presenciais.

Sistema Nacional de EAD – MEC/Consed/Crub/Undime. Criação do Sistema Nacional de Educação a Distância, protocolo de intenções para ações cooperadas entre o Ministério da Educação, o Conselho dos Secretários Estaduais de Educação, o Conselho dos Reitores das Universidades Brasileiras e a União dos Dirigentes Municipais de Educação.

Consórcio de EAD – Acordo de Cooperação Técnica 4/93, estabelecendo a UnB como coordenadora de um consórcio interuniversitário de EAD. MEC/Universidade de Brasília.

Cátedra da Unesco – Sob os auspícios de uma cátedra da Unesco para Educação a Distância, a UnB cria um novo grupo de trabalho em Educação a Distância.

Multirio – Fundação de uma central de produção multimídia para criar produtos audiovisuais de suporte ao ensino na rede municipal de educação da cidade do Rio de Janeiro. Produção de programas de televisão com veiculação local e de cursos a distância com suporte de material impresso. Até 1998, produção acumulada superior a 500 programas. Secretaria Municipal de Educação – Cidade do Rio de Janeiro.

Noções Básicas da Qualidade Total – Início dos cursos produzidos pela CPEAD do Senai/RJ. *Design* instrucional elaborado com apoio de ferramentas para hierarquizar objetivos e produzir mapas instrucionais com base nas teorias da aprendizagem para o domínio e ensino baseado em competência. Pesquisas sobre o perfil da clientela, indicando nível de escolaridade, hábitos de leitura e atividades exercidas forneceram elementos para o planejamento. Produção final em materiais impressos. Cursos realizados e matrículas acumuladas até 1997: Noções Básicas da Qualidade Total, com 23.340 alunos no Brasil, 224

na Venezuela e 149 na Argentina; Elaboração de Material Didático Impresso com ênfase em EAD, com 85 alunos; Higiene e Segurança do Trabalho para a Qualidade de Vida, com 116 alunos; e Uso Eficiente de Energia, com 75 alunos.

SINRED – Sistema Nacional de Radiodifusão Educativa – Sinead – Sistema Nacional de Educação a distância – Com a Portaria 344/93, o Ministério da Educação cria o Sistema Nacional de Radiodifusão Educativa, e com o Convênio de Cooperação Técnica 06/93, assinado pelo Ministério da Educação, Ministério das Comunicações e pela Empresa Brasileira de Telecomunicações cria-se a figura do Sistema Nacional de Educação a Distância.

Televisão – MEC – Decreto presidencial estabelecendo acordo entre o MEC e o Ministério das Comunicações para a redução de tarifas de telecomunicações para EAD.

1994

Telecurso 2000 Fundação Roberto Marinho – Telecurso 2000 1º e 2º Graus e Telecurso Profissionalizante de Mecânica. Programas em parceria entre a Fundação Roberto Marinho e a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. Programas de televisão e coleções de fascículos para preparação de alunos candidatos à realização de exames supletivos e de certificação profissionalizante. Veiculação pela Rede Globo e canais educativos a partir de 1995. Nesta série, houve uma revisão da metodologia de teleaulas até então utilizada. Um núcleo de personagens problematizava situações cuja solução de conflitos dependia da apropriação de um conteúdo específico. Em parceria com empresas e instituições de ensino, as fitas e os impressos do Telecurso 2000 também foram colocados como material de consulta e de apoio ao ensino em salas para atendimento presencial a alunos, assistidos por monitor especializado.

Programa de Educação a Distância – Início da estruturação de equipes especializadas em Educação a distância na Secretaria Municipal de Educação, em Curitiba – PR. Formação de quadros e planejamento de atividades em 1994 e 1995. Início da oferta de cursos em 1996. O projeto recebeu o nome de Programa de Educação a distância – Curitiba: Lições de Modernidade e Cidadania.

Centro de Educação a Distância – A Coordenadoria do Programa de Educação a Distância do Senai/RJ passa à denominação de Centro de Educação a Distância. Mantida a oferta dos cursos iniciados em 1993.

Sistema Nacional de EAD – MEC – Decreto 1.237, criando o Sistema Nacional de Educação a Distância.

Licenciatura a Distância – O Núcleo de Educação a Distância do Instituto de Educação da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT) cria o curso de Licenciatura em Educação Básica, em parceria com a Secretaria de Estado da Educação, a Universidade do Estado do Mato Grosso e com apoio da Tele-Université du Québec (Canadá). O curso da UFMT foi autorizado pela Resolução 88 do Conselho Diretor da UFMT em 2 de agosto de 1994, iniciado em 1995 e reconhecido pelo Conselho Nacional de Educação em 1999.

Núcleo de Educação a Distância e Extensão e Pós-Graduação a Distância – Criação do Núcleo de Educação a Distância da Universidade Gama Filho (RJ), para a oferta de programas de extensão de pós-graduação. Opção por metodologia com uso de material impresso (livros básicos e guias do aluno participante), com tutoria via correio e encontros presenciais a intervalos regulares com os professores tutores.

TV Senac (SP) – Início das atividades que resultaram no projeto TV Senac, com a realização de sessões de teleconferência e videoconferência. A TV SENAC surge como canal de TV por cabo por acesso codificado em banda digital do satélite Brasilsat. Em seguida expande-se para formar parcerias com canais comunitários e universitários para ampliar a rede de cobertura em sistemas de TV por cabo. Distribuição de programação cultural, reciclagem profissional e de interesse de aprendizagem na área do comércio, com interatividade mediada por fax/telefone/e-mail.

Especialização em Educação Continuada a Distância – Faculdade de Educação – UnB – MEC. Realização da UnB em convênio com o Ministério da Educação. Curso de Pós-Graduação *lato sensu*, com o uso de materiais impressos e encontros presenciais de integração. Clientela selecionada entre profissionais de secretarias estaduais de educação e do corpo técnico do próprio Ministério da Educação.

Infovia – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – CNI/Senai – Criação do projeto Rede Nacional de Tecnologia, pela Confederação Nacional da Indústria/Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, visando implementar rede de dados ligando todas as unidades do sistema CNI/Senai, para oferecer internet e serviços avançados, como videoconferência e TV corporativa. A Infovia da CNI/Senai está estruturada em sistema integrado por satélite e no uso de fibras terrestres, permitindo capilaridade suficiente para ações de educação a distância e uso administrativo.

1995

Laboratório de Ensino a Distância – LED/UFSC – O Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina cria o Laboratório de Ensino a Distância em junho de 1995. Pesquisa e produção de modelos e estratégias para o uso da internet, videoconferência e outras tecnologias de comunicação e informação na EAD. Inicia a produção de programas de educação aberta em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (Senat), utilizando mídia impressa, videoaulas e sessões de transmissão por satélite.

Pensamento Político Brasileiro – Programa de Pós-Graduação *lato sensu* criado pela Universidade Gama Filho – RJ. Ensino por correspondência caracterizado pelo uso de mídia impressa. Público-alvo: graduados em geral, interessados em ampliar seus conhecimentos sobre a conjuntura política nacional. Carga horária total de 450 horas, incluindo estudo individualizado através de material didático, acompanhamento e atividades de avaliação.

Centro Nacional de EAD – Criação, pelo SENAC, do Centro Nacional de Ensino a Distância.

Exercício e Saúde – O curso Exercício e Saúde, da Secretaria de Educação Física e Desportos e pela Divisão Nacional de Doenças Crônico-Degenerativas do Ministério da Educação foi oferecido pela modalidade de ensino por correspondência. Os alunos receberam sete conjuntos de impressos, com textos e exercícios. Curso oferecido para professores e médicos que atuavam na área de Educação Física em 1995 e 1996.

Multirio – A Secretaria Municipal de Educação da Cidade do Rio de Janeiro, SME-RJ, cria um núcleo no Multirio para a produção de programas televisivos direcionados para a capacitação de professores e o apoio pedagógico na rede municipal de ensino.

Secretaria de Educação a Distância – MEC – O Ministério da Educação cria a Secretaria de Educação a Distância, em dezembro.

TV Escola MEC/SEED – O Governo Federal lança o Programa TV Escola em setembro de 1995, visando equipar escolas públicas de todo o Brasil com *kits* tecnológicos para recepção e gravação de sinal de TV por antena parabólica e, em seguida, veicular programação educativa. O canal entra em operação em março de 1996. Até junho de 1999, 56 mil escolas públicas já tinham instalados os seus *kits* tecnológicos.

Ensino Interativo a Distância – A Universidade Anhembi-Morumbi – SP, através do Departamento de Ensino Interativo a Distância, lança, em agosto de 1995, os primeiros ambientes virtuais de aprendizagem por internet no Brasil, com cursos de extensão universitária na área de moda. Em outubro de 1995, lança um curso de Empregabilidade, para alunos do Ensino Médio, utilizando a Internet para simulações em ambientes interativos.

Biologia Molecular/Introdução à Genética – UNIFESP – Início das atividades de educação a distância *on-line* pela Escola Paulista de Medicina. Publicação na Internet de material suplementar aos cursos regulares de graduação. Material de livre acesso, sem restrição de uso por senhas, e auto-avaliação *on-line*.

1996

Legislação Específica de EAD – Aprovação no Congresso Nacional/MEC da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. O artigo 80 institui a educação a distância como modalidade suficiente e equivalente para o ensino em todos os níveis.

Projeto Virtus – Surge no Centro de Artes e Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco o Projeto Virtus. Pesquisas sobre interfaces digitais, ciberespaço na sociedade, bibliotecas virtuais e jornalismo *on-line*.

Univir – A Faculdade Carioca institui o núcleo Universidade Virtual (UNIVIR), para a promoção de cursos abertos de educação a distância, com o uso de ambientes da Internet.

Alfabetização – Princípios Básicos – Primeiro programa de educação a distância oferecido pela Secretaria Municipal de Educação da cidade de Curitiba (PR). Utilização de materiais impressos e tutoria por carta ou telefone. Em seguida foram lançados os cursos de Geografia – Princípios Básicos, Ensino de Arte e Matemática. Materiais impressos caracterizados pelo uso de cores e ilustrações.

Orientação de Mestrado via Internet – Início das atividades regulares do uso da rede na educação pelo Instituto de Informática da Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Professores e alunos do Mestrado em informática utilizam ferramentas de comunicação *on-line* para atividades de orientação de dissertações de mestrado.

Especialização em EAD – Cursos de especialização, pela modalidade de ensino por correspondência, caracterizado pela estruturação para o uso de materiais impressos. Os cursos de Especialização em Educação a Distância e em Filosofia e Existência foram oferecidos pelo recém-criado Centro de Educação a Distância da Universidade Católica de Brasília.

Pós-Graduação a Distância – Primeira experiência brasileira de uso de videoconferência na educação. A UFSC oferece um programa de pós-graduação em Engenharia de Produção para funcionários da fábrica do grupo Siemens, em Curitiba. Aulas ao vivo e interativas direto do campus da UFSC para a empresa.

Projeto Atue *On-line* – Universidade Anhembi-Morumbi. Criação de ambientes virtuais de aprendizagem na Internet, para qualificar professores a utilizar redes de computadores como ferramentas de ensino. No mesmo ano, lança o programa de extensão *on-line* Vivência Universitária, para alunos do Ensino Médio.

I Ciclo de Teleconferências – Em parceria com o TV Escola, a Secretaria da Educação do Estado de Santa Catarina e o Laboratório de Ensino a Distância da UFSC – MEC/LED-UFSC/SED-SC promovem a primeira utilização direta com as escolas dos *kits*

tecnológicos do TV Escola. Ciclo de dez teleconferências, com produção de relatório final individualizado. Foram 11.700 alunos matriculados.

Ceteban – Ensino Supletivo no Japão – Projeto desenvolvido em parceria entre o Centro de Ensino Técnico de Brasília e a Universidade Bandeirantes, em São Paulo, para oferecer ensino supletivo em português a 26 províncias japonesas.

Proinfo – MEC. Criação do Programa Nacional de Informática na Educação – Proinfo, para introduzir a tecnologia de informática na rede pública de ensino. Capacitação de professores e técnicos e distribuição de equipamentos de informática.

1997

Projeto AulaNet – Laboratórios da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC/SP desenvolvem o software AulaNet, ambiente para a realização de cursos por educação a distância via Internet.

Curso de Tutoria a Distância em Análise e Elaboração de Projetos – Programa de aperfeiçoamento para profissionais de nível superior, com ênfase nas áreas de planejamento de instituições públicas e privadas. Uso de materiais impressos. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea.

Disciplinas de Mestrado a Distância – O Instituto de Informática de Pontifícia Universidade Católica de Campinas – Puccamp/SP oferece pela internet duas disciplinas do curso de Mestrado em Informática – Gerenciamento de Sistemas de Informação. Colocam na rede, com uma formatação adequada, os mesmos conteúdos e as mesmas exigências pedagógicas para as disciplinas. Setenta e cinco por cento das atividades são *on-line*. Avaliações presenciais.

Especialização em Pedagogia – O Centro de Estudos de Pessoal do Exército (Cepe) e a Universidade Federal do Rio de Janeiro oferecem cursos de especialização em Educação – Psicopedagogia, Atualização Pedagógica e Supervisão Escolar, com o uso de materiais impressos, videoaulas e tutoria por telefone, fax e e-mail.

Especialização em Avaliação – Com o apoio da Cátedra da Unesco em EAD, a UnB lança o curso Especialização em Avaliação, a distância. Matriculam-se 860 alunos em 97, e 450 concluem o curso em 1999. Produção de módulos impressos utilizados na modalidade de ensino por correspondência, com encontros presenciais periódicos.

Open-School – Centro Virtual de Convivência – A empresa Informática e Gestão, de Salvador (BA), registra os domínios www.open-school.com e www.open-school.com.br, e cria ambiente virtual de aprendizagem a distância. Oferece acesso a *links* de cursos *on-line* em toda a rede.

Introdução Histórica ao Liberalismo – Programa de extensão universitária, com uso de mídia impressa da Universidade Gama Filho – RJ.

Institucionalização do Projeto VIRTUS – A Universidade Federal de Pernambuco institucionaliza o Projeto Virtus. Criação de ambientes virtuais de estudo com soluções tecnológicas e abordagem pedagógica própria da UFPE. Oferta de *sites* de apoio às aulas presenciais. Ao final do ano já oferece disciplinas realizadas integralmente pela rede.

Educação Rural – Cursos de educação aberta para produtores rurais, nas áreas de bovinocultura de leite e cultivo de banana e uvas. Programas de rádio, fascículos, videoaulas e audiocassetes. Implementados junto a produtores rurais dos municípios de Ceres e Urutaí – GO. Coordenação: Marlene Blois. Senar/Cefet – RJ

Programa de Capacitação de Professores – Atendimento a 90 mil professores da rede pública do estado de Minas Gerais, nas áreas de matemática, português e reflexões sobre a prática pedagógica. Financiamento do Governo do Estado de Minas, com recursos do Banco Mundial. Produção de materiais impressos, vídeos e uso de linhas DDG 0800. Programa com suporte de 3.500 facilitadores, 180 monitores e 84 instituições e agentes estaduais de capacitação, coordenados pela Universidade Federal de Uberlândia. Início em julho de 1997, conclusão em fevereiro de 1999.

Acordo Brasil – EUA – Memorando de Entendimentos sobre Educação. Programa de cooperação internacional na área educacional, com ênfase no uso de tecnologia. Prioridade para a interligação de escolas de Ensino Médio para auxiliar o aprendizado em ciências

matemáticas; criação e interligação de centros de experimentação em tecnologia educacional; e criação de bancos de dados especializados na área.

Especialização em Saúde Pública – Programa de educação a distância estruturado a partir de conteúdos fornecidos pela Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP), da Fundação Osvaldo Cruz (FIOCRUZ), e metodologia do Centro de Educação Aberta, Continuada e a Distância (UnB). Modalidade mista de ensino por correspondência, com a estruturação básica em cinco módulos impressos e início de interações por correio eletrônico (e-mail) no processo de tutoria feito pela ENSP.

TV Futura – Criação do canal Futura pela Fundação Roberto Marinho, em setembro. Programação educativa e profissionalizante. Início de operações como canal por assinatura (Net/Multicanal/Sky), e a partir de 1998 também como canal aberto. Ao contrário das séries Telecurso produzidas pela Fundação Roberto Marinho, o canal Futura não surge como proposta de escolarização, mas como uma estratégia de programação de complementação cultural. O *slogan* utilizado para lançar o Futura foi “O canal do conhecimento”.

Mestrado a Distância – Mestrado em Logística. Primeiro mestrado a distância por sistema de videoconferência multiponto do mundo. UFSC lança o ambiente LED de aprendizagem por internet. Alunos interagem com os professores no campus da UFSC em tempo real e simultaneamente por videoconferência nas cidades de Natal, Salvador, Rio de Janeiro, Macaé e Belém. Atividades *off-line* por internet, e seminários presenciais para avaliação. UFSC/Petrobrás.

EAD em Áreas da Saúde – Início da oferta de programas de aperfeiçoamento profissional nas áreas de dermatologia, nutrição e saúde pública. Cursos oferecidos por internet pela Escola Paulista de Medicina.

Laboratório de Estudos Cognitivos – A professora Léa Fagundes lidera, no estado do Rio Grande do Sul, na UFGRS, os experimentos no uso de tecnologias da Informática na Educação. Oferece curso de especialização a distância com o uso da Internet para países da América Central.

Extensão por EAD – Universidade Anhembi-Morumbi oferta cursos de Turismo, *Marketing* e Administração em ambiente Internet.

Projeto Universidade Virtual – Projeto de experimentação do uso das mídias videoconferência e teleconferência pelo Instituto Militar de Engenharia (IME).

Engenheiro 2001 – Ciclo de 13 teleconferências sobre o ensino e o mercado de trabalho em engenharia no Brasil, promovido pela Fundação Vanzolini, com recursos da FINEP. Transmissão de programas de televisão, com recepção por antenas parabólicas nas escolas de engenharia.

Divisão de Educação a Distância – O Centro de Educação a Distância do Senai/RJ passa à denominação de Gerência de EAD em 1996 e, em 1997, para Divisão de Educação a Distância (Diead). Dos cursos criados até então, todos eles por auto-instrução por uso de material didático impresso, apoio de tutoria e consultoria técnica, continuam em oferta no catálogo do SENAI: Noções Básicas de Qualidade Total, Higiene e Segurança do Trabalho para a Qualidade de Vida, Uso Eficiente de Energia.

1998

Universidade Virtual do Centro-Oeste – Criação do programa de cooperação Consórcio Interuniversitário, em EAD entre as universidades públicas do Distrito Federal e dos estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Projeto Sala de Aula Extensão por Internet – A Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia (Facom/UFBA) lança um projeto de utilização do ciberespaço como instrumento pedagógico, oferecendo como primeiro curso Introdução à Ciberultura. Em seguida, oferece cursos de Hipertexto e Ficção Literária, *Marketing*, Novas Tecnologias, Arte e Cultura, e Jornalismo *On-line*. Módulos de atividades de aprendizagem por Internet, divididos em semanas temáticas. Conteúdos próprios no *site* do curso, e *links* de interesse para comentários dos alunos. Tutoria de orientação das atividades por lista de discussão via Internet.

Formação de Docentes para o Ensino Superior/Telecomunicações – Universidade Gama Filho – RJ. Programa de qualificação pedagógica de profissionais para o exercício do magistério universitário. Orientação de estudo, através do acompanhamento individualizado de atividades propostas. Avaliações realizadas presencialmente uma vez por mês, pelos professores das disciplinas, que desempenham funções de tutoria. Atendimento aos alunos através de núcleos avançados da UGF nas cidades de Campos, Florianópolis, Fortaleza, Iguaba, Taguatinga, Juiz de Fora, Nova Friburgo, Ribeirão Preto, Rio de Janeiro (UGF), São Luís, Teixeira de Freitas, Três Lagoas, Uberlândia e Volta Redonda (FOA). Telecomunicações:

- Objetivo: possibilitar o aperfeiçoamento profissional de graduados que desejem se beneficiar da oportunidade de conciliar trabalho e estudo mediante um sistema de ensino flexível e de qualidade.
- Público-alvo: o curso se destina a profissionais de nível superior. Em particular, engenheiros eletrônicos e de telecomunicações.
- Metodologia: a mesma do curso para Formação de Professores para o Ensino Superior.

Especialização via Internet – O Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da UFSC e o Serviço Nacional da Indústria (Senai), com uso de ambiente virtual de aprendizagem desenvolvido pelo Laboratório de Ensino a Distância, oferecem o curso de especialização por Internet em Gestão de Instituições de Ensino Técnico, com alunos de todo o País acessando o curso. Duas novas turmas foram lançadas em setembro de 1998 e em março de 1999.

Capacitação de Professores – A Universidade Federal de Uberlândia produz cursos de educação continuada para professores do Ensino Fundamental e do Ensino Médio da rede estadual de Minas Gerais, com o uso de televisão, mídia impressa e supervisão presencial.

Projeto Político-Pedagógico – A Secretaria da Educação do Estado de Santa Catarina oferece programa de educação continuada para 43 mil professores da rede estadual, com um ano de duração, sobre a proposta curricular e as práticas pedagógicas no Estado. Impressos, videoaulas, telefonia e teleconferências. LED/UFSC/SED-SC.

Rede Universitária de EAD – Em março, a UFSC dá início às aulas do Plano Sul de Pós-Graduação a Distância, oferecendo sete cursos de mestrado simultaneamente para alunos em seis universidades, interligadas por videoconferência no interior de Santa Catarina. Programa financiado pela Capes e pela Fundação Catarinense de Ciência e Tecnologia (Funcitec).

Contabilidade Prática Avançada – Curso de Contabilidade Prática Avançada a Distância. Especialização oferecida pela Escola de Administração Fazendária (Esaf – Ministério da Fazenda), para professores de Contabilidade e de Auditoria. São matriculados 263 alunos.

Cursos *On-line* – Projeto Virtus – Iniciam-se as parcerias do Projeto Virtus com a comunidade externa à academia. Realização de cursos *on-line* para auditores fiscais da Escola Superior de Educação Fazendária. Consultoria técnico-pedagógica e sistemas de comunicação do Projeto VIRTUS, indicados pela instituição contratante.

Capacitação de Professores – Fundação Demócrito Rocha (CE). Programa especial de formação continuada para professores do Ensino Fundamental do estado do Ceará atende 32.709 matrículas. Os alunos estão distribuídos em 10.702 escolas em 184 municípios.

MBA Gestão de Entidades e Sistemas de Previdência – O grupo de trabalho UNIVIR, núcleo de educação a distância da Faculdade Carioca (RJ), inicia a oferta de duas disciplinas de um programa de pós-graduação por internet, com uso do ambiente *Learning Space* (Lotus Corporation). No mesmo ano, sempre com o uso de entrega de conteúdos e de atividades de aprendizagem via rede, realiza os seguintes cursos: Planejamento e Desenvolvimento de Cursos de EAD via Rede, em parceria com a Cia. Vale do Rio Doce; Introdução à Internet e Fundamentos da Ação Gerencial, em parceria com a Polícia Militar do Rio de Janeiro; Introdução à Administração; e Metodologia de Pesquisa, com atividades complementares a disciplinas do curso regular de Administração da instituição. Além disso, produz portais educacionais para hospedar informações de acesso a cursos para a Associação Brasileira de Recursos Humanos, o setor elétrico (Eletrovir), e a Secretaria Municipal de Trabalho do Rio de Janeiro (Universidade Virtual do Trabalhador).

Núcleo de Educação a Distância – Criação do Núcleo de Educação a Distância da Universidade São Francisco. Espaço de pesquisa, desenvolvimento e produção de EAD por mídia impressa, utilização de vídeos e também ambientes Internet. Produção de dois cursos de extensão em 1998: Treinamento em *Visual Basic* via Internet, e Vamos Aprender: ouvir e perguntar, eis a questão. *Design* instrucional com uso de material impresso, tutoria por internet, sistemas de telefonia e correio. Início de atividades a distância por internet como complemento do ensino presencial, principalmente para tirar dúvidas de alunos.

Cursos *On-line* em Saúde – Lançamento de novos cursos pela Universidade Federal de São Paulo: Aperfeiçoamento em Interpretação do Campo Visual (educação continuada); Aperfeiçoamento em Nutrição em Saúde Pública (especialização) e em Ortopedia Oncológica (especialização). Aprendizado centrado na resolução de problemas, com uso de estrutura de *Web* e hipertexto. Recursos de Hiperídia, correio eletrônico, real vídeo e lista de discussão. Realização da Escola Paulista de Medicina.

1999

Expansão da Oferta de Cursos por Internet e Videoconferência – Este ano tem como principal característica o crescimento do número de instituições de Ensino Superior e de institutos em direção ao uso da internet como mídia preferencial de interação para cursos em todos os níveis. O uso da videoconferência continua restrito a programas de pós-graduação desenvolvidos em parcerias interuniversitárias ou entre universidades e empresas. Os seminários e congressos de EAD realizados no Brasil têm como destaque as estratégias de uso e as ferramentas de gerenciamento administrativo e da aprendizagem orientadas para a Internet.

Didática do Ensino Superior Design de Aplicações para Internet – Universidade São Francisco – RJ. Cursos de extensão em Didática do Ensino Superior e em Automotivação; programa de especialização a distância em *Design* de Aplicações para Internet; Programa Dúvida Net, para esclarecer dúvidas de alunos da graduação pela internet. Na pós-graduação o *design* instrucional de um curso semipresencial, com aulas quinzenais dividindo as atividades com aulas virtuais e tutoria pela internet. Nos cursos de extensão, uso de materiais impressos, fita de vídeo e tutoria por internet.

Revisão de Disciplinas e Atividades de Recuperação para Alunos a Distância – Universidade Brás Cubas (SP). Início de atividades com a plataforma *Learning Space*. Como estratégia para preparar os quadros da universidade para a EAD, a UBC estimula o uso do Learning Space como ferramenta para atividades de revisão de conteúdos e para etapas de recuperação de alunos em dependência.

Jornalismo *On-Line* e outros – O projeto Sala de Aula, da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia oferece novamente o curso de extensão Jornalismo *On-line*. Programa baseado no uso da mídia Internet.

Disciplinas *On-line* – Cursos de Extensão a Distância – O Projeto VIRTUS consolida-se na Universidade Federal de Pernambuco e inicia a oferta em escala de disciplinas a distância. Os dados de 1999 registram: 30 disciplinas de graduação a distância (cursos de Comunicação Social, Ciência da Informação, *Design* e Educação). Uso do software próprio “ambientes virtuais de estudo”. Mil alunos e 20 professores envolvidos. Cinco disciplinas da pós-graduação a distância (Informática, Educação, Comunicação e Informação, Sociologia, Engenharia Elétrica); Educação Continuada em Contabilidade. Programa em parceria com a Escola de Administração Fazendária (ESAF). Dois mil alunos e 109 professores envolvidos; Especialização em Educação, com sistema misto presencial e a distância. Cinquenta alunos atendidos; Curso de extensão em Ambientes Virtuais de Estudo, com 50 alunos; Curso de extensão em Proteção e Controle em Sistemas de Potência, com atividades por internet e interações também por videoconferência. Trinta alunos atendidos.

Introdução à Cultura Judaica – Primeiro curso *on-line* das Faculdades Integradas Hebraico-Brasileiras Renascença, de São Paulo. Utilização de ambiente Internet de aprendizagem. Curso de extensão, gratuito aos inscritos. Certificação por participação nas atividades propostas.

Programa de Pós-Graduação a Distância – Programa de Extensão a Distância – Cursos de pós-graduação oferecidos: Pensamento Político Brasileiro, Telecomunicações, e Formação de Docentes para o Ensino Superior. Cursos de extensão: Introdução Histórica ao Liberalismo e Introdução ao Estudo do Código de Defesa do Consumidor. Até 1999 já

estavam implantados 14 pólos pedagógicos da Universidade Gama Filho – RJ (UGF) para atendimento de alunos a distância, em 10 unidades da Federação.

Universidade Virtual – A Universidade de Brasília oficializa com o nome Universidade Virtual suas atividades de educação a distância. Oferta sete cursos de extensão, dois de aperfeiçoamento e um de especialização. Utilização crescente da mídia Internet, sinalizando uma transição do modelo de ensino por correspondência, até então característico da UnB, para estratégias pedagógicas e recursos tecnológicos de terceira geração em educação a distância. A Especialização em Educação Continuada e a Distância utiliza como ambiente Internet o *software* canadense Virtual U.

Estágio de Convergência de Mídias – Programa Engenheiro Empreendedor – Com o aumento do número de usuários de Internet, o que permite ganhos em capilaridade em escala nacional, o LED/UFSC adota o uso da rede também para os programas de capacitação a distância para grandes contingentes, que até então utilizavam estratégias de mídias integradas (teleconferência, material impresso, videoaulas, sistemas DDG). O uso da rede ocorre em paralelo aos recursos anteriores, estimulando a clientela a migrar para o uso da internet. Realização de oito programas de extensão no ano, com quase dez mil matrículas. Nos programas de pós-graduação a distância com o uso da videoconferência, os professores são orientados a aumentar a intensidade de interações e de atividades de aprendizagem pela Internet. Assim, a Internet deixa de ser mídia acessória e passa à condição de mídia complementar. Início de treze novos cursos de pós-graduação em 99. **Engenheiro Empreendedor:** Realização de um programa integrado de educação a distância patrocinado pela FINEP, atendendo a todas as faculdades de engenharia no Brasil. Acesso gratuito para sessões de teleconferência, Programa de Aprendizagem a Distância em Plano de Negócio e Concurso Nacional de Planos de Negócio, via internet, com o objetivo de estimular o comportamento empreendedor em estudantes de Engenharia. Especialização para professores de Engenharia em Empreendedorismo.

Especialização em Moda – Realização pela Universidade Anhembi-Morumbi – SP de programa de especialização em Moda para 200 alunos. Uso de ambiente virtual de aprendizagem Internet. Realização de programas de extensão por internet nas áreas de turismo, *marketing* e comércio exterior.

Mestrado a Distância em Informática – O Mestrado em Informática da PUC de Campinas alcança 90% de virtualização nas disciplinas oferecidas. Os alunos selecionados para o mestrado podem fazer a opção em cursar presencialmente ou a distância as disciplinas já formatadas para EAD. Todos os alunos dos mestrado, presenciais ou a distância, são avaliados presencialmente. Análise da produção acadêmica indica que não existe perda de efetividade na aprendizagem dos alunos a distância. Ao contrário, surgem indicadores de um rendimento melhor dos alunos nesta opção.

Curso de Inglês/Especialização em Administração Industrial – A Universidade de São Paulo, através da Fundação Vanzolini, da Escola Politécnica, lança duas disciplinas do curso de Especialização em Administração Industrial na Internet e o curso *Trend Distance Learning*, também pela internet.

Licenciatura a Distância – O Núcleo de Educação a Distância da Universidade Federal do Mato Grosso (NEAD/UFMT) conclui programa de capacitação interna para o uso da Internet e de CD-ROM nos seus cursos, e realiza a formação de professores e tutores para atuar em EAD. Lança proposta para realizar nova licenciatura a distância em pedagogia, com 1.500 vagas para professores em exercício no estado do Mato Grosso.

Curso de Extensão em Micro-Informática – Curso de Extensão em Informática Educativa – Desenvolvimento de curso de Micro-Informática pela Faculdade Carioca e Fundação Demócrito Rocha (CE) de cursos virtuais em Micro-Informática Básica. Abordagem de processadores de texto, planilhas eletrônicas, sistemas operacionais e Internet. Criação de programa virtual de Informática Educativa, para sensibilizar docentes e profissionais da educação para as possibilidades de utilização dos recursos da informática no ensino. Curso estruturado em seis módulos de aprendizagem, com duração prevista para seis meses de atividades pelos alunos.

Curso de Histopatologia – Material suplementar a cursos curriculares de graduação. Acesso livre aos alunos da instituição, com atividades de avaliação por autocorreção *on-line*. No ar desde junho de 1999. UNIFESP – Escola Paulista de Medicina.

Proformação – SEED – MEC – A Secretaria de Educação a Distância do MEC forma parcerias com os estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e oferece o Programa de

Formação de Professores em Exercício (Proformação), para habilitação em nível de 2º Grau de 1.199 professores leigos. Início do curso em fevereiro de 1999. Curso com uso de materiais impressos, videoaulas e encontros presenciais quinzenais para tutoria e avaliação. Ao final de dois anos de curso, os alunos recebem diploma de “Magistério”, independentemente da formação anterior.

UNIREDE – Universidade Virtual Pública do Brasil – Em dezembro, 18 universidades públicas reúnem-se em Brasília e lançam documento pela criação da Universidade Virtual Pública do Brasil. O movimento recebe adesão de praticamente todas as IES federais e estaduais, superando 50 instituições signatárias do projeto em três meses. Em abril de 2000, os Ministérios de Educação e de Ciência e Tecnologia baixam portaria nomeando comissões de trabalho para analisar a viabilidade de criação da instituição.

1.2.10 Início da primeira década de 2000

2000

PUC – Virtual, PUC – Minas Gerais e PUC – Porto Alegre – As universidades católicas em Belo Horizonte (MG) e em Porto Alegre (RS) lançam programas próprios de educação a distância. Ambos os projetos caracterizam-se pelo uso consorciado de mídias, utilizando-se de canais universitários, *links* de satélite para videoconferência, internet, suporte em materiais impressos e produção multimídia.

Universidade Virtual Brasileira – Um consórcio de oito universidades particulares e comunitárias cria a marca Universidade Virtual Brasileira, para cooperação em desenvolvimento de plataformas tecnológicas comuns, produção de conteúdos para EAD, definição de metodologias de trabalho, formação de recursos humanos e oferta de cursos por EAD.

Universidade Virtual do Rio Grande do Sul – As universidades comunitárias do Rio Grande do Sul associam-se num projeto de cooperação para criação de uma universidade virtual.

On-line University – Em julho, a Universidade Estácio de Sá coloca na Internet o portal www.onlineuniversity.com.br, anunciando serviços de apoio a estudantes do Ensino Médio, a alunos do Ensino Superior e oferecendo cursos a distância.

Proed – Unipar – Universidade Paranaense. Início da oferta de cursos a distância para o ensino das ferramentas do pacote Microsoft Office. Cursos modelados com o ambiente TopClass.

Universidade Virtual Pública de Santa Catarina – Em agosto, o sistema Associação Catarinense das Fundações Educacionais (ACAFE), que reúne as instituições universitárias criadas pelo poder público municipal no estado de Santa Catarina, cria um consórcio de cooperação em direção à universidade virtual.³

³ Pesquisa em material bibliográfico dos autores, consulta a fontes primárias das instituições citadas e dos educadores coordenada por João Vianey. Participaram da pesquisa: Ana Lúcia B. de Castro, Angelo Clemente Sganzerla, Antônia Petrowa, Arnaldo Niskier, Carmem Silvia Maia, Celso Niskier, Cláudia Landim, Cláudio Moura e Castro, Dilsa Montoro, Elias de Oliveira Motta, Gabriel Mário Rodrigues, Isaías Sidney, Ivônio Nunes Lina Barreto, João Roberto Moreira Alves, José Alves, Kátia Morosov, Lúcia Radler dos Guaranys, Maria de Fátima Guerra de Sousa, Marilena Garcia, Marlene Blois, Morgana Barbieri, Nara Pimentel, Nelly Moulin, Oreste Preti, Paulo Cunha, Roberto Salvador, Terezinha Saraiva, Vera Salvador, Viviane Bernardo, Waldomiro Loyolla.

CAPÍTULO 2 – GLOBALIZAÇÃO E O ENSINO A DISTÂNCIA

2.1 A Comunicação Através dos Séculos

A escrita foi inventada há 3.000 anos. Ela é a principal ferramenta de comunicação, expressão e registro da informação.

Os martelos e pontais singravam as pranchas de pedras, desenhando ou grafando a lápide para garantir o registro do pensamento, das idéias e ideologias, como os Dez Mandamentos, nos jazigos de cemitérios, onde a morte é eterna. Sucederam tais ferramentas de registros as penas de aves, tintas e pergaminhos, ou registros de baixa resolução.

A escrita não mudou muito em relação ao seu passado. Ela vem, sim, ao longo dos séculos ganhando novos tratamentos de manuseio, tornando-se cada vez mais precisa.

Hoje a manipulação da escrita está na forma digital, ou seja, escreve-se no teclado, lê-se no monitor. Em seguida são “cuspidos” num rompante os caracteres impressos na folha de papel. É o tempo da modernidade e da tecnologia. É a era digital dos registros.

Mas os primeiros registros datam do tempo do homem das cavernas. E não foi com caracteres, mas com desenhos do seu cotidiano, de suas caçadas, do clã, do fogo e das suas ferramentas (paus, lanças, pedras polidas, etc.). Com o desenho, o homem registra a identificação da sua caverna. Hoje, essa identificação é denominada de escritura pública da caverna, aliás, do imóvel. Assim se inicia o processo de registro, identificação e, conseqüentemente, a comunicação e a informação.

Os homens utilizam a técnica mais primitiva das cavernas para conquistar a globalidade da era digital. O desenho, a pintura, que vem atravessando séculos e séculos, registra e narra a história da humanidade e, por isso, seu valor é imensurável.

2.2 A Informação Global

É colorida e na forma de ícones a prova da informação global. Os sistemas operacionais dominantes dos programas computacionais para usuários são os que apresentam gráficos, desenhos, ícones manipulados por *mouses*. Os sistemas operacionais que foram

desenvolvidos no formato alfanumérico hoje são rejeitados pelo grande número de usuários de computadores devido à sua complexidade na interatividade operacional descritiva.

Os caracteres não se tornarão nunca obsoletos devido à grande capacidade dos recursos descritivos e de registros que eles permitem ao formatar uma idéia com a precisão de 100% do registro e do resgate dessa informação.

Atualmente, na universalidade dos homens, uma minoria manipula com eficiência as letras, palavras, frases e, concomitantemente, a comunicação. Essa resultante constata que poucos homens têm o domínio da expressão e comunicação para com seus semelhantes. Ao não se dominarem as palavras, as frases e textos, restringe-se a comunicação, tornando-a instrumento de poucos. Com a hipomídia¹ e a hipermídia não há materialização dos pensamentos e idéias de toda a humanidade. A Bíblia é o exemplo número um da hipomídia para hipermídia. Com grande esforço, ela foi materializada. E quantas bíblias, no decorrer da nossa evolução, se exauriram devido a esse processo? Inúmeras.

As pessoas, em sua grande maioria, utilizam a gesticulação, a mímica, os sinais (quase-desenho), os símbolos (placas de trânsito), ou melhor, a imagem. A imagem transmite uma enorme quantidade de informação em milésimos de segundos, ou seja, a trezentos mil quilômetros por segundo. Essa é a capacidade natural de captação e processamento de informações do cérebro humano.

O homem atual comunica-se com imagens em movimento desde *Os Tempos Modernos*, no qual, por meio de gestos e mímica, Charles Chaplin se comunicava e se divertia dando “pão e circo” às classes sociais mais diversas e adversas do planeta e, simultaneamente, ironizava e criticava a metodologia da nossa sociedade na busca da socialização que transforma o *homem sapiens* numa simples máquina de repetição. Os efeitos colaterais dessa repetição são a atrofia dos neurônios e o desenvolvimento da massa muscular. Final de milênio e os companheiros continuam em conflito, parte deles porque pensa de menos e só desenvolve os músculos, outra parte porque pensa demais e não desenvolve os músculos.

É a guerra da auto-afirmação. A força *versus* a intelectualidade.

To be or not be? That's the question.

¹ **Hipomídia:** definição do autor desta dissertação para o processo de produção e distribuição de publicações científicas. Só os setores científicos da sociedade personificam suas idéias, pensamentos, estudos para serem sorvidos pela própria estratificação da sociedade.

O prenúncio da Era da Informação se manifesta com o mesmo objetivo do da Era Industrial, ou seja, o **poder**. Mas o poder na Era Industrial era estático. O **poder** na Era da Informação é extremamente volátil. Com isso, teremos uma diversidade de poder muito grande em muito pouco tempo. Essa alternância caracteriza e consolida o que Demóstenes na Grécia Antiga definiu como democracia: *poder de todos ou alternância de poder*.

É importante ressaltar que o desenvolvimento tecnológico crescente converge cada vez mais para a integralização das mídias, possibilitando a integração global da sociedade. A livre informação na rede mundial, a crescente necessidade de uma língua mundial oficial, a redução das distâncias e outros fatores formam um contingente de exigências na sociedade, tais como cooperação, comunicação, aproximação, integração e demais agregados que aceleram o desenvolvimento global.

O catalisador do desenvolvimento sobre toda a sociedade globalizada nunca ocorreu na humanidade. Esse fato é um vetor que provavelmente possibilitará um desenvolvimento alucinante ainda nos tempos atuais. Temos registros anteriores e resultados desse vetor em nações isoladas somente no período das grandes guerras, quando surgiu a tecnologia de que a humanidade começa a desfrutar só hoje, 50 anos depois.

A convergência da tecnologia ocorrerá quando os softwares e os hardwares – ou seja, os programas, o computador, a Internet, o CD-ROM, o vídeo, a televisão, o telefone, a realidade virtual e outros equipamentos e acessórios, produtos e serviços – tiverem a compatibilidade das interfaces de integração concluída. Quando todos estiverem ligados, iniciar-se-á a aceleração do desenvolvimento, marcando a história com o fim da Era Industrial ou Pós-Industrial.

Certamente, esse será o marco do início da Era da Informação, a integração. O homem do futuro tende a se comunicar quase exclusivamente por meio das imagens e dos sons. Provavelmente, a multimídia será o alfabeto; ou as letras, palavras e frases do amanhã. Uma nova forma de relacionamento, integrado, nas mais diversas áreas científicas da humanidade possibilitará avanços científicos e sociais de forma mais ampla e popular. A mídia será exibida e exposta em grande escala e na constância do dia e da noite. Será aplicada aos mais diversos fins: informação, didático, comunicação, software, lazer, comércio, serviços, entre outros.

A definição da mídia no futuro é uma questão primordial. Qual será a mídia mais adequada para os diversos fins? Quais os meios e equipamentos que farão a transmissão e recepção dessa comunicação? Todos terão acesso disponível em pontos diferentes e

eqüidistantes tanto para transmissão como para recepção? Qual será o nível de produção e os fatores determinantes da escolha para atingir a totalidade da massa globalizada?

Será que toda a aldeia global terá acesso à mídia global? A distribuição de uma mídia à qual nem todos tenham acesso criaria um desnível intelectual que seria danoso à parcela da sociedade menos privilegiada e também à eficácia do desenvolvimento (integral) da humanidade, na sua globalidade.

E quem não souber se expressar ou escrever através do “vovô” da mídia – a linguagem cinematográfica – estará à margem da civilização do futuro? Como classificar alguém que sabe ler, mas que não sabe escrever?

Os novos progressos na tecnologia dos computadores, da comunicação, das fibras ópticas prenunciam uma nova televisão e a morte da telefonia convencional descoberta em 1876, no século retrasado.

Surge um novo paradigma em que as comunicações de pessoa para pessoa darão lugar à virtualidade e vínculos entre os computadores (que se encontrarão) em cada canto da Terra. A ascensão do telecomputador transformará totalmente o modo como fazemos negócios, educamos nossos filhos e aproveitamos nosso tempo de lazer.

Um grande ponto final será colocado aos excessos da grandiosidade, da concentração e centralização da ganância na aldeia global. A sociedade girará em torno de suas inúmeras engrenagens, que, agrupadas, moverão o eixo motriz do desenvolvimento pleno de toda e para toda a humanidade.

O que podemos concluir agora é que o futuro está relacionado diretamente ao número de aparelhos de televisão que existem no mundo. Está chegando a *Internet II*, a *WEBTV* que transformará a televisão passiva em uma televisão interativa, possibilitando ter uma sala multimídia em todos os lares de todas as camadas da sociedade.

Pensem o que uma sala multimídia significa. Mais do que equipamentos e lazer. Uma emissora de televisão para veicular idéias e pensamentos aos quatro cantos do planeta Terra. A Era da Informação se efetivará quando a mídia for de todos para todos.

E Assim Caminha a Humanidade²... rumo à informação.

² ASSIM CAMINHA A HUMANIDADE. Direção: George Stevens. Produção: Henry Ginsberg, George Stevens Writing. Créditos: Edna Ferber, Fred Guiol, Ivan Moffat. Giant, EUA, 1956. Sinopse: O plano de fundo deste filme é o Texas, e a época de ouro da descoberta de petróleo. Em primeiro plano, no entanto, está aberto o conflito entre duas gerações. De um lado, o sólido fazendeiro Rock Hudson e sua esposa Elizabeth Taylor. De outro, o jovem, ambicioso e aventureiro James Dean. Tanto a solidez dos poços de petróleo de Rock fica abalada, quanto o seu casamento. Épico baseado no livro de Edna Ferber, que deu o Oscar de melhor diretor para George Stevens e o de melhor ator para Rock Hudson. Um clássico imperdível. Vibrante retrato de uma América em mudança.

2.3 Imagem – A Informação Inteligente

A imagem clássica dos aparelhos de difusão no topo da pirâmide e dos receptores confinados na base está se rompendo com o que Pierre Lévy³ batiza de *a nova arquitetura dos espaços de comunicação* da Internet.

A comunicação predominante entre espectador e apresentador no presente é a interatividade do espectador com o apresentador do programa. Hoje, o espectador não se contenta mais em receber somente a programação. A interatividade nos programas de televisão (sinal aberto ou mesmo fechado) ocorre por meio de cartas, telefone, fax, e-mail, internet (salas de discussão). A interatividade é o pré-requisito mínimo para manter a menor audiência possível de um programa de televisão.

O espectador necessita participar dos programas, questionar, interferir, interagir com o apresentador ao vivo, formular as suas questões, direcionando o programa para o seu mundo. A interatividade possibilita ao espectador aferir o comprometimento do programa com o público (espectador) ou com o patrocinador, ou mesmo com terceiros.

Mas a transmissão passiva ainda predomina na programação, principalmente nas novelas e minisséries. O programa passivo ainda sobrevive com baixo nível de audiência. O maior vilão do programa passivo é o programa ao vivo, que reporta as desgraças dos outros. O espectador passivo é o espectro dos instintos animais. Esse espectro também tem reflexo no comportamento do voyeur⁴ e do sadomasoquista. O homem animal em sua *Inteligência Emocional*⁵ reflete os instintos pré-históricos, selvagens, nos dias atuais. Ele gosta de apreciar os dissabores, as desgraças dos outros. Enquanto a humanidade não for toda civilizada através do ensino, o instinto animal estará sempre presente. É só abrir os jornais nas páginas policiais.

Mas o grande desafio no presente é (re)educar, salvar, reciclar o espectador passivo, transformando-o em um espectador ativo, com pensamentos, reflexão e capacidade de discernimento. Vejamos os pensamentos neoliberais abaixo.

A interatividade entre a transmissão (o apresentador) e o receptor (o espectador) também é a visão do Matt Johnson⁶, vice-presidente de Nova Tecnologia da News

³ LEVY, Pierre. **O teórico da ciberdemocracia**. Disponível em: <<http://www.uol.com.br/internet/webzona/levy.htm>>. Acesso em: 21 jan. 2002.

⁴ PEREIRA, Helena B.C.; SIGNER, Rena. **Dicionário Francês-Português Michaelis**: Voyeur. [vwa'ju] sm voyeur, pessoas que gosta de espionar cenas eróticas.

⁵ GOLEMAN, Daniel. **Inteligência emocional**: a teoria revolucionária que redefine o que é ser inteligente. 64. ed. Tradução de Marcos Santarrita. Rio de Janeiro: Objetiva, 1995.

⁶ MATT Johnson, citado por Claudia de Souza. Publicidade cresce na Internet. **Jornal do Brasil**, 29 jun. 1996.

Corporation, pertencente ao magnata da imprensa Rupert Murdoch, que arrisca: “Quem identificar na Internet uma relação de pessoa a pessoa, e não de um para muitos, vai ganhar muito dinheiro”⁷.

Johnson inclui, com destaque, a Internet no mercado hiper-segmentado da virada do milênio. E completa: “não haverá uma única comunidade que considera importante, seja a do ensino, esporte, automóveis, etc.”⁸.

Warren N. Lierfab, presidente da Warner Home Video, confirma: “Decidimos investir em projetos que permitam experiência interativa rica. É o que as pessoas desejam cada vez mais”⁹.

Com a evolução tecnológica na eletrônica, o rádio e a televisão passaram a ser companhia em todos os lares, ricos e pobres. Um rei no século XV não teve o conforto que uma família pobre tem nos dias de hoje. O que a eletricidade possibilita aos lares causa um grande disparate em relação aos tempos medievais. A eletricidade possibilita obter a energia para a lâmpada emitir luz, o que permite inúmeras atividades noturnas. Realmente, podemos dizer hoje que “O rei estava nu e não sabia”! Mas eu pergunto: qual era a quantidade de itens de produtos industrializados para aquisição no século XV? O que adiantava possuir a riqueza de um rei sem ter onde e como desfrutá-la?

Acima apresento as perguntas para o século XV. A seguir faço a pergunta para os tempos atuais: o que fazer com inúmeros telefones, microcomputadores, televisores e demais equipamentos eletrônicos com tantos recursos tecnológicos que estão nos escritórios, salas, instituições e lares?

Quem responde à questão acima é o deputado Federal José Genoíno (PT-SP):

A esquerda deve perceber que, na agenda da globalização viabilizada pelas explosões digital e satelital, estão em confronto duas perspectivas de humanidade em relação às quais se deve claramente tomar partido. De um lado, combater os malefícios do novo padrão de desenvolvimento (competição selvagem e excludente, desemprego culturais, capitais financeiros especulativos). De outro, apoiar a perspectiva humanista de cooperação internacional entre forças empenhadas nas lutas contra as desigualdades e injustiças, e em favor de uma maior democratização dos

⁷ MATT Johnson, citado por Claudia de Souza. Publicidade cresce na Internet. **Jornal do Brasil**, 29 jun. 1996.

⁸ MATT Johnson, citado por Claudia de Souza. Publicidade cresce na Internet. **Jornal do Brasil**, 29 jun. 1996.

⁹ LIERFAB, Warren N., citado na **Gazeta Mercantil**, 1 dez. 1996.

benefícios tecnológicos, de busca de soluções para os problemas do meio ambiente e da pobreza.¹⁰

Pode-se entender pela citação que o deputado federal José Genoíno (PT-SP) acredita que a cidadania e os direitos humanos deixarão de freqüentar somente os países desenvolvidos e outros em desenvolvimento. A globalização (tecnológica) possibilitará aos países subdesenvolvidos, aos países pobres, a luz, o cerne para as mais diversas questões, e otimizará a institucionalização dos preceitos legais da igualdade entre os cidadãos do Terceiro ao Primeiro Mundo.

Os aparelhos eletrônicos que tecem a teia mundial da informação acabarão com a distância e o tempo, e difundirão o conhecimento entre os cidadãos, países, continentes.

O custo financeiro da globalização está cada vez mais reduzido. Além do custo acessível, a depreciação dos equipamentos é vertiginosa, acelerando ainda mais o processo da globalização. A vida útil da tecnologia nos países desenvolvidos é de seis meses, conforme Bill Gates¹¹ em seu primeiro livro. Esses fatores, custos menores, vida útil curta, depreciação, tecnologia obsoleta para atividade de ponta, favorecem em muito os países subdesenvolvidos.

Os equipamentos obsoletos são considerados lixos eletrônicos. Torna-se um problema descartá-los no meio ambiente. É menos oneroso doá-los aos países paupérrimos, ou a instituições filantrópicas do que descartá-los como lixo eletrônico.

Esse procedimento descrito acima ocorre aqui no Terceiro Mundo, que é a solução dos problemas e o subsídio para o desenvolvimento do Primeiro Mundo. Posteriormente, esse procedimento de solução e subsídio para o Primeiro Mundo é transferido dos países subdesenvolvidos para os países paupérrimos. Os equipamentos totalmente obsoletos estão saindo dos países subdesenvolvidos e viabilizando o processo da democratização da informática nos países paupérrimos. Com esse procedimento, o Terceiro Mundo é re-classificado como emergente.

Não se pretende aqui salvar a humanidade com a disseminação das máquinas. O homem vem dominando a Terra e chegou a um ponto em que a grande massa não consegue distinguir entre o que é reprodução da espécie e prazer do ato sexual. Faz sexo por prazer e acaba se reproduzindo de maneira não sustentável.

¹⁰ GENOÍNO, José. A Esquerda e a globalização. *Jornal da Tarde*, 8 jun. 1996.

¹¹ GATES, Bill. *A estrada do futuro*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

Ainda temos uma grande massa de ignorantes que sobrevivem na miséria da subsistência e na escuridão do conhecimento. Subsistem como animais instigados pelo (seu) instinto selvagem da perpetuação.

Enquanto alguns homens, em breve, chegarão a Marte, aqui na Terra, por omissão do sistema, uma grande massa está “socada em um latão de lixo”. O sistema que está aí não consegue proporcionar ao homem o discernimento entre o entretenimento (sexo) e a reprodução. O ordenamento social e a própria sociedade eclodiram (explosão demográfica), inviabilizando o regramento que possibilitaria o desenvolvimento da civilização, da família, da propriedade do Estado e da intelectualidade do homem. A explosão demográfica é a causa da desordem social. Vivemos em um período em que não estamos mais submetidos à soberania da ordem. A humanidade está avançando cada vez mais para a desordem.

Todos apostam na impunidade. A desordem já é tamanha que até as instituições responsáveis pela ordem foram contaminadas pela corrupção, e pela desordem. “As raposas cuidam dos galinheiros”.

Eliana Tereza de Andrade Freitas Caboclo e Maria de Lourdes de Araújo Trindade, em seu artigo *Multiplicidade: cada identidade uma constelação*, argumentam que:

O universo não está mais submetido à soberania da ordem, ele é campo de uma relação dialógica (ao mesmo tempo antagônica, concorrente e complementar) entre a ordem, a desordem e a organização. Esses três elementos estão constantemente em ação e serão eles que nos oferecerão diferentes caminhos possíveis, diversas soluções e infinitos recursos para resolver os problemas que se apresentam. As respostas, entretanto, serão parciais, pois vários elementos mutáveis estarão envolvidos nas soluções encontradas [...].¹²

Ainda nesse artigo, elas também pactuam que:

A escola, inserida num contexto em que a tecnologia predomina, pode formar cidadãos autônomos e conscientes, permitindo que os alunos tenham uma postura crítica diante da massa de informações com que são bombardeados continuamente.

¹² CABOCLA, Eliana Tereza de Andrade Freitas; TRINDADE, Maria de Lourdes de Araújo, **Multiplicidade: cada identidade uma constelação**. Série de Estudos, Educação a Distância, Salto para o Futuro: Reflexões sobre a Educação no Próximo Milênio/Secretaria da Educação à Distância. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto/SEED, 1998, p. 17.

Calvino também apresenta a sua visão de que vivemos na informação que nos formata: “Quem somos nós, senão uma combinatória de experiências, de informações, de leituras, de imaginações?”.¹³

O contexto em volta do homem estabelece (impõe) os verdadeiros e falsos valores sociais, morais e éticos. A novela, o cinema, a música, os livros, revistas, jornais, ou seja, o entretenimento tem o poder de formatar (formar intelectualmente) a criança, o jovem. A escola clássica não tem mais o poder principal de formador ou transformador do ser humano.

O conhecimento através da imagem, do som, da multimídia, está sendo o grande transformador do homem. Entretanto, falta o conhecimento na multimídia. Só o homem pode salvar a si mesmo e à humanidade. As ferramentas estão em todas as camadas sociais.

A integração, a ampliação e a reordenação das conexões entre todos (aparelhos *versus* aparelhos, homem *versus* homem, aparelho *versus* homem) possibilitarão que o tempo, o espaço e o conhecimento global sejam locais em tempo real. A interatividade social será ampla e virtual, resultando na necessidade de uma sociedade global.

2.4 A Distância Não Existe Mais

Há dois conceitos de distância nos dias de hoje: a distância clássica, longe, lá nos confins, distante, demorada, uma extensão física; e a distância virtual, que é sinônimo de riqueza, de tecnologia, de virtualização, de transporte, de conhecimento, de sociedade intercontinental.

A mudança do conceito de “distância” é o resultado da democratização global dos aparelhos eletrônicos que tecem a teia mundial da informação. A teia, a *infoway*, permitirá a reformulação profunda das inter-relações com a distância, o tempo, o conhecimento entre os cidadãos, entre os governos, países, continentes, etc.

Com a realidade da Internet é possível, a qualquer tempo e lugar, ter acesso a bibliotecas, empresas, escolas, universidades e às variadas formas de conteúdos e imagens, sons e textos. É o início da ***Sociedade da Informação***, que se move na velocidade da luz em todos os cantos do planeta. Estamos aqui e acolá. Ou estamos aqui e em vários locais

¹³ CALVINO, Ítalo. **Seis propostas para o próximo milênio**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

(diversos pontos de recepção) ao mesmo tempo. Não somos mais um só, podemos ser o todo, quando ligados, e o nada, quando desligados.

A realidade virtual está realizando uma mudança comportamental no intelecto e no físico do homem. As empresas podem trabalhar 24 horas por dia, independentemente dos períodos matutinos, vespertinos, noturnos. Devido às diferenças de fuso horário, sempre haverá trabalhadores em atividade nos períodos matutino e vespertino de uma determinada empresa em outro continente e no período noturno ou vice-versa. Há grandes empresas internacionais que, com o advento das redes de comunicação, contratam teletrabalhadores virtuais em todos os continentes. Os avanços tecnológicos têm causado forte impacto sobre as mais diversas áreas do conhecimento e das relações humanas.

Neste momento, não se pode deixar de fazer uma analogia entre o fogo e a informação, em grau e importância para o desenvolvimento da humanidade.

Engels, baseado nos estudos de Morgan, classifica e define os fatores e os níveis de desenvolvimento do homem. No estágio inicial, o pré-histórico é dividido em três fases: Estado Selvagem, Barbárie e Civilização.

O que nos interessa é o Estado Selvagem e duas de suas subdivisões.

Estado Selvagem – Fase Inferior: infância do gênero humano. Os homens permaneciam ainda nos bosques tropicais ou subtropicais e viviam, pelo menos parcialmente, nas árvores; só isso explica que continuassem a existir em meio às grandes feras selvagens. Os frutos, as nozes e as raízes serviam de alimento; o principal progresso desse período é a formação da linguagem articulada. Como nenhum dos povos conhecidos no período histórico estava nessa fase primitiva de evolução, período que deve ter durado muitos milênios, não podemos demonstrar sua existência baseando-nos em testemunhos diretos; mas, se admitimos que o homem procede do reino animal, deve-se aceitar, necessariamente, esse estado transitório.

Estado Selvagem – Fase Média: começa com o emprego dos peixes (incluimos aqui também os crustáceos, moluscos e outros animais aquáticos) na alimentação e com uso do fogo. Os dois fenômenos são complementares, porque o peixe só pode ser plenamente empregado como alimento graças ao fogo. Com essa nova alimentação, os homens fizeram-se independentes do clima e da localidade; seguindo o curso dos rios e as costas dos mares, e puderam, ainda no estado selvagem, espalhar-se sobre a maior parte da superfície da Terra. Os toscos instrumentos de pedra sem polimento da primitiva Idade da Pedra, conhecidos com o nome de paleolíticos, pertencem todos, ou a maioria deles, a esse período e se encontram espalhados por todos os continentes, constituindo uma prova dessas migrações [...]. O povoamento de novos lugares e o incessante afã de novos descobrimentos, ligados à posse do fogo, que se obtinha pelo atrito, levou ao emprego de novos alimentos, como as raízes e os tubérculos farináceos, cozidos em cinza quente ou em buracos no chão, e também a caça, que, com a invenção das primeiras armas – clava e lança – chegou a

ser um alimento suplementar ocasional. Povos exclusivamente caçadores, como se afirma nos livros, quer dizer, povos que tenham vivido apenas de caça, jamais existiram, pois os frutos da mesma eram demasiado problemáticos. Como consequência da incerteza quanto às fontes de alimentação, parece ter nascido, nessa fase média, a antropofagia, para subsistir por muito tempo. Dessa fase média do Estado Selvagem, perduram ainda em nossos dias os australianos e diversos polinésios [...].¹⁴

Conclui-se que o fogo foi a primeira ferramenta do homem e também a primeira a propiciar a povoação (globalização) pelo homem do planeta Terra. Hoje se utiliza o termo “globalização” como se estivesse ocorrendo pela primeira vez esse processo.

Ambos, o fogo e a informação, de certo modo, podem ser considerados elementos virtuais. O fogo e a informação como bens materiais não têm valia alguma em nossas mãos. O fogo e a informação são ferramentas para se obterem outros resultados.

Tivemos o homem das savanas, que habitava árvores e cavernas, o domínio do fogo, o *Homo sapiens*, os bárbaros, as civilizações.

Pedro Paulo Poppovic, no livro *Salto para o Futuro*, afirma:

O tema da incorporação de nova tecnologia e suas linguagens na educação deixou de ser polêmico. Afinal, não explorar na escola um potencial de recursos tão ricos seria o mesmo que hospitais rejeitarem aparelhos de tomografia computadorizada ou pessoas se recusarem a usar o caixa eletrônico do banco. A questão agora é como os atores educacionais vão se apropriar dessas novas tecnologias, não só do ponto de vista de seu manuseio, mas principalmente de sua utilização pedagógica, para que possam provocar impactos positivos na escola.¹⁵

No campo pedagógico a distância, sobre o qual esta dissertação discorre, o ensino em que o professor leciona *in loco* hoje é contraproducente e economicamente inviável em todos os sentidos (aluno, professor, escola). As ferramentas utilizadas e desenvolvidas pelo ensino presencial são arcaicas, cansativas e ultrapassadas.

Já o ensino a distância requer ferramentas mais atrativas e modernas para compensar a ausência presencial do professor. Com esse intuito, o ensino a distância requereu a informática e agregou sua tecnologia de informação de maneira clara e objetiva. Hoje, o

¹⁴ ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991, p 22-23.

¹⁵ POPPOVIC, Pedro Paulo. *Salto para o futuro: TV e informática na educação*. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto/SEED, 1998.

ensino presencial busca *know-how* no ensino a distância para se adequar aos tempos modernos.

CAPÍTULO 3 – OS INSTITUTOS E O ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

3.1 A Secretaria da Educação a Distância e Suas Ações

A sinalização para a nova pedagogia educacional advém da era da informação. Com o computador e sistemas multimídias interativos, ficou muito mais interessante praticar ou exercer as atividades intelectuais com o microcomputador.

Antigamente, o autodidata não tinha com quem interagir enquanto realizava seus estudos e pesquisas. Simplesmente ele se isolava em seus cadernos, livros e estudos. O resultado dos esforços aplicados aos estudos demorava dias para ser confirmado.

Nessa caminhada solitária do autodidata, bastava um passo errado, e o caminho estaria fora da rota do raciocínio lógico do conhecimento. O microcomputador deu ao autodidata o laboratório interativo que lhe faltava para permitir a interação entre ele e o seu estudo.

Também não podemos deixar de falar das novas gerações, para as quais essa ferramenta digital tornou o estudo uma atividade agradável e até divertida. Conseqüentemente, os professores atuais tiveram que se reciclar com novas tecnologias para se adaptarem às novas gerações. Essa reciclagem exige uma reformulação de estratégias de aprendizagem, modeladores de conteúdos e orientadores da apropriação a ser feita pelos alunos. Com as novas tecnologias, os professores podem aprimorar bem mais o conteúdo, as ilustrações e a apresentação das aulas.

O planejamento das aulas com a utilização de novas tecnologias requer a elaboração de um roteiro determinando a aplicação da mídia e do conhecimento. A produção de uma aula multimídia exige um grande planejamento, refletindo-se na otimização do aprendizado e da informação junto à comunidade acadêmica.

Com o planejamento, temos o ementário, o roteiro das matérias a serem apresentadas, bibliografia, mural eletrônico, mensagens via *e-mail*, sala de discussão dos itens complexos da disciplina, banco de dados, tudo isso muito mais disponível, a partir de qualquer computador conectado à Internet.

Para começar, a Internet trouxe para o usuário a possibilidade de pesquisar qualquer tema, do mais simples ao mais complexo. Sempre se encontrará um companheiro para

discutir ou trocar pensamentos. Na Internet sempre haverá conteúdos dos mais sérios aos mais bizarros, e sempre aparecerá alguém em busca de novas informações, de novos pontos de vistas, a fim de entender mais sobre um assunto.

O tabu do professor dos Ensinos Fundamental e Médio em relação ao computador ainda é muito grande. O Governo Federal, por meio do Ministério da Educação/Secretaria de Educação a Distância, percebendo a resistência dos professores (ocasionada pela falta de poder aquisitivo) ao computador e na busca de qualidade no ensino e de uma solução para a demanda de vagas, infra-estrutura e de recursos humanos nos cursos dos Ensinos Fundamental e Médio, visualizou a possibilidade de implantar o treinamento e a reciclagem dos professores desses níveis através de programas de treinamento a distância, com a seguinte justificativa:

A Secretaria de Educação a Distância – SEED representa a clara intenção do atual governo de investir na educação a distância e nas novas tecnologias como uma das estratégias para democratizar e elevar o padrão de qualidade da educação brasileira.

Cumprindo suas metas de expansão, o Programa de Formação de Professores em Exercício – Proformação iniciou sua implantação nos estados de Alagoas, Amazonas, Bahia, Maranhão e Tocantins, em janeiro de 2000. A previsão é de que cerca de 15.000 professores da rede pública que não possuem habilitação mínima exigida por lei ingressem no Programa no mês de julho.

Instituído em 1997, o ProInfo já chegou a 2.700 escolas do país, onde estão instalados cerca de 30 mil microcomputadores. O uso pedagógico desses equipamentos é assegurado por meio da capacitação de professores das escolas beneficiadas e dos multiplicadores dos Núcleos de Tecnologia Educacional (NTE). Mais de 20 mil professores já foram capacitados e 223 NTE estão instalados.

A TV Escola entrou na reforma do Ensino Médio. Utilizado na capacitação e atualização do professor, o Programa é um dos instrumentos utilizados pelo MEC na implementação da reforma nas escolas.

O Programa de Apoio à Pesquisa em Educação a Distância – PAPED, lançado em 1997, consiste no apoio financeiro à realização de dissertações de mestrado e teses de doutorado que tratem de temas afetos à educação a distância (EAD) e às tecnologias da informação e da comunicação (TIC) aplicadas à educação.

O projeto Rádio Escola produz séries de programas educativos que se destinam à capacitação e atualização de professores alfabetizadores de jovens e adultos. Desenvolvido em parceria com o Programa Alfabetização Solidária, o projeto organiza-se sob a forma de programas radiofônicos, material impresso e orientação técnica, servindo de apoio ao trabalho desenvolvido em localidades com altos índices de analfabetismo¹.

Os dados estatísticos fornecidos pelo Ministério da Educação (MEC), por intermédio da sua Secretaria de Informações e Estatísticas Educacionais (SEEC), publicados no Jornal do MEC, na edição de julho de 1997, são do Censo Escolar realizado em 1996. São 250 mil escolas públicas no País.

O MEC, o Núcleo Tecnológico Educacional (NTE) e as Secretarias de Educação Estadual lançaram oficialmente no início de 1997 o Programa Nacional de Informática na Educação (PROINFO), que vem cumprindo à risca o cronograma de instalação de 100 mil computadores em aproximadamente 6.000 mil escolas.

O PROINFO repassou 450 milhões de reais às 44.800 escolas públicas para investir na informática e no treinamento de professores no exercício de 1997 a 1998, e desenvolveu programas como o TV Escola e programas de rádio para capacitação de professores para Alfabetização solidária.

3.2 O INEP e as Siglas Avaliativas

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP) foi criado em 1937 e dirigido pelo educador Anísio Teixeira durante os anos 50. Foi desmobilizado durante o período militar. Agora, no Governo FHC, foi retomado, ou seja, re-oxigenado.

Esse Instituto tem sido responsável por extenso levantamento de dados sobre a qualidade do ensino oferecido no País. As pesquisas realizadas pelo Instituto são, notoriamente, um trabalho relevante para a educação brasileira. Através de suas pesquisas, o INEP criou e instituiu métodos de avaliação das instituições de Ensino Superior com a classificação das letras A, B, C, D, E. Quando o conceito é A, significa que a instituição avaliada está entre as melhores do País. Mas quando o conceito é D ou E, o ensino da instituição pode ser considerado de péssima qualidade.

¹ DF. Secretaria de Educação à Distância. **Principais ações e programas do Ministério da Educação**. Brasília, 2002. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/nivemod/educdist.shtm>>. Acesso em: 20 fev. 2002.

Outros itens que compõem as avaliações do INEP são: as condições de ofertas dos cursos, ou seja, a qualificação do corpo docente; graduandos, especialistas, mestres, doutores, e pós-doutores; o projeto didático e pedagógico; as instalações físicas; laboratórios; etc.

Para avaliar esses itens, o INEP instituiu as siglas avaliativas: CMB – conceito muito bom; CB – conceito bom; CR – conceito regular; CI – conceito insuficiente; e SC – sem conceito (não participou da avaliação). A instituição e o corpo de docente é que formarão o acadêmico para as ciências sociais, tecnológicas, científicas, econômicas, artísticas e culturais, possibilitando o desenvolvimento de nossa sociedade.

Mas será que essa avaliação da instituição, indiretamente, também acaba classificando ou desclassificando os acadêmicos para o mercado de trabalho? É importante ressaltar que essa avaliação é sobre a instituição. Mas até que ponto o acadêmico em formação numa instituição estará ou não vinculado ao conceito obtido por ela?

Vamos supor que, quando do ingresso de um grupo de acadêmicos em uma instituição educacional de Ensino Superior, esta detinha o conceito A. Passam-se três anos, e esta instituição é avaliada novamente pelo MEC. No momento da formatura daquele grupo a instituição é conceituada com D, ou seja, descredenciada pelo MEC/Secretaria de Ensino Superior (SESU) devido a três repetidos conceitos D ou E. Diante do mercado, como ficam esses acadêmicos e seu futuro profissional ao constar o conceito de sua instituição como péssima formadora de profissionais.

Pode-se fazer a mesma pergunta de maneira diferente: quem seria contratado por uma empresa? Um profissional com formação na Universidade de Brasília, com conceito A, ou da Universidade da Região da Campanha, em Bagé – RS, que obteve conceito D? E quanto aos profissionais (corpo docente) da instituição avaliada com conceito E? Até que ponto o corpo docente é responsável pelo conceito de sua instituição? Que mantenedora teria o interesse de contratar um profissional dessa mantida? Quem carregaria o fardo das instituições? Seriam os acadêmicos e os professores?

A instituição, no futuro, até poderá se livrar dos péssimos conceitos, com uma boa reestruturação. Mas no período em que obtém nota D ou E, o contingente de formandos jamais irá se livrar desse conceito.

A leitura fria dos dados leva a equívocos inescapáveis, resultantes de problemas metodológicos e conceituais que o INEP insiste em não corrigir, como o citado acima, principalmente porque é predeterminada pelo MEC a percentagem dos conceitos A, B, C, D e E para o bojo das instituições. Haja o que houver, 12% dos cursos terão conceito A; 18%

terão B; 40% ficarão na média C; outros 18% estarão na faixa D; e 12% serão lançados ao fatídico E.

Com essa política, acredita-se estar elevando cada vez mais a qualidade do Ensino Superior. Independentemente do desempenho dos avaliados, haverá sempre uma elite de 12%, contemplada com A, e uma escória de 12%, “incinerada” no conceito E.

Com essa política, há um grande estímulo à competição entre as instituições, promovendo uma guerrilha corporativa entre as instituições de ensino públicas e entre as de ensino particular. Resultado: a ganância de abocanhar cada vez mais o maior número de alunos, nesta guerra, acaba tornando vencedoras as instituições; quem perde é a qualidade no ensino aliada à excelência na formação. Conseqüentemente, todos fecham os olhos para os mutilados e os mortos; o corpo discente.

Como consequência dessa política, os resultados do Censo no Ensino Superior de 1999, concluído no segundo semestre de 2000 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), abrangendo um universo de 1.097 instituições, sinalizam a expansão das instituições particulares de Ensino Superior, caracterizada pela aceleração do ritmo de expansão das vagas (matrículas) na graduação a partir de 1994 e, mais acentuadamente, desde 1996, observando-se:

- uma redução das desigualdades regionais na oferta de vagas, tanto na graduação quanto na pós-graduação, com participação ainda preponderante do setor público nas regiões Norte e Nordeste;
- um crescimento, no último ano, de 11,8% nas matrículas em cursos de graduação, o que representa a incorporação ao Ensino Superior de aproximadamente 252 mil novos alunos;
- a retomada do crescimento nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), a partir de 1994, e com maior velocidade em 1999, interrompendo um período de estagnação que se estendeu da década de 80 até o início dos anos 90;
- o aumento da participação da matrícula noturna na oferta de vagas nas IFES, especialmente na região Nordeste.

A política do MEC/SESU na aceleração de criação de vagas nos cursos superiores é a necessidade da demanda que explodirá nos próximos dez anos, quando teremos aproximadamente 45 milhões de jovens finalizando o 2º Grau².

² CAMARGO, Denise. Clicando e aprendendo. **E-Commerce**, n. 2, jan./fev./mar. 2000, p. 52-53.

Deve-se perguntar:

- Como atender em curto prazo à demanda por vagas nos cursos superiores?
- Como capacitar uma nação sem o Ensino Superior?
- O poder público atenderá à demanda da população escolar vindoura?
- Aumentará o número de vagas em 20%, 30%, 40% ou 50% nas instituições públicas de Ensino Superior?
- Como ficará a qualidade no ensino aliada à excelência na formação?

A alternativa, até o presente momento, foi a autorização e credenciamento de instituições privadas de Ensino Superior na tentativa de catalisar ao máximo a oferta de vagas no Ensino Superior nos próximos anos. A demanda existe como necessidade de desenvolvimento, de independência, de globalização e é necessário supri-la. Mas somente a abertura de novas instituições possibilitará ao Estado atender à necessidade intelectual da nação? A resposta é sim! Mas a que preço a população pagará para obtê-la.

A Constituição da República Federativa do Brasil preceitua que o ensino é dever do Estado.

3.3 A Necessidade de Financiar o Ensino Superior

Diante da necessidade de que o ensino público e gratuito seja viável, ao pesquisar, deparei-me com o artigo de Santos Mercado Reyes³, Professor da Universidade Autônoma Metropolitana, México, com o título *Como financiar as escolas públicas*, traduzido por Antônio Carlos Tamanini da Silva.

O artigo propõe um novo programa para financiar as universidades públicas. O montante de recursos, em tese, continuaria o mesmo. O que Reyes propõe é a descentralização desses recursos, que devem ser repassados diretamente ao aluno. Esse programa foi aplicado em vários países da Europa, como a Suécia, e em alguns estados do EUA, como Wisconsin.

³ SANTOS, Mercado Reys. Perfiles Liberales. *Revista Latinoamericana para la Libertad*, n. 59, maio/jun. 1998, p. 50-52.

O autor preconiza que o sistema atual de financiamento das instituições públicas de Ensino Superior é arcaico devido ao custo operacional, que exige uma burocracia pesada, o que imobiliza cada vez mais os recursos da educação.

A necessidade de gerenciamento do financiamento e dos recursos criou a necessidade de inúmeros servidores, que acabam devorando a verba educacional com atividades burocráticas. Com o crescimento dos recursos, cresce também o número dos servidores. Conseqüentemente, os salários vão sendo pulverizados entre os mesmos, gerando a insatisfação econômica no âmbito geral.

As atividades burocráticas geram aos servidores direitos sociais que implicam uma série de entraves e retrocessos no ensino, tais como sindicatos, paralisações de cunho político-partidário e outras atividades que desvirtuam a origem do financiamento, o ensino público e gratuito. Quanto mais o Estado aumenta os recursos financiadores para a educação, mais esses recursos se afastam do seu objetivo. Cada vez mais cresce a burocracia e não o ensino.

A idéia central é a de que o financiamento se dirija à demanda, em lugar de se dirigir à oferta. Isso significa que o Governo deve subsidiar diretamente os alunos em lugar de subsidiar as escolas. Na Suécia, por exemplo, introduziu-se o “cheque universitário”. O governo emite um cheque e entrega-o diretamente ao aluno que deseja fazer estudos universitários, para que este o gaste na instituição de sua preferência [...].

Nos Estados Unidos, ele se chama “bônus-educação” e é utilizado desde a escola básica [...].

Os recursos necessários para prover as escolas vêm diretamente das mãos dos alunos. Por sua vez, as escolas criaram também outras fontes adicionais de financiamento que não dependem só do governo. Esse modelo de educação pública e gratuita rompe com o burocratismo e obriga as escolas públicas a funcionarem como se fossem escolas privadas. As escolas que oferecem melhor serviço captam mais recursos. Também a autonomia administrativa lhes permite gerir os recursos de forma conveniente entre salário, manutenção, inovação, crescimento, etc.⁴

Mas, caso esse tipo de programa fosse implantado nas instituições públicas, o que se faria com toda essa burocracia que foi criada em torno do ensino? Como ficariam os cursos de Matemática, Física, História, ou os cursos cujo mercado de trabalho é restrito? Como seria incrementada a pesquisa, a extensão curricular no desenvolvimento educacional?

⁴ SANTOS, Mercado Reys. *Perfiles Liberales. Revista Latinoamericana para la Libertad*, n. 59, maio/jun. 1998, p. 50-52.

Neste capítulo, inserem-se ainda outras modalidades de remuneração de financiamento do crédito escolar nos cursos superiores de ensino. O curso superior tem o objetivo de prestar serviço de alto nível pelos profissionais qualificados mediante uma receita. Essa receita ou remuneração dos profissionais difere em função da área das ciências de sua qualificação e é fiscalizada pela Receita Federal através da declaração do imposto de renda.

Então, por que não financiar o Ensino Superior com um percentual sobre a declaração de imposto de renda, sobre os rendimentos desses profissionais? Seria instituída uma opção ao acadêmico, que poderia financiar seus estudos por meio de receitas futuras que receberá quando profissional. Sobre essas receitas declaradas no imposto de renda, se estipularia um percentual para destinar à instituição em que o profissional se qualificou por um período igual ou com o dobro da duração do seu curso, ou até pelo período em que frequentou a instituição de ensino para a conclusão de seu curso superior.

3.4 O Corporativismo e o Imobilismo em Ação

FMI sugere fim da universidade gratuita no Brasil

Ministro não defende nem descarta taxa em universidade pública

O ministro da Educação Paulo Renato Souza, não descarta completamente a cobrança de mensalidades nas universidades públicas. Ele disse, por meio da assessoria de imprensa, que *esse é um assunto importante, que o país terá que discutir no futuro*. O ministro ressalta, porém, que nunca defendeu a idéia da cobrança. *Isso [a gratuidade do ensino público superior] está na Constituição e nós, deste governo, nunca propusemos uma mudança nesse aspecto*, afirmou.⁵

Pobres

Paulo Renato também rebate o argumento de que os pobres que estudam em escolas públicas, durante os Ensinos Fundamental e Médio, só conseguem entrar em faculdades

⁵ FOLHA DE S. PAULO. **FMI sugere fim da universidade gratuita no Brasil**. Disponível em: <<http://www.uol.com.br/folha/educacao/ult302u2793.shtml>>. Acesso em: 2 fev. 2001.

particulares. *Infelizmente, no nosso país, os pobres não chegam nem mesmo a concluir o Ensino Médio*, disse. Paulo Renato chamou a atenção para o aumento das matrículas no Ensino Médio, o que levaria a uma maior procura por escolas de Ensino Superior em alguns anos. Daí a necessidade, segundo ele, de *rediscutir a questão do financiamento das universidades no futuro*.

Os magníficos reitores em ação

Reitores de universidades federais são mais incisivos ao negarem que a cobrança de mensalidade nas instituições públicas possa trazer benefícios ao Ensino Fundamental e ao criticarem a sugestão do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Paraíba

Jader Nunes de Oliveira, reitor da Universidade Federal da Paraíba, disse sobre o assunto que se trata de uma *ingerência indevida do FMI nos assuntos do Brasil*. Afirmou ainda que, segundo a Constituição, o Ensino Fundamental é de responsabilidade dos municípios, e que é à União que cabe gerenciar as instituições de Ensino Superior.

Rio Grande do Norte

Na opinião de Ótom Anselmo de Oliveira, reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, *não seria conveniente a cobrança de mensalidade*. Oliveira disse que, se poucos alunos de escolas públicas conseguem chegar às universidades gratuitas, a culpa não é da universidade. *Isso acontece porque a escola pública não é boa*.

Rio Grande do Sul

A reitora Wrana Panizzi, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), criticou a sugestão do FMI para que os estudantes das universidades públicas pagassem mensalidade. Ela disse que isso mexe com a soberania nacional e apresentou dados mostrando a necessidade do ensino gratuito.

Wrana afirmou que recomenda à Associação Nacional de Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) posicionamento contra tal sugestão. *Não me espanta*

a posição do FMI, mas sempre que conversei com o ministro ele me disse que não há interesse em cobrar anuidades, afirmou. Dos nossos alunos, 44% precisam trabalhar para estudar e 30% precisam do restaurante universitário (que é subsidiado) para fazer as refeições.

De acordo com Wrana, em todas as formaturas, os alunos dizem, nos discursos, que, se não fosse a universidade pública, não teriam conseguido estudar. *Qualquer cobrança fere o consenso da Unesco, do qual o Brasil foi signatário, em 1998, em Paris. O documento estabelece papel estratégico do ensino público para o desenvolvimento dos países, a educação superior como direito de todos e o dever de o Estado prover a população de educação superior. É um privilégio chegar ao Ensino Superior, mas basta olhar o índice de inadimplência das universidades privadas para vermos a importância das públicas,* disse.

“No mínimo, [a recomendação do FMI] é uma desconsideração com o desenvolvimento dos países. Fere a possibilidade de soberania nacional.”

Minas Gerais

O FMI não tem de opinar nas questões nacionais. Além do mais, o fato do pagamento ou não-pagamento nas universidades federais depende de mudança constitucional. Pelo que eu saiba, o Executivo não tem essa proposta, nem o Legislativo. Portanto, sou contra. Não faz nenhum sentido. Essa possibilidade é, então, remota, pois necessitaria de uma iniciativa ou do Governo Federal ou do Congresso para mudança da Constituição. Caso isso acontecesse, haveria um debate nacional e uma forte oposição dos reitores, disse Francisco César de Sá Barreto, reitor da Universidade Federal de Minas Gerais e vice-presidente da Andifes.

Como não há polêmica na distribuição dos recursos financeiros e não há interesse no ensino público no Brasil, não podemos esquecer de citar o Crédito Educativo, que dá a oportunidade ao aluno de estudar em instituições de Ensino Superior particulares com recursos públicos. E estas instituições particulares vão muito bem à custa dos governos federal e estaduais.

As instituições pública e particular de Ensino Superior no Brasil estão em plena sint(f)ônia financeira com o atual modelo de Ensino Superior no Brasil.

3.5 Sociedade da Informação

Início esta seção mencionando o artigo Reforma do Estado e Reforma da Educação Superior no Brasil de João dos Reis Silva Junior. Nos últimos cinco anos do século XX, tentou-se fazer do Brasil o país das reformas institucionais: econômicas, tributárias, fiscais, da previdência, produtiva, educacional, etc.⁶

Do município de Sucupira

Como diria o chefe-maior da política e do município de Sucupira, o Prefeito Odorico Paraguassu⁷,

A questão “reformática” que vem marcando o final do século XX com reflexo no modelo capitalista, socialista, neoliberal, com características desestatizantes e privatizantes ressurgem nas décadas de 80 e 90, como ocorreu no período pós-guerra mundial.⁸

A Sociedade da Informação

Finalmente chegamos à Sociedade da Informação. O novo estágio de desenvolvimento do capitalismo mundial está impondo uma nova ordem educacional em todos os graus. Não podemos mais formatar profissionais de nível superior objetivando somente o limite territorial brasileiro. É indispensável a reavaliação e padronização dos indicadores de avaliação no Ensino Superior em todas as instituições no País. Esses indicadores devem redirecionar o Ensino Superior brasileiro para se integrar à chamada era do conhecimento, da informação, da globalização.

As instituições de Ensino Superior exercem indiretamente o controle do País, da sociedade. As reformas e mudanças políticas, econômicas, tecnológicas, culturais, sociais,

⁶ SILVA, João dos Reis Jr.; SGUISSARDI, Valdemar. Reforma do Estado e reforma da Educação Superior. In: SGUISSARDI, Valdemar (Org.). **Avaliação universitária em questão, reforma do Estado e da Educação Superior**. Campinas, SP: Autores Associados, 1997. (Coleção Educação Contemporânea).

⁷ GOMES, Dias. Criador do personagem **Odorico Paraguassu**, chefe de Estado e políticos que ludibriavam o povo com rimas e palavras errôneas e inexistentes na língua portuguesa, disfarçando-as como complexas, revelando o grau de instrução dos Poderes Executivo e Legislativo, do povo. O personagem se completa na novela O Bem Amado, de Dias Gomes, produzida e exibida pela Rede Globo. O ator Paulo Gracindo atua como o Prefeito Odorico Paraguassu. Clássico da dramaturgia brasileira.

⁸ O autor desta dissertação adapta a palavra *reformática* ao modelo dos discursos de improviso pelo chefe de Estado Odorico Paraguassu, explicitado na nota anterior.

etc., são os reflexos diretos do Ensino Superior. Ao desencadear ferramentas administrativas para executar tal reforma, é necessário que toda a comunidade universitária esteja envolvida nesse processo. Os resultados são importantes para todos e por todos os setores da sociedade.

A reforma da educação superior brasileira tem que se fundamentar em quatro características: privatização, diferenciação, flexibilização e descentralização da estrutura das Instituições Federais de Ensino Superior. A reforma é o processo mais amplo e profundo para a modernização das instituições sociais, com o objetivo de assegurar a hegemonia intelectual.

Portanto, uma nova educação para a nação brasileira só será possível quando todos dispuserem de um instrumento de capacitação e de conhecimento para o novo milênio.

CAPÍTULO 4 – DIREITOS CONSTITUCIONAIS, EDUCAÇÃO E O ENSINO

4.1 Justificativa Legal de Incentivo ao Ensino a Distância

O homem é por excelência um ser gregário, não vivendo, portanto, fora de um grupo. Isoladamente, o homem não alcança seus objetivos. Desde a aurora da humanidade, os homens já formavam uma sociedade incipiente, tendo algumas normas para disciplinar as relações entre si.

É possível que, num primeiro momento, os problemas da sobrevivência coletiva tenham primado sobre a própria individualidade. Mas é inegável que, tornando-se os homens responsáveis não só pela sobrevivência pessoal mas também pela resolução dos problemas que permitissem a manutenção e a sobrevivência do grupo social, deu-se lugar aí a uma função voltada aos interesses da coletividade, à resolução dos problemas que ultrapassam os indivíduos, os problemas transpessoais, enfim, os problemas coletivos.

Trata-se do aparecimento do político. [...] É certo que nessa época se poderia estar muito longe da institucionalização do poder tal como conhecido no mundo moderno; o processo do exercício do poder afigurava-se entremeado com outro aspecto da vida social, por exemplo, o aspecto guerreiro e o aspecto religioso. Não se havia ainda ganho a autonomia do político. Mas o fato de ele não ter se destacado plenamente de outras funções não quer dizer que já não existisse uma função política.¹

Hoje é necessário que as sociedades e instituições pratiquem política sobre e além dos seus representantes eleitos, indicando a vontade e a necessidade de uma nação. Segundo Bonnavides,

[...] Na evolução dos Direitos Fundamentais, as sociedades modernas caminham no sentido da proteção de novos direitos. Assim, fala-se nos direitos de terceira geração, concernentes ao desenvolvimento, à paz, ao

¹ BASTOS, Celso Ribeiro. **Curso de Direito Constitucional**. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 1992. p. 4-5.

meio ambiente, à propriedade sobre o patrimônio comum da humanidade e os direitos da quarta geração [...].²

[...] Os direitos da quarta geração, que, aliás, correspondem à derradeira fase de institucionalização do Estado social [...]. São direitos da quarta geração o direito à democracia, o direito à informação e o direito ao pluralismo.³

Em virtude da quarta geração dos direitos fundamentais e da globalização política, das mudanças tecnológicas em progressão geométrica e constante da nossa sociedade e do direito como parte integrante e reguladora das novas relações, é necessário justificar a legislação existente que clama explicitamente que os homens incrementem, com o advento tecnológico, os mecanismos legais para o desenvolvimento e incentivo do ensino a distância, atendendo aos preceitos contidos na Constituição da República Federativa do Brasil e da universalização social da Globalização.

Percebe-se, ao apreciar a Constituição da República Federativa do Brasil, o pensamento dos Deputados da Assembléia Constituinte de 1988 contemplando a nossa Constituição Federal com diversas normas da educação em vários capítulos na carta magna. Na Constituição Federal encontramos uma gama de dispositivos legais normalizando a educação, com a responsabilidade e incumbência de contribuição da solução da educação e da maioria dos problemas sociais existentes no Brasil. Os legisladores deixaram lacunas na legislação da Constituição Federal para a criação e implementação, no futuro, das novas ferramentas jurídicas que incrementarão o sistema educacional brasileiro a contento e a fim de suprir a necessidade da nação.

Cabe aos cidadãos e à sociedade como um todo incrementá-la. É o que apregoa Carlos Ari Sundfeld:

[...] para definir juridicamente o Estado brasileiro de hoje – não só ele: a maioria dos Estados civilizados – basta construir a noção de Estado Social e Democrático de Direito, agregando-se aos elementos ainda há pouco indicados, a imposição, ao Estado, do dever de atingir objetivos sociais, e a atribuição, aos indivíduos, do correlato direito de exigi-los.⁴

² BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. 7. ed. São Paulo: Malheiros, 1999. p. 523.

³ BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. 7. ed. São Paulo: Malheiros, 1999. p. 524-525.

⁴ SUNDFELD, Carlos Ari. **Fundamentos de Direito Público**. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 1997. p. 55.

Ainda nos explica esse autor dos Direitos Sociais:

Em primeiro plano, aparecem os chamados direitos sociais, ligados sobretudo à condição dos trabalhadores: garante-se o direito ao salário-mínimo, restringe-se – em nome da proteção do economicamente fraco – a liberdade contratual de empregadores e empregados. De outro lado, o indivíduo adquire o direito de exigir certas prestações positivas do Estado: o direito à educação, à previdência social, à saúde, ao seguro-desemprego e a outros mais.⁵

Como afirmativa dos direitos fundamentais na Constituição Federal está inclusa a educação conforme os artigos a seguir:

CAPÍTULO II

DOS DIREITOS SOCIAIS

Art. 6º – São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

IV – salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim.⁶

No título II, capítulo II e artigo 6º da Constituição Federal a educação integra os direitos fundamentais e sociais obtendo especial proteção. Todos os homens têm o direito de exercer o seu intelecto através do ensino. É essencial esse tratamento para que todos os cidadãos tenham nos dias de hoje o acesso e a igualdade para adquirir o conhecimento que irá qualificá-lo dignamente para a sociedade, invocada sob a proteção dos Direitos Sociais. A consequência dessa proteção e relação entre o Estado e o indivíduo é que futuramente este irá contemplar direta e indiretamente o Estado com o seu *know-how*.

⁵ SUNDFELD, Carlos Ari. **Fundamentos de Direito Público**. 2. ed. São Paulo: Malheiros, p. 54.

⁶ BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1998.

Esse processo de o Estado investir na sociedade é fundamental para o desenvolvimento político, intelectual e tecnológico que faz parte da política institucionalizada da globalização em um país subdesenvolvido. Esse incentivo do Estado é, repito, fundamental, pois é uma via de mão dupla. A qualificação é instigada pelo Estado ao indivíduo, e, posteriormente, o indivíduo viabiliza o desenvolvimento do Estado.

Define-se esse direito fundamental como o Estado Social Democrático de Direito:

[...] desta forma, um Estado Social Democrático de Direito poderia definir-se não pela atuação direta, ou não, na economia, mas sim pelo comprometimento Constitucional com os Direitos Sociais, pela definição das atribuições do Estado, ainda, no tocante à prestação direta de serviços públicos, quando tais serviços sejam de prestação gratuita e universal, como são saúde, educação e assistência social.⁷

Maliska vai mais longe quanto ao prestador desses serviços:

[...] acredita-se, portanto, ser possível a existência de um Estado Social Democrático de Direito, ainda que exista uma forte presença privada na prestação de alguns serviços público. Isso não significa dizer que o Estado não seja titular do dever Constitucional de prestar o serviço, mas que ele delega a terceiros essa prestação, de forma que, sob a égide da iniciativa privada.

[...] o momento atual é de redefinição do papel do Estado. A grande maioria dos Estados está revendo seus papéis, assumindo, cada vez mais, uma postura gerencial dos serviços públicos, em nome do equilíbrio das contas públicas, maior agilidade e eficácia nas ações do Estado, enfim, as políticas públicas estão sendo revistas com o intuito de fortalecer o chamado Estado gerencial. No Entanto, e essa é a grande questão, as constituições continuam a preservar o modelo de Estado Social, não desobrigando o Estado da prestação dos serviços.

Konrad Hesse, em seu livro *Elementos de Direito Constitucional da República Federal da Alemanha*, argumenta a relação do Estado e os direitos fundamentais quanto à sua vinculação legal e capacidade prestadora:

⁷ MALISKA, Marcos Augusto. *O direito à educação e a Constituição*. Porto Alegre: Sergio Antônio Fabris, 2001.

[...] direitos fundamentais mal se diferenciam, por isso, de determinação de objetivos estatais, isto é, normas constitucionais que determinam obrigatoriamente tarefas e direção da atuação estatal, presente e futura.

[...] tudo isso pressupõe, entretanto, que o Estado esteja em condições para realizar os objetivos estatais normatizados.

[...] assim, podem esperanças, que se referem a determinações de objetivos estatais da Constituição, ser facilmente frustradas; o efeito integrador da Constituição pode transformar-se em efeito contrário.⁸

Os efeitos desagregadores das determinações e objetivos nos países subdesenvolvidos são realidade. Os motivos são diversos, como, por exemplo, a explosão demográfica, a corrupção, os desvios de verbas e inúmeros fatores que encontramos em um governo. Como resultante dessa política, as instituições públicas de ensino ficam deficitárias, impossibilitando atender à população carente. Esse fato ocorre na maioria dos países do hemisfério austral.

A explosão demográfica vem ocorrendo nos últimos 30 anos, principalmente no Brasil, que tinha, no primeiro ano da década de 70, 90 milhões de brasileiros e passou para 160 milhões, conforme o censo de 1995⁹.

O Censo do INEP indica que em 1999 tínhamos exatos 442.835 alunos nos cursos de graduação das instituições federais de Ensino Superior. Nos cinco anos, que vão de 1994 a 1999, a matrícula expandiu-se em 22%, enquanto nos 14 anos anteriores tínhamos observado um crescimento total de 14,8%. Em 1999, a expansão foi de 8,4%. A tendência à aceleração do crescimento de matrícula continua, pois o número de ingressantes no vestibular cresceu 30% nos últimos cinco anos. Em 11%, entre 1998 e 1999. O crescimento do número de alunos tem sido mais acentuado na região Nordeste. Em 1994 e em 1999, a matrícula nas federais daquela região cresceu 24% e 15%, respectivamente.

As universidades públicas ainda oferecem poucas oportunidades para o ensino noturno, numa discriminação contra os alunos mais carentes que precisam trabalhar durante o dia. As matrículas nos cursos noturnos das instituições federais representavam apenas 21% do total em 1999. Entretanto, felizmente também nesse caso, a expansão do número de

⁸ HESSE, Konrad. **Elementos de direito Constitucional da República Federal da Alemanha**. Tradução portuguesa por Luis Afonso Heck. Proto Alegre: Fabris, 1998, p. 170-171.

⁹ IBGE – Instituto Brasileiro Demográfico. **Censo de 1995**.

alunos nos últimos cinco anos foi notável: 39,4%. Vale registrar que em 1999 o número de alunos nos cursos noturnos aumentou 15,4%, o que representa uma expansão realmente excepcional e significativa no sinal de correção do rumo da universidade pública brasileira.

Os resultados do Censo da Educação Superior de 1999, recém-concluído pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais¹⁰ (INEP), abrangendo um universo de 1.097 instituições, sinalizam uma nova dinâmica de desenvolvimento do sistema brasileiro de educação superior, que se caracteriza nas necessidades de aumentar o número de vagas nos cursos de Ensino Superior. A demanda de vaga nas instituições de Ensino Superior explodirá nos próximos dez anos, quando teremos aproximadamente 45 milhões de jovens finalizando o 2º Grau¹¹.

Como ofertar em tão pouco tempo esse número de vagas a toda essa demanda? Como desenvolver um país sem habilitar a sua população ao conhecimento do Ensino Superior. Como o Estado estatal atenderá à demanda de vagas no Ensino Superior público.

A alternativa até o presente momento foi a autorização e credenciamento de instituições privadas de Ensino Superior na tentativa de catalisar ao máximo o número de vagas nesse nível para os próximos anos. A demanda existe e é fator de desenvolvimento, de independência, de globalização, sendo necessário supri-la.

Maliska mais uma vez atende a essa necessidade:

[...] a concessão de serviços públicos, obviamente, somente atrai o interesse do particular em explorá-la quando desses serviços se puder extrair lucros. Casos ocorrem nos quais o serviço é fundamental aos cidadãos e não existe interesse particular em explorá-lo. Nestes casos, o Estado deve prestar diretamente o serviço. Ocorre, ainda, que saúde e educação devem, necessariamente, ser prestadas pelo Estado, com qualidade, àqueles que não possuem condições de buscar esses nos estabelecimentos particulares. O Estado, portanto, continua a prestar serviços públicos de forma direta. Um Estado social caracteriza-se pelo atendimento àquele que não possui condições financeira para arcar com as despesas do serviço e pelo desenvolvimento da pessoa enquanto cidadã.

Observa-se que não é possível que seja pensado de forma não harmônica a existência de uma democracia e de um Estado que possibilitem ao cidadão condições mínimas para que seja educado, alimentado, respeitado em sua integridade física e moral. Se o mundo hoje fala de democracia como o regime mais adequado à sociedade moderna, deve necessariamente ter

¹⁰ CASTRO, Maria Helena Guimarães de. **Resultados e tendências da educação superior no Brasil**. Censo da Educação Superior de 1999, INEP/MEC, 2000.

¹¹ CAMARGO, Denise. Clicando e aprendendo. *E-Commerce*, n. 2, jan./fev./mar. 2000, p. 52-53.

também presente que, sem um Estado que propicie condições para a emancipação de seus cidadãos, não se pode nem pensar em democracia¹².

Com o exposto acima e demais dados da demanda educacional nas instituições de Ensino Superior no Brasil, nos direitos fundamentais e nos direitos sociais na Constituição Federal, o Estado estatal e a iniciativa privada comporão um grande esforço para disponibilizar nos próximos dez anos o número de 45 milhões¹³ de vagas do Ensino Superior para os seus cidadãos, futuros cosmopolitas.

Fundamentado ainda na necessidade do Estado Social de Direito e na existência de uma atividade política, surge então a distinção do que se pode fazer entre governantes e governados. Essa é a função de alguns que assumem o controle de um poder suficiente para resolver as questões que afetam a todos. Determinadas questões devem ser resolvidas definitivamente e em conjunto por profissionais, instituições, políticos e por toda a sociedade, a fim de contribuir para com o Estado Social democrático e com a nação brasileira no desafio de enfrentar uma solução para a necessidade de 45 milhões de brasileiros que estarão aptos a cursar uma faculdade ou curso superior. Com esse intuito, nesta dissertação, apresento uma alternativa pedagógica através do ensino a distância que necessita da Legislação de Incentivo para o Ensino a Distância para alavancar e dinamizar o somatório de esforços, com o ensino presencial. Nesta dissertação temos, no Apêndice, projetos de Leis Federal e Estadual que serão enviados ao Congresso Nacional e Assembléias Legislativas, com o intuito de se tornarem leis de incentivo fiscal para o ensino a distância.

¹² MALISKA, Marcos Augusto. **O direito à educação e a Constituição**. Porto Alegre: Sergio Antônio Fabris, 2001, p. 56-57.

¹³ CAMARGO, Denise. Clicando e aprendendo. **E-Commerce**, n. 2, jan./fev./mar. 2000, p. 52-53.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vivemos o início do século XXI. A revolução da informação é um fato alardeado 24 horas por dia. O homem atingiu um nível de avanço tecnológico inegável e até surpreendente. A descoberta da célula-tronco coloca a possibilidade de a vida ser contemporizada. A revolução virtual aparentemente conduz à democracia. Mas, todavia, ainda o mundo encontra-se marcado pela ignorância das guerras fratricidas de todo gênero.

A tecnologia não tem servido somente para o progresso da liberdade e da humanidade. Com a ciência progride a precisão da barbárie instituída, mísseis balísticos intercontinentais. A ciência também tem colaborado com traficantes que se utilizam de armas de fogo como AR15, com mira de infravermelho para domínio de fins “ilegais”.

A democracia constitucional parece uma folha de papel segundo Ferdinand Lassale. Se há curto-circuito na democracia é porque falta mais cultura democrática. Nos países periféricos (não os centrais no controle do fluxo de capitais), a carência de cultura é tão óbvia que dispensa comentários.

Do meu ponto de vista – e esta dissertação parte deste pressuposto –, deve-se ampliar as tecnologias disponíveis para socializar e universalizar a cultura. Não se trata de apologia do ensino não presencial, fazendo uma espécie de panacéia. Trata-se de utilizar o ensino a distância como forma complementar e dinamizadora do processo pedagógico.

Felizmente, as resistências às novas tecnologias sempre foram superadas e nesta dissertação, no primeiro capítulo, fiz questão de registrá-lo.

Não há dúvida de que é possível realizar a vontade constitucional com os avanços tecnológicos disponíveis. A Constituição Federal prevê o incentivo à produção de cultura como forma de realização do Estado de Direito social. Trata-se de uma questão política e de uma questão cultural. Deve-se superar obstáculos e preconceitos com a educação não presencial e de nível superior. As instituições de Ensino Superior públicas e particulares ainda são tímidas nas implementações das possibilidades técnico-didáticas. O novo sempre causa reações e resistências.

Iniciei com um amplo retrospecto histórico das iniciativas – por vezes pioneiras e heróicas – de levar o conhecimento a espaços longínquos, nos quais a escola tradicional não se encontra. Essa opção metodológica foi uma exigência para afirmar uma hipótese central da dissertação: a de que, por meio do ensino à distância, pode-se superar dificuldades no processo de realização constitucional de socialização/universalização cultural.

Obviamente, o Estado e a Educação – num mundo globalizado em velocidade estonteante e assustadora – vão perdendo a territorialidade nacional. A globalização traz rupturas de inúmeras ordens e sentidos: nas imagens, legislações (cada vez mais internacionais), etnias, religiões, entre outros. O Estado se enfraquece, principalmente no projeto neoliberal de globalização financeira.

Uma outra forma de mudar o mundo para os que eticamente não aceitam a lógica do “pensamento único” e a hegemonia do capital especulativo financeiro, que prescinde até do trabalho, cabe à resistência. Essa se dá no plano das idéias, e idéias criativas nascem dos processos pedagógicos inovadores.

No caso brasileiro, quantos cidadãos adquiriram integridade, dignidade, cidadania, família, mais que isso, construíram as suas vidas a partir do ensino profissionalizante a distância. Quantos?

E nos dias atuais? Quantos brasileiros poderiam ter acesso à cultura se ao menos dispusessem de microcomputadores em totens eletrônicos, em quiosques eletrônicos, em bibliotecas, em espaço público (estatal e não estatal).

Assim, esta dissertação avança na retrospectiva das políticas educacionais com referência ao ensino a distância, resgatando o amparo legal (constitucional) para propor, objetivamente, dois projetos de leis de incentivo e isenção fiscal: o primeiro de jurisdição estadual e o segundo de jurisdição federal, ambos para pessoas físicas e jurídicas, públicas e privadas. Acredito que essa projeto de lei que será enviada às Assembléias Legislativas e ao Congresso Nacional, depois de discutida entre seus pares, sancionada e promulgada, certamente atenderá ao anseio que a nossa constituição preconiza nos direitos sociais e no capítulo da educação e demais artigos da Constituição Federal.

Objetivando aos leitores não especializados o acesso à informação, não há sentido em produzir-se um trabalho acadêmico somente para uma solenidade de defesa, mas também o de disponibilizá-lo à comunidade. Nada mais coerente para corroborar a hipótese em que cremos: sem cultura, não haverá realização democrática. Sem realização constitucional, não haverá democracia.

BIBLIOGRAFIA

1984. Direção: Michael Radford. Direção de fotografia: Roger Deakins. Direção e roteiro: Michael Radford. Música: Eurythmics; Dominic Muldowney. Produção: Simon Perry. Atores: John Hurt, Richard Burton, Suzanna Hamilton, Cyril Cusack e Gregor Fisher. Virgin Film. 1 filme (123 min), son., color., 35 mm. Baseado no livro 1984, de George Orwell.

ARRUDA JR, Edmundo Lima de Arruda. Os caminhos da globalização: alienação e emancipação. ARRUDA, Edmundo lima de Arruda Jr. RAMOS, Alexandre Luiz Ramos (Org.). **Globalização, neoliberalismo e o mundo do trabalho**. Curitiba: IBEJ, 1998.

ARRUDA JR, Edmundo Lima de Arruda. **A função social das escolas de Direito: a (re) produção do saber em San Tiago Dantas**. 1981. Dissertação (Mestrado em Direito) - Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

ASSIM CAMINHA A HUMANIDADE. Direção: George Stevens. Produção: Henry Ginsberg, George Stevens Writing. Créditos: Edna Ferber, Fred Guiol, Ivan Moffat. Giant, EUA, 1956.

BARCIA, Ricardo; VIANNEY, João. Pós-graduação a distância: a construção de um modelo brasileiro. **Estudos**: Revista da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior, ano 16, n. 23, p. 51-70, nov. 1998.

BASTOS, Celso Ribeiro. **Curso de Direito Constitucional**. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 1992.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. 7. ed. São Paulo: Malheiros, 1999.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1998**. 21. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia. **Plano plurianual de ciências e tecnologia do Governo Federal – 1996/99**. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 1997.


BRASIL. Ministério da Educação. **Ensino Superior, Seminário Nacional**. Brasília: MEC, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretária da Educação a Distância. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 17 dez. 2001.

BRASIL. Instituto Brasileiro Geográfico Estatístico. **Censo de 1995**. Brasília: IBGE, 1996.


CABOCLA, Eliana Tereza de Andrade Freitas; TRINDADE, Maria de Lourdes de Araújo. **Multiplicidade**: cada identidade uma constelação. Série de Estudos, Educação a Distância,

Salto para o Futuro: Reflexões sobre a Educação no Próximo Milênio/Secretária da Educação à Distância. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto/SEED, 1998.


CALVINO, Ítalo. **Seis propostas para o próximo milênio**. São Paulo, Companhia das Letras, 1991. 

CAMARGO, Denise. Clicando e aprendendo. **Revista e-Commerce**, n. 2, p. 52-53, jan./fev./mar. 2000.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1995.

CASTRO, Maria Helena Guimarães de. **Resultados e tendências da educação superior no Brasil**. Censo da Educação Superior de 1999. INEP/MEC, 2000. 

DOBROWOLSKI, Sílvio (Org). **A constituição no mundo globalizado**. Florianópolis: Diploma Legal, 2000.

DUCKER, Peter Ferdinand. **A sociedade pós-capitalista**. Tradução de Nivaldo Montingelli Jr. São Paulo: Pioneira, 1993. 

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Tradução de Leandro Konder. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

FONTANA, Atílio. **História da minha vida**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1980.

GATES, Bill. **A estrada do futuro**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

GENOÍNO, José. A Esquerda e a globalização. **Jornal da Tarde**, São Paulo, 8 jun. 1996.


GOLEMAN, Daniel. **Inteligência emocional: a teoria revolucionária que redefine o que é ser inteligente**. 64. ed. Tradução de Marcos Santarrita. Rio de Janeiro: Objetiva, 1995.

HESSE, Konrad. **Elementos de Direito Constitucional da República Federal da Alemanha**. Tradução portuguesa por Luis Afonso Heck. Porto Alegre: Sergio Antônio Fabris, 1998.

KUMAR, Krishan. **Da sociedade pós-industrial à pós-moderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo**. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

LÉVY, Pierre. **A máquina universo: criação, cognição e cultura informática**. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

LEVY, Pierre. **O teórico da ciberdemocracia**. Universo On Line, 1996. Disponível em: <<http://www.uol.com.br/internet/webzona/levy.htm>>. Acesso em: 20 nov. 2001.

LIVRO DOS INVENTORES. **História das invenções**. Ano I – nº 1. São Paulo: Uned – União de Editoras Nacionais Ltda, 1996. 

MALISKA, Marcos Augusto. **O direito à educação e a Constituição**. Porto Alegre: Sergio Antônio Fabris, 2001.

MARTIN, Hans-Peter; SCHUMANN, Harakd. **A armadilha da globalização: o assalto à democracia e ao bem-estar social**. 3. ed. Tradução de Waldtraut U. E. Rose e Clara WE. Sackiewicz. São Paulo: Globo, 1998.

MERQUIOR, José Guilherme. **A natureza do processo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

MORAES, Denis de (Org.). **Globalização, mídia e cultura contemporânea**. Campo Grande: Letra Livre, 1997.

NISKIER, Arnaldo. **Tecnologia educacional: uma visão política**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993. *

OLIVO, Luis Carlos Cancellier. **Direito e Internet: a regulamentação do ciberespaço**. Florianópolis: Editora da UFSC/CIASC, 1998.

PEREIRA, Helena B. C.; SIGNER, Rena. **Michaelis: moderno dicionário da língua portuguesa**. São Paulo: Melhoramentos, 1998. *

POPPOVIC, Pedro Paulo. **Salto para o futuro: TV e Informática na educação**. Secretaria da Educação à Distância. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto/SEED, 1998.

POWELL, Dilys. **The Golden Screen: Fifty Years of Films**. London: Pavilion Books Limited, 1989.

RAMALHO, Zé. **20 anos: antologia acústica**. Manaus: Sonopres, c1998. 2 CD (90 min). SOUZA, Claudia de. Publicidade cresce na Internet. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 29 jun. 1996.

REIS, Ana Maria Viegas Reis. **Ensino a distância: megatendência atual abolindo preconceptos**. São Paulo: Imobiliária, 1996. *

RODRIGUEZ, Martius V. FERRANTE, Agustin J. **A tecnologia de informação e mudança organizacional**. Tradução de Washington Luiz Salles e Louise Anne N. Bonitz. Rio de Janeiro: Infobook, 1995.

SANTOS, Mercado Reys. Perfíles Liberales. **Revista Latinoamericana para la Libertad**, n. 59, maio/jun. 1998, p. 50-52.

SCHNEIDER, Tereza Maria Gasparoto, WACKERRITT, Henriqueta Kopsch Von. **Direito e Legislação**. 2. ed. Porto Alegre: Sagra, 1978.

SILVA, João dos Reis Jr.; SGUISSARDI, Valdemar. Reforma do Estado e reforma da Educação Superior. In: SGUISSARDI, Valdemar (Org.). **Avaliação universitária em questão, reforma do Estado e da Educação Superior**. Campinas, SP: Autores Associados, 1997. (Coleção Educação Contemporânea).

SOUZA, Márcio Vieira de Souza. **As vozes do silêncio**: o movimento pela democratização da comunicação no Brasil. Paris: Fondation Charles Léopold Mayer Pour L'Homme. Florianópolis: Diálogo, 1997.

SUNDFELD, Carlos Ari. **Fundamentos de Direito Público**. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 1997.

TEMPOS MODERNOS. Direção, Produção, Roteiro: Charles Spencer Chaplin. Assistentes: Carter De Haven e Henry Bergman. Cenografia: Charles D. Hall e Russel Spencer. Fotografia: Rollie Totheroh e Ira Morgan. Música: composta por Charles Chaplin, sob arranjo de Alfred Newman, Edward Powell e David Raksin. Atores principais: Charles Chaplin (um operário) e Paulette Goddard (a jovem). Atores coadjuvantes: Henry Bergman (o dono do café), Chester Conklin (o mecânico), Allan Garcia (o diretor da fábrica), Stanley Sanford (outro operário), Hank Mann (um prisioneiro), Lloyd Ingraham (o diretor da prisão), Louis Natheaux, Wilfred Lucas, Heinie Conklin, Edward Kimball, John Rand, Murdock McQuarrie, Dick Alexander, Cecil Reynolds, Myra McKinney, Ed le Sainte, Fred Malatesta, Sam Stein, Juana Sutton, Stanley Blystone e Ted Oliver.

TRAMONTE, Cristiana; SOUZA Márcio Vieira de Souza (Org.). **Redes de comunicação**: experiência educativas e comunitárias na América Latina. Paris: Fondation Charles Léopold Mayer Pour le Progres de L'Homme/Florianópolis: Diálogo, 1997.

WARREN, N. Lierfab. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 1 dez. 1996.

APÊNDICE A

PROJETO DE LEI FEDERAL DE INCENTIVO AO ENSINO A DISTÂNCIA

A educação a distância no Brasil foi normalizada pela Lei de Diretrizes Bases da Educação Nacional, Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, pelo Decreto-Lei n. 2.494, de 10 de fevereiro de 1998, pelo Decreto n. 2.561, de 27 de abril de 1998, e pela Portaria Ministerial n. 301, de 7 de abril de 1998.

Na Lei de Diretrizes Bases da Educação Nacional há um comentário dedicado ao Ensino a Distância, com apenas um artigo, o artigo 80, no 4º parágrafo e incisos I, II e III, revelando por parte do legislador a deficiência para com o Ensino a Distância, ou mesmo das Diretrizes Base da Educação Nacional. Assim, pela Lei de Diretrizes Bases da Educação Nacional, ficou o seguinte legado do Ensino a Distância:

Artigo 80. O poder Público **incentivará** o desenvolvimento e a veiculação de programas de Ensino a Distância, em todos os níveis e modalidade de ensino, e de educação continuada.

§ 1º.....

§ 2º.....

§ 3º.....

§ 4º. A educação a distância gozará de tratamento diferenciado, que incluirá:

I – custos de transmissão reduzidas em canais comerciais de radiodifusão sonora e de sons e imagens;

II – concessão de canais com finalidades exclusivamente educativas;

III – reserva de tempo mínimo, sem ônus para o Poder Público, pelos concessionários de canais comerciais.

A legislação acima prevê o incentivo para o Ensino a Distância. Em relação aos meios e ferramentas para incrementar o incentivo, ela é omissa. Em face dessa omissão e da exigência legal prevista na lei, é preciso implantar o Sistema de Ensino Estadual de Incentivo a Educação a Distância e o Sistema de Ensino Federal de Incentivo a Educação a Distância. É preciso elaborar projeto de Lei de Incentivo Fiscal para o Ensino a Distância, para suprir a deficiência educacional, principalmente nas regiões mais remotas.

É necessário integrar a sociedade local e regional com as novas tecnologias que o Ensino a Distância pode disponibilizar a toda a sociedade.

Com esse intuito, apresento a seguir o projeto de projeto de Lei de Incentivo Fiscal para o Ensino a Distância.

Lei nº ____, de 24 de setembro de 2002.

A Lei nº ____, de 24 de setembro de 2002, institui o Programa Nacional de Incentivo ao Ensino a Distância (PRONED) e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

Disposições Preliminares

Art. 1º. Fica instituído o Programa Nacional de Incentivo ao Ensino a Distância (PRONED), com a finalidade de captar e canalizar recursos para o desenvolvimento do Ensino a Distância de modo a:

I – incentivar a todos o livre acesso ao saber e o pleno exercício do direito de cidadania por meio do Ensino a Distância;

II – promover, estimular e espargir o Ensino a Distância no Brasil, com a valorização de recursos humanos e instituições;

III – apoiar, valorizar e difundir os conjuntos pedagógicos do Ensino a Distância em todo o território nacional;

IV – priorizar as instituições do Ensino a Distância originárias do país.

Art. 2º. O PRONED será implementado por meio dos seguintes mecanismos:

I – Fundo Nacional do Ensino a Distância (FNED);

II – Incentivo ao Mantenedor do Ensino a Distância (IMED).

Parágrafo único. Os incentivos criados pela presente Lei serão concedidos a projetos para o Ensino a Distância que visam à criação e implantação de cursos de Ensino a Distância destinados a instituições públicas e privadas, com ou sem fins lucrativos.

Art. 3º. Para cumprimento das finalidades expressas no art. 1º desta Lei, o projeto de Ensino a Distância em cujo favor serão captados e canalizados os recursos do PRONED atenderão aos seguintes objetivos:

I – incentivo à formação e desenvolvimento de cursos educacionais na modalidade de Ensino a Distância, mediante concessão de bolsas de estudo, pesquisa e trabalho, no Brasil ou no exterior, de pedagogos e especialistas brasileiros ou estrangeiros residentes no Brasil; instalação e manutenção de curso de Ensino a Distância, destinado à formação, especialização e aperfeiçoamento de pessoal em instituições de Ensino a Distância com ou sem fins lucrativos;

II – fomento a projetos de Ensino a Distância, mediante elaboração de cursos pedagógicos de Ensino a Distância de nível médio, técnico, superior, pós-graduação, mestrado, doutorado e pós-doutorado, com o emprego de ferramentas pedagógicas multimídias e tecnológicas a serviço de caráter educacional; criação de curso de Ensino a Distância para as ciências do conhecimento; realização de congressos, seminários, simpósios, fórum nacionais e internacionais do Ensino a Distância;

III – estímulo ao acesso, ao conhecimento, à educação por meio do Ensino a Distância, mediante realização de cursos pedagógicos gratuitos e públicos nos níveis local, regional e nacional; estudos e pesquisas na área do Ensino a Distância e de seus segmentos; fornecimento de recursos para o FNED e para fundações educacionais com fins específicos, ou para bibliotecas, museus, arquivos ou outras entidades de caráter de Ensino a Distância;

IV – Apoio a outras atividades do Ensino a Distância, mediante realização de missões e intercâmbios de educadores ligados ao Ensino a Distância no país e no exterior, inclusive com o fornecimento de passagens; contratação de serviços para elaboração de projetos para o Ensino a Distância; ações não previstas nos incisos anteriores e consideradas relevantes pela Secretaria de Ensino a Distância (MEC/SEED), ouvida a Comissão Nacional de Incentivo ao Ensino à Distância (CNIED).

CAPÍTULO II

DO FUNDO NACIONAL DO ENSINO A DISTÂNCIA (FNED)

Art. 4º. Fica instituído no âmbito federal, o Fundo de Promoção do Ensino a Distância, que se denominará Fundo Nacional do Ensino a Distância (FNED), com o

objetivo de captar e destinar recursos para projetos pedagógicos de caráter de Ensino a Distância compatíveis com as finalidades do PRONED e de:

I – estimular a distribuição regional equitativa dos recursos a serem aplicados na execução de projetos educacionais de Ensino a Distância;

II – favorecer a visão interestadual, estimulando projetos que explorem propostas educacionais de Ensino a Distância conjuntas;

III – apoiar cursos dotados de conteúdo educacional de Ensino a Distância que enfatize o aperfeiçoamento profissional e científico na área da recapacitação e na diversidade da ciência e do conhecimento;

IV – contribuir para a manutenção e guarda do histórico e patrimônio educacional do Ensino a Distância brasileiro;

V – favorecer projetos que atendam às necessidades e aos interesses da coletividade, aí considerados os níveis qualitativos e quantitativos de atendimentos às demandas educacionais existentes, o caráter multiplicador e formador dos projetos por meio de seus aspectos socioeducacional e a priorização de projetos do Ensino a Distância com menos possibilidade de desenvolvimento com recursos próprios.

§ 1º. O FNED será administrado pela Secretaria de Ensino a Distância (MEC/SEED) e gerido por seu titular, assessorado por um comitê constituído de especialistas e presidentes ou secretários das entidades supervisionadas pelo MEC/SEED, para cumprimento do Programa de Trabalho Anual aprovado pela Comissão Nacional de Incentivo ao Ensino a Distância (CNIED), segundo os princípios estabelecidos nos artigos 1º a 3º desta Lei.

§ 2º. Os recursos do FNED serão aplicados em projetos de Ensino a Distância submetidos, com parecer da entidade jurisdicional e supervisão competente, ao Comitê Assessor, na forma que dispuser o regulamento.

§ 3º. Os projetos aprovados serão acompanhados e avaliados tecnicamente pelas entidades supervisionadas, cabendo a execução financeira à MEC/SEED.

§ 4º. Sempre que necessário, as entidades supervisionadas utilizarão peritos para análise e parecer sobre os projetos, permitida a indenização de despesas com o deslocamento, quando houver, e respectivo pró-labore e ajuda de custo, conforme ficar definido no regulamento.

§ 5º. O Secretário da Secretaria de Educação a Distância (SEED/MEC) designará a unidade da estrutura básica do MEC/SEED, que funcionará como Secretaria Executiva do FNED.

§ 6º. Os recursos do FNED não poderão ser utilizados para despesas de manutenção do MEC/SEED.

§ 7º. Ao término do projeto, o MEC/SEED efetuará uma avaliação final de forma a verificar a fiel aplicação dos recursos, observando as normas e procedimentos a serem definidos no regulamento desta Lei, bem como a legislação em vigor.

§ 8º. As instituições públicas ou privadas receptoras de recursos do FNED e executoras de projetos educacionais de Ensino a Distância, cuja avaliação final não for aprovada pelo MEC/SEED, nos termos do parágrafo anterior, ficarão inabilitadas pelo prazo de três anos ao recebimento de novos recursos, ou enquanto a MEC/SEED não proceder à reavaliação do parecer inicial.

Art. 5º. O FNED é um fundo de natureza contábil, com prazo indeterminado de duração, que funcionará sob as formas de apoio a fundo perdido ou de empréstimos reembolsáveis, conforme estabelecer o regulamento, constituído dos seguintes recursos:

- I – recursos do Tesouro Nacional;
- II – doações, nos termos da legislação vigente;
- III – legados;
- IV – subvenções e auxílios de entidades de qualquer natureza, inclusive de organismos internacionais;
- V – saldos não utilizados na execução dos projetos a que se refere o presente Capítulo desta Lei;
- VI – devolução de recursos de projetos previstos no presente Capítulo desta Lei e não iniciados ou interrompidos, com ou sem justa causa;
- VII – um por cento da arrecadação dos Fundos de Investimentos Regionais, a que se refere a Lei nº 8.167, de janeiro de 1991, com obediência à aplicação na respectiva origem geográfica regional;
- VIII – um por cento da arrecadação bruta das loterias federais, deduzindo-se esse valor do montante destinado aos prêmios;
- IX – reembolso das operações de empréstimos realizados por meio do Fundo, a título de financiamento reembolsável, observados critérios de remuneração que, no mínimo, lhes preserve o valor real;
- X – resultado das aplicações em títulos públicos federais, em obediência à legislação sobre a matéria;

XI – conversão da dívida externa com entidades e órgãos estrangeiros, unicamente mediante doações, no limite a ser fixado pelo Ministro da Economia, da Fazenda e do Planejamento, observadas as normas e procedimentos do Banco Central do Brasil;

XII – saldos de exercícios anteriores;

XIII – recursos de outras fontes.

Art. 6º. O FNED financiará até oitenta por cento do custo total de cada projeto, mediante comprovação, por parte do mantenedor, pessoa jurídica de direito público, da circunstância de dispor do montante remanescente ou de estar habilitado à obtenção do respectivo financiamento, por meio de outra fonte devidamente identificada, exceto quanto aos recursos com destinação especificada na origem.

§ 1º. Poderão ser considerados, para efeito de totalização do valor restante, bens e serviços oferecidos pelo mantenedor para implementação do projeto, a serem devidamente avaliados pelo MEC/SEED.

Art. 7º. O MEC/SEED estimulará, por intermédio do FNED, a composição, por parte de instituições financeiras, de carteiras para financiamento de projetos educacionais de Ensino a Distância que levem em conta o caráter educacional da iniciativa, mediante critérios, normas, garantias e taxas de juros especiais a serem aprovados pelo Banco Central do Brasil.

CAPÍTULO III

DO INCENTIVO A PROJETOS DE ENSINO A DISTÂNCIA

Art. 8º. Com o objetivo de incentivar o desenvolvimento das atividades do Ensino a Distância, a União facultará às pessoas físicas ou jurídicas a opção pela aplicação de parcelas do Imposto sobre a Renda a título de doações ou incentivos, tanto no apoio direto a projetos de Ensino a Distância apresentados por pessoa jurídicas com objetivo educacional, por meio de contribuições ao FNED, nos termos do art. 5º, inciso II, desta Lei, desde que os projetos atendam aos critérios estabelecidos no art. 1º desta Lei, em torno dos quais será dada prioridade de execução pela CNIED.

Art. 9º. Os projetos de Ensino a Distância previstos nesta Lei serão apresentados ao MEC/SEED, ou a quem esta delegar a atribuição, acompanhados com os dados cadastrais da mantenedora – da necessidade social – da infra-estrutura – da excelência do curso – regulamentos, planilha de custos, cronograma físico-financeiro e plano de desenvolvimento institucional, de acordo com as instruções a serem expedidas pelo MEC/SEED, para aprovação de seu enquadramento nos objetivos do PRONED e posterior encaminhamento à CNIED para decisão final.

§ 1º. No prazo máximo de noventa dias do seu recebimento, poderá o MEC/SEED notificar o mantenedor do projeto de não fazer jus aos benefícios pretendidos informando os motivos da decisão.

§ 2º. Da notificação a que se refere o parágrafo anterior, caberá recurso à CNIED, que deverá decidir no prazo de sessenta dias.

§ 3º. A aprovação somente terá eficácia após publicação de ato oficial contendo o nome da instituição responsável e a denominação do projeto de Ensino a Distância aprovado, o valor autorizado para obtenção de doação ou incentivo e o prazo de validade da autorização.

§ 4º. O MEC/SEED publicará anualmente, até 28 de fevereiro, o montante de recursos autorizados no exercício anterior pela CNIED, nos termos do disposto nesta Lei, devidamente discriminados por beneficiário.

Art. 10. Os projetos aprovados na forma do artigo anterior serão, durante sua execução, acompanhados e avaliados pelo MEC/SEED ou por quem receber a delegação destas atribuições.

§ 1º. O MEC/SEED, após o término da execução dos projetos previstos neste artigo, deverá, no prazo de seis meses, fazer uma avaliação final da aplicação correta dos recursos recebidos, podendo inabilitar seus responsáveis pelo prazo de até três anos.

§ 2º. Da decisão do MEC/SEED caberá recurso à CNIED, que decidirá no prazo de sessenta dias.

§ 3º. O Tribunal de Contas da União incluirá em seu parecer prévio sobre as contas do MEC/SEED análise relativa à avaliação de que trata este artigo.

Art. 11. As entidades incentivadoras e captadoras de que trata este Capítulo deverão comunicar, na forma que venha a ser estipulada pelo Ministério da Economia, da Fazenda e

do Planejamento e MEC/SEED, os aportes financeiros realizados e recebidos, bem como as entidades captadoras deverão efetuar a comprovação de sua aplicação.

Art. 12. Para os fins desta Lei, considera-se:

I – incentivo: a transferência de numerário, com finalidade promocional ou a cobertura, pelo contribuinte do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza, de gastos, ou a utilização de bem móvel ou imóvel do seu patrimônio, sem a transferência de domínio, para a realização, por instituição jurídica de atividade educacional de Ensino a Distância com ou sem finalidade lucrativa prevista no art. 3º desta lei.

§ 1º. Constitui infração a esta Lei o recebimento, pelo incentivador, de qualquer vantagem financeira ou material em decorrência do incentivo que efetuar.

§ 2º. As transferências definidas neste artigo não estão sujeitas ao recolhimento do Imposto sobre a Renda na fonte.

Art. 13. Para os fins deste Capítulo, equiparam-se doações, nos termos do regulamento, a:

I – distribuições gratuitas por pessoas jurídicas de bolsa de estudos para acadêmicos, alunos, requerentes, empregados e a terceiros interessados em todas as modalidades de cursos educacionais de Ensino a Distância;

II – despesas efetuadas por pessoas físicas ou jurídicas com o objetivo de construir ou manter bens móveis e imóveis de sua propriedade ou sob sua posse legítima, de caráter de Ensino a Distância, para cursos de nível fundamental, médio, técnico, sob jurisdição dos Conselhos Estaduais de Educação, conforme decreto 2.561, de 27 de abril de 1998, e de nível superior, especialização, pós-graduação, mestrado, doutorado e pós-doutorado sob a jurisdição do Ministério da Educação/Secretaria da Educação a Distância (MEC/SEED) nas conformidades da lei 9.394; artigo 43, inciso II e artigo 80 e parágrafos seguintes, de 20 dezembro de 1996.

Art. 14. Os projetos apresentados por pessoas jurídicas de Ensino a Distância, para fins de incentivo, objetivarão desenvolver ferramentas pedagógicas de Ensino a Distância, os estudos e métodos de interpretação da realidade educacional, bem como contribuir para propiciar meios, à população em geral, ao acesso as ciências do conhecimento via o Ensino a Distância, entre os seguintes níveis:

I – ensino fundamental;

- II – médio;
- III – técnico;
- IV – superior;
- V – especialização;
- VI – mestrado;
- VII – doutorado;
- VIII – pós-doutorado.

Art. 15. O doador ou incentivador poderá deduzir do imposto devido na declaração do Imposto sobre a Renda o valor efetivamente contribuído em favor de projetos educacionais de Ensino a Distância aprovados de acordo com os dispositivos desta Lei, tendo como base os seguintes percentuais:

I – no caso das pessoas físicas, noventa por cento das doações e oitenta por cento dos incentivos;

II – no caso das pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real, sessenta por cento das doações e cinquenta por cento dos incentivos.

§ 1º A pessoa jurídica tributada com base no lucro real poderá abater as doações e incentivos como despesa operacional.

§ 2º O valor máximo das deduções de que trata o «caput» deste artigo será fixado anualmente pelo Presidente da República, com base em um percentual da renda tributável das pessoas físicas e do imposto devido por pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real.

§ 3º Os benefícios de que trata este artigo não excluem ou reduzem outros benefícios, abatimentos e deduções em vigor, em especial as doações a entidades de utilidade pública efetuadas por pessoas físicas ou jurídicas.

§ 4º O Poder Executivo estabelecerá mecanismo de preservação do valor real das contribuições em favor de projetos de Ensino a Distância, relativamente a este Capítulo.

Art. 16. A doação ou o incentivo não poderá ser efetuado a pessoa ou instituição vinculada ao agente.

§ 1º Consideram-se vinculados ao doador ou incentivador:

a) a pessoa jurídica da qual o doador ou incentivador seja titular, administrador, gerente, acionista ou sócio, na data da operação, ou nos doze meses anteriores;

b) o cônjuge, os parentes até o terceiro grau, inclusive os afins, e os dependentes do doador ou incentivador ou dos titulares, administradores, acionistas, ou sócios de pessoa jurídica vinculada ao doador ou incentivador, nos termos da alínea anterior;

c) outra pessoa jurídica da qual o doador ou incentivador seja sócio.

§ 2º Não se consideram vinculadas as instituições educacionais de Ensino a Distância sem fins lucrativo, criadas pelo doador ou incentivador, desde que devidamente constituídas e em funcionamento, na forma da legislação em vigor e aprovadas pela CNIED.

Art. 17. Nenhuma aplicação dos recursos previstos nesta Lei poderá ser feita por meio de qualquer tipo de intermediação.

Parágrafo único. A contratação de serviços necessários à elaboração de projetos para captação de doação, incentivo ou investimento não configura a intermediação referida neste artigo.

Art. 18. Os recursos provenientes de doações ou incentivos deverão ser depositados e movimentados em conta bancária específica, em nome do beneficiário, e a respectiva prestação de contas deverá ser feita nos termos do regulamento da presente Lei.

Parágrafo único. Não serão consideradas, para fins de comprovação do incentivo, as contribuições em relação às quais não se observe esta determinação.

Art. 19. As infrações aos dispositivos deste Capítulo, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, sujeitarão o doador ou incentivador ao pagamento do valor atualizado do Imposto sobre a Renda devido em relação a cada exercício financeiro, além das penalidades e demais acréscimos previstos na legislação que rege a espécie.

Parágrafo único. Para os efeitos deste artigo, considera-se solidariamente responsável por inadimplência ou irregularidade verificada a pessoa jurídica proponente do projeto.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 20. Com a finalidade de garantir a participação comunitária, a representação de pedagogos no trato oficial dos assuntos do Ensino a Distância e a organização nacional

sistêmica da área, o Governo Federal estimulará a institucionalização de Conselho de Incentivo ao Ensino a Distância no Distrito Federal, nos Estados e nos Municípios.

Art. 21. Fica instituída a Comissão Nacional de Incentivo ao Ensino a Distância (CNIED), com a seguinte composição:

- I – O Ministro de Estado da Educação;
- II – Os Presidentes ou Secretários das entidades supervisionadas pelo MEC;
- III – O Presidente da entidade nacional que congrega os Secretários de Educação das Unidades Federadas;
- IV – Um representante dos mantenedores de Ensino a Distância;
- V – Seis representantes de entidades associativas dos setores educacionais de Ensino a Distância de âmbito nacional.

§ 1º A CNIED será presidida pela autoridade referida no inciso I deste artigo, que, para fins de desempate, terá voto de qualidade.

§ 2º Os mandatos, a indicação e a escolha dos representantes a que se referem os incisos IV e V deste artigo, assim como as competências da CNIED, serão estipulados e definidos pelo regulamento desta Lei.

Art. 22. O MEC/SEED, com a finalidade de estimular e valorizar o Ensino a Distância, estabelecerá um sistema de premiação anual que reconheça as contribuições mais significativas para a área:

- I – de pedagogos ou grupos de pedagogos brasileiros ou residentes no Brasil, pelo conjunto de sua obra ou por obras individuais;
- II – de profissionais do Ensino a Distância;
- III – de pesquisadores, estudiosos e autores na interpretação crítica do Ensino a Distância, através de ensaios, estudos e pesquisas.

Art. 23. Fica instituída a Ordem do Mérito do Ensino a Distância, cujo estatuto será aprovado por Decreto do Poder Executivo, e as distinções serão concedidas pelo Presidente da República, em ato solene, a pessoas que, por sua atuação profissional ou como incentivadoras e inovadoras do Ensino a Distância, mereçam reconhecimento.

Art. 24. Os recursos destinados ao então Fundo Nacional de Educação a Distância (FNED) serão recolhidos ao Tesouro Nacional para aplicação pelo FNED, deliberado pela Comissão Nacional de Incentivo ao Ensino a Distância (CNIED), observada a sua finalidade.

Art. 25. O Departamento da Receita Federal, do Ministério da Economia, da Fazenda e do Planejamento, no exercício de suas atribuições específicas, fiscalizará a efetiva execução desta Lei, no que se refere à aplicação de incentivos fiscais nela previstos.

Art. 26. O Poder Executivo, a fim de atender o disposto no art. 15, § 2º, desta Lei, adequando-o às disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias, enviará, no prazo de trinta dias, Mensagem ao Congresso Nacional estabelecendo a total da renúncia fiscal e correspondentes cancelamentos de despesas orçamentárias.

Art. 27. Na hipótese de dolo, fraude ou simulação, inclusive no caso de desvio de objeto, será aplicada, ao doador e ao beneficiário, a multa correspondente a duas vezes o valor da vantagem recebida indevidamente.

Art. 28. Constitui crime, punível com a reclusão de dois a seis meses e multa de vinte por cento do valor do projeto, qualquer discriminação de natureza política que atente contra a cidadania e a educação a distância, liberdade de expressão, de atividade intelectual, de consciência ou crença, no andamento dos projetos a que se referem esta Lei.

Art. 29. Constitui crime, punível com reclusão de dois a seis meses e multa de vinte por cento do valor do projeto, obter redução do imposto de renda utilizando-se fraudulentamente de qualquer benefício desta Lei.

§ 1º No caso de pessoa jurídica respondem pelo crime o acionista controlador e os administradores que para ele tenham concorrido.

§ 2º Na mesma pena incorre aquele que, recebendo recursos, bens ou valores em função desta Lei, deixe de promover, sem justa causa, atividade objeto do incentivo.

Art. 30. O Poder Executivo, no prazo de sessenta dias, regulamentará a presente Lei.

Art. 31. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 32. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 24 de setembro de 2002

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MINISTRO DA JUSTIÇA

Decreto nº _01/XX____, de ____ de _____ de 2002.

Regulamenta a Lei nº X.XXX, de 24 de setembro de 2002, estabelece a sistemática de execução do Programa Nacional de Apoio ao Ensino a Distância (PRONED) e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº X.XXX, de 24 de setembro de 2002, decreta:

CAPÍTULO I

Das Disposições Fundamentais

Seção I

Da Execução do PRONED

Art. 1º. O Programa Nacional de Apoio ao Ensino a Distância (PRONED) desenvolver-se-á mediante projetos educacionais de Ensino a Distância que realizem os princípios do Capítulo II – Dos Direitos Sociais; artigo 6º; artigo 22, inciso XXIV; artigo 23, incisos V e XII; artigo 24, inciso IX; do Capítulo III – Da Educação – Da Cultura e do Desporto – Seção I – do artigo 205 e demais parágrafos e incisos ao artigo 214 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, no artigo 80, parágrafos e incisos que atendam às finalidades previstas e os objetivos indicados no art. 1º e no artigo 3º da Lei de Incentivo Fiscal Para o Ensino a Distância nº X.XXX, de 24 de setembro de 2002.

Art. 2º. Os projetos educacionais de Ensino a Distância a que se referem os Capítulos II e IV deste Decreto devem conter dados cadastrais da mantenedora – da necessidade social – da infra-estrutura – da excelência do curso – regulamentos, planilha de custos, cronograma

físico-financeiro e plano de desenvolvimento institucional de acordo com as instruções expedidas pelo MEC/SEED.

§ 1º A análise de projetos de Ensino a Distância é de responsabilidade do Ministério da Educação, por intermédio de suas entidades supervisionadas, e de outras entidades oficiais que receberem delegação, na forma prevista no art. 36 deste Decreto.

§ 2º A análise de que trata o parágrafo anterior será apurada por critérios de objetividade visando a enquadrar os projetos no disposto no art. 1º deste Decreto.

§ 3º Respeitado o princípio da anualidade, poderá ser prevista execução plurianual, com fases delimitadas e resultados definidos, quando se tratar de projetos de Ensino a Distância de longa duração.

§ 4º Somente serão apoiados projetos de Ensino a Distância cujo mantenedor não seja vinculado, direta ou indiretamente, aos membros e suplentes do Comitê Assessor do Fundo Nacional de Ensino a Distância (FNED) e da Comissão Nacional de Incentivo ao Ensino a Distância (CNIED).

§ 5º O Ministério da Educação e suas entidades supervisionadas poderão fornecer, a pedido dos interessados, esclarecimentos técnicos necessários à elaboração dos projetos de Ensino a Distância e à escolha das estratégias de ação mais adequadas.

Seção II

Das Definições Operacionais

Art. 3º. Para efeito da execução do PRONED, consideram-se:

I – beneficiários: as pessoas jurídicas de natureza educacional de Ensino a Distância que tiverem seus projetos devidamente aprovados;

II – delegação: a transferência de responsabilidade na execução do PRONED aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios;

III – doação: transferência gratuita em caráter definitivo à pessoa jurídica de natureza educacional de Ensino a Distância, com ou sem fins lucrativos, de numerário, bens ou serviços para a realização de projetos de Ensino a Distância, vedado o uso de publicidade paga para divulgação desse ato;

IV – entidades supervisionadas:

a) Fundação,

b) Instituto;

V – incentivadores: os doadores e incentivadores;

VI – a proteção e o estímulo das atividades do Ensino a Distância por parte de incentivadores;

VII – equipamento e conjunto de bens materiais e imateriais de interesse para as correntes do Ensino a Distância formadoras, abrangendo o patrimônio arquivístico, bibliográfico, científico, ecológico, etnográfico, histórico, museológico, entre outros;

VIII – incentivo:

a) transferência gratuita, em caráter definitivo, à pessoa jurídica de natureza educacional de Ensino a Distância, com ou sem fins lucrativos, de numerário para a realização de projetos e curso de Ensino a Distância com finalidade de financiamento a fundo perdido para ensinar a ciência do conhecimento a determinada comunidade;

b) cobertura de gastos ou utilização de bens móveis ou imóveis, do patrimônio do incentivador, sem a transferência de domínio, para a realização de projetos e cursos de Ensino a Distância por pessoa jurídica de natureza educacional, com ou sem fins lucrativos;

X – pessoas jurídicas de natureza educacional e as entidades em cujos estatutos se disponha expressamente sobre suas finalidades de Ensino a Distância;

XI – projetos e cursos de Ensino a Distância submetidos às instâncias do PRONED, cuja elaboração atenda ao disposto nos arts. 1º e 2º deste Decreto;

XII – segmentos do Ensino a Distância.

CAPÍTULO I

DO FUNDO NACIONAL DO ENSINO A DISTÂNCIA (FNED)

Seção I

Das Finalidades do FNED

Art. 4º. Sem prejuízo de outras atividades compatíveis com os objetivos do PRONED, o FNED apoiará projetos destinados a:

I – atender à educação a distância de caráter regional e nacional;

II – estimular a educação dos diferentes grupos de pedagogos e responsáveis por sua pluralidade educacional do Ensino a Distância;

III – desenvolver a preparação e o aperfeiçoamento dos recursos humanos para o Ensino a Distância;

IV – promover a preservação do patrimônio educacional do Ensino a Distância brasileiro, enfatizando ações de identificação, documentação, promoção, proteção de bens educacionais do Ensino a Distância;

V – incentivar projetos comunitários que tenham caráter exemplar e multiplicador, e que contribuam para facilitar o acesso aos meios do Ensino a Distância por parte de populações de baixa e média rendas;

VI – fomentar atividades pedagógicas do Ensino a Distância de caráter inovador ou experimental;

VII – promover a difusão do Ensino a Distância, no exterior, em cooperação com o Ministério das Relações Exteriores.

Parágrafo único. A CNIED aprovará anualmente o programa de trabalho do FNED, segundo os objetivos definidos no caput deste artigo.

Seção II

Das Formas de Apoio Financeiro

Art. 5º. O FNED adotará as seguintes formas operacionais:

I – a fundo perdido, em favor de projetos e cursos de Ensino a Distância de entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos, exigida a comprovação de seu bom e regular emprego, bem como dos resultados alcançados;

II – por meio de empréstimos reembolsáveis em favor de projetos de Ensino a Distância, de entidades privadas com ou sem fins lucrativos.

§ 1º A transferência financeira a fundo perdido do FNED para entidade pública ou privada sem fins lucrativos, responsável pela execução de projeto aprovado, dar-se-á sob a forma de subvenções, auxílios ou contribuições.

§ 2º Na operacionalização do financiamento reembolsável, o agente financeiro será qualquer instituição financeira, de caráter oficial, devidamente credenciada pelo Ministério da Educação.

§ 3º Para o financiamento, pelo FNED, reembolsável, o Ministério da Educação estudará, com o agente financeiro, a taxa de administração, prazos de carência, juros, limites, aval e formas de pagamento, atendendo à especificidade de cada segmento do Ensino a Distância, observado o disposto nos arts. 5º e 7º da Lei nº X.XXX, 24 de setembro de 2002, os quais serão fixados em instrução específica.

Seção III

Dos Projetos a Serem Financiados pelo FNED

Art. 6º. O FNED poderá apoiar pessoas físicas ou jurídicas de natureza educacional de Ensino a Distância, públicas ou privadas, que apresentem projetos de Ensino a Distância para análise e aprovação.

§ 1º O apoio financeiro, a fundo perdido, a projetos de Ensino a Distância de iniciativa de pessoas físicas restringir-se-á à concessão de bolsas, passagens e ajudas de custo.

§ 2º No caso de projetos de Ensino a Distância relativos a eventos, somente serão aprovados aqueles que explicitarem o processo de continuidade e desdobramento, bem como preverem a participação da comunidade científica, local, sob a forma de conferências, cursos, oficinas, debates e outras.

§ 3º O FNED não financiará exclusivamente a contratação de serviços para a elaboração de projetos de Ensino a Distância, ressalvados aqueles necessários a viabilizar as doações com destinação especificada pelo doador.

§ 4º Os beneficiários poderão executar mais de um projeto concomitantemente, considerada a respectiva capacidade operacional e as disponibilidades orçamentárias e financeiras do FNED.

Art. 7º. O percentual de financiamento do FNED para cada projeto e a contrapartida a ser oferecida pelo beneficiário obedecerão aos limites estabelecidos na legislação pertinente.

§ 1º Para integralizar a contrapartida, poderá o mantenedor comprometer-se a assumir as despesas de manutenção administrativa e de pessoal vinculadas à execução do projeto, desde que devidamente especificadas na planilha de custo.

§ 2º Caberá à entidade supervisionada competente avaliar, por ocasião do parecer que emitir, a contrapartida oferecida na forma do parágrafo anterior, objetivando determinar se os respectivos montantes completam a co-participação exigida.

§ 3º A contrapartida prevista no caput deste artigo fica dispensada no caso de doações ao FNED com destinação especificada pelo incentivador.

Seção IV

Da Aprovação dos Projetos

Art. 8º. Os projetos de Ensino a Distância que contiverem pedido de utilização dos recursos do FNED, após parecer da entidade supervisionada competente na respectiva área, serão submetidos ao Comitê Assessor para fins de compatibilização e integração na programação global do Ministério da Educação.

§ 1º A definição das entidades supervisionadas competentes nos diversos segmentos de Ensino a Distância será objeto de ato do Ministro de Educação.

§ 2º O prazo final para apresentação de projetos ao FNED encerrar-se-á em:

a) 31 de maio de cada ano, para os projetos com cronograma para o segundo semestre;

b) 30 de setembro de cada ano, para os projetos com cronograma para o primeiro semestre do ano seguinte.

§ 3º As deliberações do Comitê Assessor serão homologadas pelo Ministro de Educação.

§ 4º Quando se tratar de projeto de iniciativa própria de entidade supervisionada, este será submetido diretamente ao Comitê Assessor, mediante proposta do respectivo presidente.

§ 5º A execução orçamentária e financeira dos projetos de que trata o parágrafo anterior observará os seguintes procedimentos:

a) quando os projetos aprovados envolverem transferências financeiras a pessoas físicas ou jurídicas privadas, os recursos serão repassados pelo Ministério da Educação;

b) quando os projetos aprovados representarem complementação ou reforço aos projetos internos das entidades supervisionadas, os recursos serão transferidos diretamente pelo FNED.

§ 6º A contratação de peritos para a análise e parecer sobre os projetos é de responsabilidade de cada uma das entidades supervisionadas, cabendo-lhe a execução financeira mediante transferência de recursos do FNED.

§ 7º As entidades supervisionadas do Ministério da Educação poderão descentralizar a análise dos projetos para as suas unidades administrativas.

§ 8º Quando o projeto de Ensino a Distância envolver cooperação internacional, deverá ser ouvido o Ministério das Relações Exteriores.

Seção V

Do Acompanhamento e da Avaliação dos Projetos

Art. 9º. Os projetos aprovados serão acompanhados e avaliados tecnicamente durante e ao término de sua execução pela entidade supervisionada que tenha emitido parecer sobre eles.

§ 1º A avaliação referida neste artigo comparará os resultados esperados e atingidos, os objetivos previstos e alcançados, os custos estimados e reais, e a repercussão da iniciativa na comunidade.

§ 2º A avaliação referida neste artigo, sob a forma direta ou indireta, culminará com o laudo final do Ministério da Educação, que verificará a fiel aplicação dos recursos, nos termos do § 7º do art. 4º da Lei nº X.XXX, de 2002.

§ 3º No caso de não-aprovação da execução dos projetos, aplicar-se-á o disposto no art. 4º, § 8º, da Lei nº X.XXX, de 2002.

§ 4º O responsável pelo projeto cuja prestação de contas for rejeitada pelo Ministério da Educação terá direito ao acesso a toda a documentação que sustentou a decisão.

§ 5º A reavaliação do laudo final poderá efetivar-se mediante a interposição de recurso pelo beneficiário, acompanhado, se for o caso, de elementos não trazidos inicialmente à consideração do Ministério da Educação.

§ 6º O desvirtuamento dos objetivos previstos e a inobservância das normas administrativas e financeiras específicas e gerais sujeitarão o infrator à pena de inabilitação a ser aplicada pelo Ministério da Educação pelo prazo de três anos, nos termos do art. 4º, § 8º, da Lei nº X.XXX, de 2002.

Seção VI

Da Administração e do Funcionamento do FNED

Art. 10. O FNED será administrado pelo Ministério da Educação e gerido pelo respectivo Ministro de Estado, que, para esse fim, contará com apoio de um Comitê Assessor, integrado pelos presidentes das entidades supervisionadas e pelos titulares das seguintes Secretarias do Ministério da Educação:

- I – Secretaria-Executiva;
- II – Secretaria de Educação a Distância;
- III – Secretaria de Educação Superior;
- IV – Secretaria de Educação Média e Tecnológica;
- V – Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior;
- VI – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais.

§ 1º O Comitê Assessor definirá em ato próprio, mediante aprovação pela maioria de seus integrantes e homologação pelo Ministro de Educação, sobre sua organização e funcionamento.

§ 2º Não se consideram despesas de manutenção administrativa do Ministério da Educação estritamente necessárias à implantação e operação do PRONED, devidamente incluídas no programa de trabalho anual do FNED.

§ 3º A Secretaria de Apoio ao Ensino a Distância funcionará como Secretaria-Executiva do FNED, à qual competirá a execução orçamentária, financeira e patrimonial, bem como as demais atividades administrativas necessárias ao seu funcionamento.

Art. 11. O Ministério da Educação estabelecerá, mediante instrução, os prazos, a tramitação interna dos projetos e a padronização de sua análise, que serão também observados no que se refere ao Capítulo III deste Decreto.

Art. 12. Os recursos a que se referem os incisos VII e VIII do art. 5º da Lei nº X.XXX, de 2002, serão transferidos ao FNED pelos órgãos responsáveis, até o décimo dia útil do mês subsequente ao que ocorreu a arrecadação.

Art. 13. A integralização das receitas do FNED de que trata o inciso XI do art. 5º da Lei nº X.XXX, de 2002, obedecerá aos limites fixados pelo Ministro de Estado da Fazenda e aos procedimentos e normas expedidos pelo Banco Central do Brasil.

CAPÍTULO III

DO MANTENEDOR SOB A FORMA DE INCENTIVO A PROJETOS DE ENSINO A DISTÂNCIA

Seção I

Das Finalidades

Art. 14. A União facultará às pessoas físicas ou jurídicas a opção de aplicarem parcelas do imposto sobre a renda, com o objetivo de incentivar atividades educacionais de Ensino a Distância mediante projetos aprovados de acordo com as diretrizes do PRONED.

Seção II

Das Formas de Aplicação

Art. 15. A faculdade de opção prevista no artigo anterior exercer-se-á:

I – em favor do próprio contribuinte do imposto sobre a renda, desde que proprietário ou titular de posse legítima de imóvel destinado ao Ensino a Distância e credenciado pelo MEC;

II – em favor de outros, em numerários, bens ou serviços, abrangendo:

a) pessoas físicas ou jurídicas de natureza educacional em Ensino a Distância, de caráter privado, não instituídas ou mantidas pelo Poder Público, com ou sem fins lucrativos, sob a forma de doações;

b) pessoas jurídicas, com ou sem fins lucrativos, sob a forma de incentivo;

c) ao Fundo Nacional de Ensino a Distância (FNED), com destinação prévia ou livre, a critério do contribuinte;

d) a empregados e a terceiros, pela distribuição gratuita de bolsa de estudos para cursos de ensino a distância, sempre por intermédio das respectivas organizações associativas dos trabalhadores na empresa.

§ 1º No caso do inciso I, deverão ser cumpridas as seguintes exigências:

a) prévia definição pelo SEED das normas que deverão orientar a elaboração dos projetos e respectivos orçamentos;

b) aprovação prévia pelo SEED dos referidos projetos e orçamentos;

c) atestado emitido pelo SEED da realização das despesas e do cumprimento dos projetos e respectivos orçamentos.

§ 2º O SEED poderá descentralizar as atividades previstas no parágrafo anterior, alíneas "b" e "c", a órgãos equivalentes dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

§ 3º O SEED disporá sobre a aplicação do disposto nos §§ 1º e 2º deste artigo.

§ 4º Os cursos de Ensino a Distância, conforme inciso I, deverão ser abertos à comunidade, conforme as demais atividades públicas e de caráter de integração.

§ 5º No caso do inciso II, alíneas "a" e "b", do *caput* deste artigo, não poderão ser beneficiárias de doações ou incentivos pessoas físicas ou jurídicas vinculadas societariamente ao incentivador, conforme o disposto no art. 27 da Lei nº X.XXX, de 2002.

§ 6º Não se consideram vinculadas nos termos do art. 27, § 2º da Lei nº X.XXX, de 2002, as instituições de Ensino a Distância sem fins lucrativos criadas pelo incentivador, devidamente constituídas, em funcionamento e portadoras do registro no Conselho Nacional de Assistência Social do Ministério da Previdência e Assistência Social ou de declaração de utilidade pública, conforme o âmbito de atuação da entidade, e reconhecidas pela CNIED.

§ 7º É permitida a inclusão de despesas com a contratação de serviços para a elaboração, difusão e divulgação dos projetos e cursos de Ensino a Distância, visando tanto à sua aprovação junto ao Ministério da Educação como à obtenção de apoio de incentivadores, desde que explicitadas na planilha de custos do referido projeto

§ 8º As despesas referidas no parágrafo anterior estarão sujeitas a exame de especialista, para fins de aprovação pela CNIED.

§ 9º Para conhecimento e registro, os responsáveis pelos serviços previstos no § 7º deste artigo serão cadastrados nas entidades supervisionados competentes na área do projeto, não podendo por elas ser executadas as tarefas de peritagem.

§ 10 As doações e os incentivos que envolverem serviços, bens móveis ou imóveis, serão disciplinados na forma do art. 33 deste Decreto.

Seção III

Das Deduções e dos Abatimentos Fiscais

Art. 16. O incentivador, pessoa física, poderá deduzir do imposto devido na declaração de rendimentos os valores efetivamente contribuídos no período de apuração em favor de projetos de Ensino a Distância, devidamente aprovados e nos percentuais de: I – noventa por cento do valor das doações; II – oitenta por cento do valor dos incentivos.

Parágrafo único. O limite máximo de deduções de que tratam os incisos I e II deste artigo é de dez por cento do imposto devido, na forma prevista no art. 16 da Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995.

Art. 17. O incentivador pessoa jurídica poderá, obedecendo ao limite máximo fixado em lei, deduzir do imposto devido mensalmente ou na declaração de rendimentos os valores efetivamente contribuídos no período de apuração, em favor de projetos de Ensino a Distância devidamente aprovados, nos percentuais de:

I – cinquenta por cento do valor das doações;

II – quarenta por cento do valor dos incentivos;

Parágrafo único. A pessoa jurídica tributada com base no lucro real poderá também abater o total das doações e dos incentivos conforme incisos I e II deste *caput* como despesa operacional.

Art. 18. Os incentivos fiscais de que tratam os arts. 19 e 20 deste Decreto não excluem ou reduzem outros benefícios, abatimentos e deduções em vigor, especialmente as doações a entidades de utilidade pública, efetuadas tanto por pessoa física quanto jurídica.

Art. 19. As transferências para a efetivação das doações e incentivos não estão sujeitas ao recolhimento do imposto sobre a renda na fonte.

Art. 20. Constitui infração aos dispositivos legais que regem o PRONED o recebimento pelo incentivador de qualquer vantagem financeira ou material em decorrência da doação ou do incentivo que efetuar.

§ 1º Não constitui vantagem material ou financeira o recebimento pelo incentivador de produtos ou direitos resultantes do projeto de Ensino a Distância, até o limite de 20%, desde que para distribuição de bolsas de Estudo de Ensino a Distância ou cessão e distribuição de material gratuito com fins promocionais.

§ 2º Os direitos de que trata o parágrafo anterior não abrangem a transferência de direitos autorais ou de propriedade sobre projetos.

Art. 21. O valor absoluto da renúncia fiscal integrará o demonstrativo que acompanhar o projeto de lei orçamentária e levará em consideração a realização da receita oriunda do imposto sobre a renda no triênio, a capacidade de absorção de recursos do PRONED no ano anterior ou a demanda residual não atendida.

Seção IV

Da Análise dos Projetos

Art. 22. Os projetos a serem analisados nos termos do art. 25 da Lei nº X.XXX, de 1991, desenvolver-se-ão nos segmentos do Ensino a Distância de que trata o inciso XIII do art. 3º deste Decreto.

§ 1º Os projetos beneficiarão somente o Ensino a Distância em todo o Brasil.

§ 2º Nas áreas do Ensino a Distância, dar-se-á prioridade à pesquisa científica e aos cursos educacionais.

Art. 23. Os projetos de Ensino a Distância que contiverem pedido de utilização de recursos do Fundo Mantenedor, elaborados na forma prevista no art. 2º deste Decreto, serão apresentados ao Ministério da Educação para parecer de suas entidades supervisionadas ou, no caso de delegação, de entidades equivalentes nos Estados, Distrito Federal e Municípios, observado o prazo máximo de sessenta dias para a tramitação interna.

§ 1º No caso do inciso IX, letra «b», do art. 3º deste Decreto, os gastos previstos deverão ser devidamente quantificados na planilha de custos, inclusive no que se refere ao critério de custo de oportunidade, e avaliados no parecer de análise dos projetos.

§ 2º Os projetos que obtiverem pareceres favoráveis de enquadramento serão submetidos à CNIED, para decisão final no prazo de trinta dias.

§ 3º Na seleção dos projetos aprovados será observado o princípio da não-concentração por beneficiário, a ser aferido pelo montante de recursos, pela quantidade de projetos, pela respectiva capacidade executiva e pela disponibilidade do valor absoluto anual de renúncia fiscal.

§ 4º No caso de parecer desfavorável, será este comunicado à CNIED, que notificará o Mantenedor no prazo de trinta dias, informando-o das razões e da possibilidade de recurso.

§ 5º Interposto o recurso, a CNIED decidirá no prazo de sessenta dias.

Art. 24. Serão publicados no Diário Oficial da União:

I – a aprovação do projeto, que conterá:

- a) o título;
- b) a instituição beneficiária de doação ou incentivo;
- c) o valor máximo autorizado para captação;
- d) o prazo de validade da autorização;

II – a consolidação, até primeiro de março de cada ano, dos recursos autorizados no exercício anterior, discriminados por beneficiário.

§ 1º No caso de não-captação ou captação parcial dos recursos autorizados no prazo estabelecido, a requerimento devidamente fundamentado do beneficiário, com indicativos da permanência da viabilidade do projeto, a CNIED decidirá quanto à sua prorrogação, no prazo de trinta dias.

§ 2º Enquanto a CNIED não se manifestar, fica o beneficiário impedido de promover a captação de recursos.

§ 3º Encerrado o novo prazo de captação e tornado inviável o projeto de Ensino a Distância, os recursos a ele parcialmente destinados serão recolhidos pelo beneficiário ao FNED no prazo de cinco dias úteis, contados da notificação da CNIED.

Art. 25. Equiparam-se a projetos e Ensino a Distância os planos anuais de atividades:

I – de sociedade civis, filantrópicas, de natureza educacional, cuja finalidade estatutária principal é dar apoio a instituições educacionais oficiais da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios;

II – de instituições educacionais com serviços relevantes prestados à educação, assim reconhecidas, em cada caso, pela CNIED.

§ 1º O valor a ser incentivado terá como limite máximo a estimativa de recursos a serem captados a título de doações e incentivos, conforme constar na previsão anual de receita e despesa da entidade.

§ 2º Os planos anuais de atividades de que trata este artigo obedecerão à mesma tramitação prevista para os projetos a que se refere este Capítulo, e serão detalhados de modo a permitir uma visão das ações a serem executadas.

§ 3º As entidades de que trata o inciso I deste artigo não poderão destinar mais de quinze por cento para as despesas de administração no orçamento dos planos anuais de atividades, exceto quando se tratar de entidades criadas pelo incentivador.

§ 4º Os planos anuais de atividades poderão ser apresentados a partir do quarto trimestre e deverão ser analisados e submetidos à deliberação no mesmo ano em que forem apresentados, ficando sua homologação condicionada à fixação do valor absoluto da renúncia fiscal a ser estabelecida para o exercício seguinte.

Seção V

Do Acompanhamento e da Avaliação

Art. 26. Os projetos aprovados serão acompanhados e avaliados tecnicamente durante e ao término de sua execução pelo Ministério da Educação, ou por intermédio de suas entidades supervisionadas ou entidades equivalentes que receberem delegação, nos termos previstos no Capítulo V deste Decreto.

§ 1º A avaliação referida neste artigo comparará os resultados esperados e atingidos, os objetivos previstos e alcançados, os custos estimados e reais e a repercussão da iniciativa na comunidade.

§ 2º Com base na avaliação técnica, realizada diretamente ou por intermédio de suas entidades supervisionadas e entidades equivalentes que receberem delegação, o Ministério da Educação emitirá laudo de avaliação final sobre a fiel aplicação dos recursos, observadas as instruções pertinentes.

§ 3º O laudo de avaliação final compreenderá, ainda, a verificação do cumprimento da legislação financeira aplicável, mediante o exame das prestações de contas, nos termos do art. 29 da Lei nº X.XXX, e instruções complementares

§ 4º No caso de não-aplicação correta dos recursos, o Ministério da Educação inabilitará o responsável pelo prazo de até três anos, na forma do art. 20, § 1º, da Lei nº X.XXX, de 24 de setembro 2002.

§ 5º A reavaliação do laudo final do Ministério da Educação efetivar-se-á mediante interposição de pedido de reconsideração pelo beneficiário, acompanhado, se for o caso, de elementos não trazidos inicialmente à consideração, no prazo de trinta dias contados da notificação.

§ 6º Da decisão do Ministério da Educação de manutenção do parecer inicial, caberá recurso à CNIED, no prazo de trinta dias, contados da notificação, que a julgará no prazo de sessenta dias.

§ 7º Enquanto não prolatada a decisão da CNIED, fica o recorrente inabilitado para recebimento de novos recursos.

Art. 27. O controle do fluxo financeiro entre os incentivadores e seus beneficiários estabelecer-se-á por meio das informações prestadas ao Ministério da Educação, por parte dos beneficiários.

§ 1º Os beneficiários comunicarão ao Ministério da Educação os aportes financeiros recebidos, em cumprimento ao cronograma de desembolso aprovado, no prazo de cinco dias úteis depois de efetivada a operação.

§ 2º As transferências financeiras entre incentivadores e beneficiárias serão efetuadas, direta e obrigatoriamente, por meio da rede bancária, mediante a utilização de conta bancária específica.

Art. 28. A Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda fiscalizará a aplicação de recursos por parte de incentivadores, com vistas à correta utilização dos benefícios fiscais previstos neste Capítulo.

Art. 29. A não-realização do projeto, sem justa causa, ou a incorreta utilização dos recursos do incentivo, sujeitarão o incentivador ou o beneficiário, ou ambos, às sanções penais e administrativas, nos termos do art. 30 da Lei nº X.XXX, de 24 de setembro de 2002, e da legislação específica.

Art. 30. O disposto nesta Seção será disciplinado por intermédio de instrução normativa conjunta da Secretaria-Executiva do Ministério da Educação e da Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Seção I

Da Supervisão Geral do PRONED

Art. 31. Compete à CNIED:

I – proferir decisão final quanto à aprovação do enquadramento dos projetos nas finalidades e objetivos do PRONED, no caso do Capítulo III deste Decreto, e funcionar como instância recursal na área administrativa;

II – aprovar o programa de trabalho anual do FNED;

III – definir as ações de que trata a alínea «c» do inciso V do art. 3º da Lei nº X.XXX, de 24 de setembro de 2002;

IV – definir os segmentos do Ensino a Distância não previstos expressamente nos Capítulos III e IV deste Decreto;

V – selecionar as instituições de Ensino a Distância que poderão apresentar planos anuais de atividades em substituição a projetos específicos, nos termos do art. 28 deste Decreto;

VI – julgar os recursos relacionados com prestação de contas não aprovadas pelo Ministério da Educação e do Desporto, no que se refere à Seção V do Capítulo II deste Decreto;

VII – estabelecer as prioridades para financiamento dos projetos aprovados no caso de insuficiência de recursos para o atendimento de toda a demanda;

VIII – avaliar permanentemente o PRONED, propondo medidas para seu aperfeiçoamento;

IX – exercer outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Ministro de Educação.

Art. 32. São membros natos da CNIED:

I – o Ministro de Estado da Educação, que a presidirá;

II – os presidentes das entidades supervisionadas do Ministério da Educação;

III – o presidente da entidade nacional que congrega os Secretários de Educação dos Estados e do Distrito Federal.

§ 1º O Presidente da CNIED terá voto de qualidade, para fins de desempate das deliberações.

§ 2º Os membros natos referidos nos incisos II e III serão substituídos, em seus impedimentos legais e eventuais, conforme dispuserem seus estatutos ou regimento, respectivamente.

Art. 33. São membros indicados para a CNIED, com mandato de dois anos, permitida uma recondução:

I – um representante dos mantenedores educacionais de Ensino a Distância de âmbito nacional;

II – seis representantes de entidades associativas de setores de Educação de Ensino a Distância, de âmbito nacional.

§ 1º As entidades representativas do Mantenedor brasileiro de Ensino a Distância, de âmbito nacional, indicarão, de comum acordo, o titular, o primeiro e o segundo suplentes, que as representarão na CNIED, na forma e prazo estabelecidos no ato de convocação baixado pelo Ministro da Educação.

§ 2º As entidades associativas de setores de Ensino a Distância, de âmbito nacional, a fim de assegurar a participação dos diferentes segmentos, indicarão um titular, o primeiro e o segundo suplentes de cada uma das seguintes áreas do Ensino a Distância de nível:

- a) Fundamental
- b) Médio;
- c) Superior;
- d) Pós-graduação;
- e) Mestrado;
- f) Doutorado;
- g) Pós-Doutorado.

§ 3º As entidades associativas de setores educacionais do Ensino a Distância de âmbito nacional, em funcionamento há pelo menos dois anos, interessadas em participar do

processo de indicação de que trata o parágrafo anterior deverão apresentar oficialmente ao Ministério da Educação o seu respectivo estatuto, quadro de associados e relatório das atividades relativas ao biênio anterior, no prazo e forma estabelecidos no ato de convocação.

§ 4º Decorrido o prazo estabelecido no ato de convocação, o Ministério da Educação confirmará, mediante publicação no Diário Oficial da União, as entidades associativas de âmbito nacional que estarão habilitadas a indicar o titular e os suplentes de cada área.

§ 5º As entidades habilitadas em cada área, de comum acordo e mediante processo por elas estabelecido, indicarão o respectivo titular e suplentes no prazo de quinze dias contado da data da publicação da habilitação no Diário Oficial da União.

§ 6º À recondução aplica-se o disposto nos parágrafos anteriores.

§ 7º A entidade associativa nacional que represente mais de uma área poderá ser, concomitantemente, habilitada pelo Ministério da Educação em cada uma delas.

§ 8º Em caso de não-indicação de titular ou suplentes, no prazo assinalado no ato de convocação, a escolha caberá ao Ministro de Estado da Educação.

Art. 34. O funcionamento da CNIED será regido por normas internas, aprovadas pela maioria de seus membros.

Art. 35. Integrará a Tomada de Contas Anual do Ministério da Educação, a ser encaminhada ao Tribunal de Contas da União, relatório relativo à avaliação dos projetos de Ensino a Distância previstos neste Decreto.

Seção II

Da Sistemática de Delegação

Art. 36. Nos termos do art. 19 da Lei nº X.XXX, de 24 setembro de 2002, resguardada a decisão final pela CNIED, a análise, a aprovação, o acompanhamento e a avaliação técnica dos projetos poderão ser delegados pelo Ministério da Educação aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, mediante instrumento jurídico que defina direitos e deveres mútuos.

Parágrafo único. A delegação prevista no *caput* deste artigo dependerá da existência de lei de incentivos fiscais para o Ensino a Distância, no âmbito dos Estados, do Distrito

Federal e dos Municípios, e de órgão colegiado, para análise e aprovação dos projetos, onde a sociedade tenha representação pelo menos paritária e as diversas áreas do Ensino a Distância estejam representadas.

Seção III

Da Divulgação do PRONED

Art. 37. Os cursos de Ensino a Distância e serviços resultantes do apoio do PRONED serão de utilização públicas, não podendo ser destinados ou restritos a circuitos privados ou a de particulares, exceto no que se refere ao Capítulo III deste Decreto.

§ 1º Os beneficiários deverão entregar ao Ministério da Educação pelo menos uma cópia do projeto pedagógico ou dos cursos de Ensino a Distância e outros financiados pelo PRONED, que lhes dará a destinação apropriada a estudos e pesquisas.

§ 2º O disposto no parágrafo anterior não exime os beneficiários do cumprimento das obrigações previstas no Decreto nº 1.825, de 20 de dezembro de 1907, e no art. 25 da Lei nº 8.401, de 8 de janeiro de 1992, no que se refere a livros, softwares, vídeos e filmes.

§ 3º É obrigatório a menção “Lei de Incentivo ao Ensino a Distância – Ministério da Educação” nos produtos e materiais resultantes dos projetos, bem como nas atividades relacionadas à sua difusão, divulgação, promoção e em sala de aula, no padrão a ser definido pelo Ministério da Educação, exceto no que se refere ao disposto no Capítulo III deste Decreto.

§ 4º O Ministério da Educação, por intermédio do FNED, providenciará a ampla divulgação do PRONED, sob a forma de videoconferência, teleconferência, vídeos, filmes, folhetos, manuais e outros instrumentos pedagógicos e multimídias.

Seção IV

Da Integração do PRONED no Sistema Nacional de Financiamento da Educação a Distância

Art. 38. Será estabelecido um sistema de intercâmbio de informações relativas ao apoio educacional do Ensino a Distância concedido pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, com a finalidade de evitar paralelismo e duplicidade no apoio aos projetos.

§ 1º Não se considera duplicidade ou paralelismo a agregação de recursos nos diferentes níveis de governo para cobertura financeira do projeto, desde que as importâncias captadas nas várias esferas não ultrapassem o seu valor total.

§ 2º A agregação de recursos a que se refere o parágrafo anterior não exime o mantenedor da aprovação do projeto em cada nível de governo, nos termos das respectivas legislações.

§ 3º A omissão de informação relativa ao recebimento de apoio financeiro de quaisquer outras fontes sujeitará o beneficiário às sanções e penalidades previstas na legislação do PRONED e em legislação especial.

Seção V

Das Disposições Finais e Transitórias

Art. 39. O Ministro da Educação expedirá as instruções necessárias ao cumprimento do disposto neste Decreto.

Art. 40. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 24 de setembro de 2002.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA DO BRASIL

Ministro da Educação e do Desporto

APÊNDICE B

PROJETO DE LEI ESTADUAL DE INCENTIVO AO ENSINO A DISTÂNCIA

GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

ANTEPROJETO DE LEI Nº 00.000, de 24 de setembro de 2002

Institui o Sistema de Ensino Estadual de Incentivo à Educação a Distância e adota outras providências.

GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica instituído, no âmbito do Estado de Santa Catarina, o Sistema de Ensino Estadual de Incentivo à Educação a Distância, com o objetivo de estimular o financiamento de projetos para a Educação a Distância, especialmente por parte de contribuintes do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), na forma e nos limites estabelecidos nesta Lei.

Parágrafo único. O Sistema de Ensino Estadual de Incentivo à Educação a Distância compreenderá os seguintes mecanismos:

I – Programa Estadual de Incentivo à Educação a Distância – PEIED;

II – Fundo Estadual de Incentivo à Educação a Distância – FEIED.

Art. 2º. O Programa Estadual de Incentivo à Educação a Distância (PEIED) destina-se ao financiamento de projetos educacionais a distância apresentados por colégio, escola,

curios superiores, associações, sindicatos ou agentes que se caracterizam como pessoas jurídicas de direito privado.

Art. 3º. O Fundo Estadual de Incentivo à Educação a Distância (FEIED) destina-se ao financiamento de projetos educacionais apresentados pelos órgãos públicos de educação das administrações municipais e estaduais.

§ 1º Em caráter excepcional poderão também ser beneficiados projetos de Educação a Distância, apresentados por instituições de direito privado, sem fins lucrativos e de utilidade pública estadual, que prestem relevantes serviços ao desenvolvimento educacional no Estado.

§ 2º. Os recursos destinados ao FEIED não poderão exceder a 50% (cinquenta por cento) do montante global fixado anualmente pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 4º. Constituem recursos do Fundo Estadual de Incentivo à Educação a Distância (FEIED):

- I – subvenções, auxílios e contribuições oriundos de organismos públicos e privados;
- II – doações de pessoas físicas e jurídicas, nacionais, estrangeiras e internacionais;
- III – transferências decorrentes de convênios e acordos;
- IV – outras receitas.

Parágrafo único. Os recursos do FEIED serão recolhidos, diretamente, ao Banco do Estado de Santa Catarina (BESC), em conta vinculada à Secretaria Estadual de Educação e Desporto de Santa Catarina.

Art. 5º. O Fundo Estadual de Incentivo à Educação a Distância (FEIED) financiará, no máximo, 80% (oitenta por cento) do custo total de cada projeto, devendo o proponente oferecer contrapartida equivalente aos 20% (vinte por cento) restantes.

§ 1º Para efeito de contrapartida, poderá o proponente optar pela alocação de recursos financeiros ou pela oferta de bens e serviços componentes no custo do projeto, que deverão ser devidamente avaliados pela comissão gestora do FEIED.

§ 2º No caso de a contrapartida ser feita mediante a alocação de recursos financeiros, o proponente deverá comprovar a circunstância de dispor desses recursos ou estar habilitado à obtenção do respectivo financiamento por meio de fonte devidamente identificada.

Art. 6º. Aos contribuintes do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) que aplicarem recursos financeiros em projetos educacionais a Distância aprovados pelo Conselho Estadual de Ensino serão permitidos, nas condições e nas formas estabelecidas em Decreto, a título de compensação, o lançamento ou a utilização como crédito do valor aplicado para dedução de valores devidos ao Estado, nos critérios e limites desta Lei.

Parágrafo único. A aplicação em projeto educacional a distância é caracterizada pela transferência de recursos financeiros por parte do contribuinte:

I – diretamente ao proponente do projeto aprovado pelo Conselho Estadual de Ensino.

II – em favor do Fundo Estadual de Incentivo à Educação a Distância (FEIED).

Art. 7º. A compensação de que trata o artigo anterior poderá corresponder a até 25% (vinte e cinco por cento) do saldo devedor do contribuinte a cada mês, respeitando-se os seguintes limites:

I – até 100% (cem por cento) do valor aplicado, no caso de doação;

II – até 80% (oitenta por cento) do valor aplicado, no caso de patrocínio;

III – até 50% (cinquenta por cento) do valor aplicado, no caso de investimento.

§ 1º Para efeito do disposto neste artigo, consideram-se:

I – doação: a transferência definitiva de bens e recursos, realizada sem qualquer proveito para o proponente;

II – patrocínio: das despesas do contribuinte com promoção ou publicidade na atividade da Educação a Distância, sem proveito pecuniário ou patrimonial direto;

III – investimento: a aplicação de recursos financeiros com proveito pecuniário ou patrimonial para o contribuinte com a implantação de salas de aula para recepção de aulas a distância.

§ 2º A dedução somente poderá ser iniciada pelo contribuinte 30 (trinta) dias após a efetiva transferência dos recursos financeiros, na forma estabelecida nesta Lei.

Art. 8º. O crédito tributário inscrito em dívida ativa até 31 de dezembro de 2001, poderá ser quitado com dedução de até 25% (vinte e cinco por cento), desde que o contribuinte, com o valor deduzido e nos limites estabelecidos nos incisos I a III do *caput* do

artigo 7º desta Lei, apóie financeiramente projetos educacionais a Distância na forma desta Lei.

§ 1º Para obter o benefício previsto neste artigo, o contribuinte incentivador apresentará requerimento à Secretaria de Estado da Fazenda e, no prazo de 5 (cinco) dias do seu deferimento, deverá:

I – efetuar o pagamento do crédito tributário com a dedução autorizada;

II – repassar diretamente ao proponente do projeto aprovado pelo Conselho Estadual de Ensino, ou recolher em favor do Fundo Estadual de Incentivo à Educação a Distância (FEIED) o valor correspondente à dedução.

§ 2º O Documento de Arrecadação (DAR) correspondente ao pagamento do crédito tributário deverá conter a expressão "Sistema de Ensino Estadual de Incentivo à Educação a Distância", seguida do número e data desta Lei e, ainda, do montante deduzido, em algarismos e por extenso, cujo valor deverá ser subtraído do valor do crédito, e a diferença apurada corresponderá ao total do recolhimento.

§ 3º Na hipótese de recolhimento parcelado do crédito tributário, as deduções autorizadas serão realizadas por ocasião do pagamento de cada parcela.

§ 4º A apresentação do requerimento a que se refere o § 1º deste artigo importa na confissão do débito tributário.

§ 5º O disposto neste artigo não se aplica ao crédito inscrito em dívida ativa decorrente do ato praticado com evidência do dolo, fraude ou simulação pelo sujeito passivo.

Art. 9º. O montante global dos incentivos previstos nos artigos 3º, 6º e 8º será fixado anualmente pelo Chefe do Poder Executivo, devendo ser equivalente a no mínimo 1,0% (um por cento) da receita líquida anual do Estado.

Art. 10. Poderão ser beneficiados por esta Lei projetos educacionais a Distância nas áreas de:

I – Recepção de Cursos a Distância para Treinamento, Reciclagem de Profissionais e Trabalhadores em instituição empregadora;

II – Recepção de Aula para Cursos Técnicos a Distância;

III – Recepção de Aulas para Curso de Ensino Médio a Distância;

IV – Geração e Recepção de Curso de Ensino a Distância em Colégios e Escolas Privadas;

V – Geração e Recepção de Curso de Ensino a Distância em Colégios e Escolas Públicas;

VI – Geração e Recepção de Curso de Ensino a Distância em Instituições de Ensino Superior;

Art. 11. Os projetos de Incentivo a Educação a Distância que pretendam obter incentivos deverão ser apresentados ao Conselho Estadual de Ensino, de acordo com o disposto pela regulamentação desta Lei.

Art. 12. O Conselho Estadual de Ensino (CEE) definirá, no prazo estabelecido em regulamento, dentre os proponentes habilitados na Secretaria de Estado da Fazenda, aqueles projetos considerados prioritários, aprovando-os a partir de pareceres por escrito, segundo critérios de relevância e oportunidade, e de sua competência.

Parágrafo único. Os proponentes e as entidades de classe representativas dos diversos segmentos educacionais terão acesso, em todos os níveis, à documentação referente aos projetos educacionais a distância beneficiados por esta Lei.

Art. 13. Os projetos aprovados e seus respectivos orçamentos deverão constar em portaria expedida pela Secretária da Educação e Desporto publicada no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina.

§ 1º A publicação da portaria prevista neste artigo autoriza o proponente a captar os recursos junto aos contribuintes, no caso de projetos encaminhados ao PEIED.

§ 2º A autorização para captação de recursos junto aos contribuintes terá validade de 1 (um) ano a contar da publicação da portaria.

Art. 14. Fica vedada a aprovação de projetos que não sejam estritamente de caráter para a Educação a Distância.

Art. 15. Os benefícios a que se refere esta Lei não serão concedidos a proponentes ou financiadores inadimplentes para com a Fazenda Pública Estadual, sem prejuízo do disposto no artigo 8º desta Lei.

Art. 16. Fica vedada a utilização do benefício fiscal em relação a projeto de doação de que seja beneficiário o próprio contribuinte, substituto tributário, seus sócios ou titulares.

Parágrafo único. A vedação prevista neste artigo estende-se aos ascendentes e descendentes até 2º grau, cônjuges ou companheiros dos titulares e sócios.

Art. 17. Na divulgação dos projetos financiados nos termos desta Lei, deverá constar, obrigatoriamente, o apoio institucional do Governo do Estado de Santa Catarina, por intermédio da Secretária da Educação e Desporto.

Art. 18. A utilização indevida dos benefícios concedidos por esta Lei, mediante fraude, simulação ou conluio, sujeitará os responsáveis a:

I – multa correspondente a 2 (duas) vezes o valor que deveria ter sido efetivamente aplicado no projeto, sem prejuízo de outras sanções civis, penais ou tributárias;

II – pagamento do débito tributário de que trata o *caput* do artigo 3º desta Lei, acrescido dos encargos previsto em Lei.

Art. 19. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a promover as alterações orçamentárias necessárias à implementação desta Lei.

Art. 20. Esta Lei deverá ser regulamentada no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data de sua publicação.

Art. 21. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 22. Revogam-se as disposições em contrário.

Florianópolis, 24 de setembro de 2002.

Governador do Estado de Santa Catarina

DECRETO Nº XX.XXX, de 23 de dezembro de 2002.

Regulamenta a Lei nº XX.XXX, de 24 de setembro de 2002, que institui o Sistema de Ensino Estadual de Incentivo a Educação a Distância, e adota outras providências.

O Governador do Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 71, incisos III e IV, da Constituição do Estado, e tendo em vista o disposto na Lei nº XX.XXX, de 24 de setembro de 2001, que institui o Sistema de Ensino Estadual de Incentivo à Educação a Distância e adota outras providências,

D E C R E T A:**CAPÍTULO I****DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º. Sistema de Ensino Estadual de Incentivo à Educação a Distância (SEIED), instituído através da Lei nº XX.XXX, de 24 de setembro de 2001, obedecerá aos preceitos desta, bem como aos da presente Regulamentação.

Art. 2º. Para efeito deste Regulamento consideram-se:

I – Projeto Educacional a Distância: proposta de implantação de geração, transmissão e recepção de imagens, sons e dados digitalizados, de conteúdo educacional de ação ou evento específico ao desenvolvimento intelectual, educacional e cultural de toda a população de Santa Catarina;

II – Incentivo Fiscal: lançamento ou utilização, como crédito do recurso financeiro aplicado em projetos educacionais a distância por contribuinte do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte

Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), a título de compensação, para dedução dos valores devidos ao Estado, na forma e nos limites estipulados em Lei;

III – Instituição Educacional: pessoa jurídica com cadastro na Junta Comercial, Receita Federal, Secretaria da Educação e Desporto e ou Ministério da Educação (MEC), estabelecida no Estado de Santa Catarina, diretamente responsável pelo projeto educacional a distância a ser beneficiado pelo incentivo fiscal;

IV – Contribuinte: estabelecimento inscrito no Cadastro de Contribuintes do ICMS do Estado de Santa Catarina que venha a apoiar financeiramente, por meio de mecanismos de doação, patrocínio ou investimento, projetos educacionais a distância previamente aprovados pelo Conselho Estadual de Ensino e Secretária da Educação e Desporto, a transferir recursos financeiros diretamente ao Fundo Estadual de Incentivo à Educação a Distância (FEIED);

V – Doação: transferência definitiva de bens e recursos, realizada sem qualquer proveito patrimonial, de promoção ou publicidade para o contribuinte;

VI – Patrocínio: despesas do contribuinte com promoção ou publicidade em atividade durante curso educacional a distância, sem proveito patrimonial ou pecuniário direto;

VII – Investimento: aplicação de recursos financeiros em atividades na educação a distância com proveito pecuniário ou patrimonial para o contribuinte com a implantação de salas de recepção;

VIII – Dirigente Educacional: profissional domiciliado no Estado de Santa Catarina, responsável ou atuante em setor de administração pública da área de educação;

IX – Produto Educacional: artefato educacional fixado em suporte material de qualquer espécie, com possibilidades de reprodução, comercialização, ou distribuição gratuita;

X – Evento: acontecimento de caráter educacional de existência limitada a sua realização;

XI – Biblioteca: instituição de acesso público destinado à promoção da leitura e difusão do conhecimento, congregando acervos de livros, periódicos e congêneres organizados para o estudo, pesquisa e consulta, nas modalidades de bibliotecas pública, escolar, universitária e especializada;

XII – Arquivo: instituição de acesso público destinado à preservação da memória documental, de natureza histórica, administrativa, cartorial ou eclesiástica;

XIII Ensino Superior: colégios e escolas privadas sem ou com fins lucrativos, autorizados no Ministério da Educação – Secretária de Ensino Superior – SESU e credenciados como faculdades integradas, faculdades, instituto superior ou escola superior;

XIV – Recepção de Aula (curso) a Distância para desenvolvimento intelectual cultura: sala de aula com metragem de superior a 60 metros quadrados, mobiliário educacional, equipada com televisão superior a 34 polegadas, câmeras específicas para o ensino a distância, videocassete, microfones, computadores e demais equipamentos necessários para a explanação (recepção) de aula teórica por professor não presencial, possibilitando a interação em tempo real entre aluno e professor em locais distintos, instalados em empresas, indústrias, associações, sindicatos, colégios, escolas, faculdades e demais setores de atividade mercantilista e comunitária.

XV – Recepção de Aula a Distância para Curso Técnicos: sala de aula com metragem de superior a 60 metros quadrados, mobiliário educacional, equipada com televisão superior a 34 polegadas, câmeras específica para o ensino a distância, videocassete, microfones, computadores e demais equipamentos necessários para a explanação (recepção) de aula teórica por professor não presencial, possibilitando a interação em tempo real entre aluno e professor em locais distintos, instalados em instituição de ensino credenciada a Conselho, Ordem e Instituições regulamentadoras e representativas de profissionais liberais.

XVI – Recepção de Aulas a Distância para o Ensino Médio: sala de aula com metragem superior a 60 metros quadrados, mobiliário educacional, equipada com televisão superior a 34 polegadas, câmera de gravação específica para o ensino a distância, videocassete, microfones, computadores e demais equipamentos necessários para a explanação (recepção) de aula teórica por professor não presencial, possibilitando a interação em tempo real entre aluno e professor em locais distintos, instalados em instituição de ensino pública ou privado, autorizada e credenciada na Secretária de Educação de Estado do Município e do Estado.

XVII – Geração, Transmissão e Recepção de Ensino a Distância em Colégios e Escolas Públicas e Privadas – Elaboração, produção de material gráfico, digital, multimídia e de caráter pedagógico a distância (remoto) para geração de cursos, aulas, treinamentos durante transmissão e recepção de aulas a distância para o Ensino Médio: sala de aula com metragem superior a 60 metros quadrados, mobiliário educacional, equipada com televisão superior a 34 polegadas, câmera de gravação específica para o ensino a distância, videocassete, microfones, computadores e demais equipamentos necessários para a explanação (transmissão) e recepção de aula teórica por professor não presencial,

possibilitando a interação em tempo real entre aluno e professor em locais distintos, instalados em instituição de ensino pública ou privado, autorizada e credenciada na Secretária de Educação de Estado do Município e do Estado.

XVIII – Geração, Transmissão e Recepção de Ensino a Distância em Colégios, Escolas Públicas e Privadas – Elaboração, produção de material gráfico, digital, multimídia e de caráter pedagógico a distância (remoto) para geração de cursos, aulas, treinamentos durante transmissão e recepção de aulas a distância para o Ensino Médio: sala de aula com metragem superior a 60 metros quadrados, mobiliário educacional, equipada com televisão superior a 34 polegadas, câmera de gravação específica para o ensino a distância, videocassete, microfones, computadores e demais equipamentos necessários para a explanação (transmissão) e recepção de aula teórica por professor não presencial, possibilitando a interação em tempo real entre aluno e professor em locais distintos, instalados em instituição de ensino pública ou privada, autorizada e credenciada na Secretária de Educação de Estado do município e do Estado.

XIX – Geração, transmissão e Recepção de Ensino a Distância em Instituições de Ensino Superior; Elaboração, produção de material gráfico, digital, multimídia e de caráter pedagógico a distância (remoto) para geração de cursos, aulas, treinamentos durante transmissão e recepção de aulas a distância para o Ensino Médio: sala de aula com metragem superior a 60 metros quadrados, mobiliário educacional, equipada com televisão superior a 34 polegadas, câmera de gravação específica para o ensino a distância, videocassete, microfones, computadores e demais equipamentos necessários para a explanação (transmissão) e recepção de aula teórica por professor não presencial, possibilitando a interação em tempo real entre aluno e professor em locais distintos, instalados em instituição de ensino pública ou privada, autorizada e credenciada na Secretária de Educação de Estado do município e do Estado.

XX – Multimídia: linguagens relacionadas à manipulação virtual de textos, sons, imagens, respectivamente, com o registro em fita magnética. Artefatos de poliéster, películas cinematográficas e videográficas, ou seja, registro de sons e imagens em matérias de poliéster, acrílico e películas especiais, obedecendo a um roteiro ou *script* determinado;

XXI – Literatura: área de produção de conhecimento utilizando a arte de escrever nos gêneros de teses, dissertações, textos científicos, pedagógicos, artigos e ensaios, entre outros.

CAPÍTULO II

DO SISTEMA DE ENSINO ESTADUAL DE INCENTIVO À EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA – SEIED

Seção I

Dos Objetivos

Art. 3º. O Sistema De Ensino Estadual de Incentivo à Educação a Distância (SEIED) tem como objetivo o apoio financeiro a projetos educacionais a distância, por meio dos mecanismos estabelecidos nesta Regulamentação.

Seção II

Da Executiva de Apoio à Educação a Distância – EXAED

Art. 4º. Fica criada a Executiva de Apoio à Educação a Distância (EXAED) na estrutura administrativa da Secretária de Educação e Desporto (SED), como comissão gestora do Sistema de Ensino Estadual de Incentivo à Educação a Distância (SEIED).

§ 1º Subordinada diretamente ao Gabinete do Secretário da Educação e Desporto, a EXAED será formada por no mínimo 4 (quatro) servidores lotados na Secretária de Educação e Desporto e na Secretaria de Estado da Fazenda (SEF), observada a paridade.

§ 2º Caberá à EXAED coordenar todos os trâmites administrativos necessários ao pleno funcionamento do SEIED, inclusive os relacionados à difusão da Lei e à orientação de proponentes, dirigentes educacionais e dos contribuintes do ICMS.

Seção III

Do Investimento pelo Estado

Art. 5º. O montante global do ICMS a ser utilizado em projetos educacionais a distância, equivalente a, no mínimo, 1% (Um por cento) da receita líquida anual, será fixado anualmente, no mês de janeiro, por meio de ato do Chefe do Poder Executivo, tomando-se por base a arrecadação do ano anterior.

Parágrafo único. O mesmo ato fixará o montante máximo a ser destinado ao Fundo Estadual de Incentivo à Educação a Distância (FEIED), não podendo exceder a 50% (cinquenta por cento) do montante global anual, na forma da Lei.

Art. 6º. Caberá à EXAED, sob supervisão da SEF, o controle de saldo do montante global anual de renúncia fiscal.

Parágrafo único. Ao atingir o montante previsto a que se refere o art. 5º, a SED expedirá portaria adiando temporariamente o recebimento de projetos educacionais a distância, até o início do exercício financeiro subsequente.

Seção IV

Do Benefício ao Contribuinte

Art. 7º. Aos contribuintes do ICMS que aplicarem recursos financeiros em projetos educacionais a distância aprovados pelo Conselho de Estadual de Ensino (CEE) serão permitidos, nas condições e na forma estabelecidas no presente Regulamento, a título de compensação, o lançamento ou a utilização como crédito do valor aplicado para dedução de valores devidos ao Estado, nos critérios e limites da Lei.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica ao ICMS devido por responsabilidade, inclusive o decorrente de substituição tributária, e pelo diferencial de alíquota.

Art. 8º. A compensação de que trata o artigo anterior poderá corresponder a até 5% (cinco por cento) do saldo devedor do contribuinte a cada mês, respeitando-se os seguintes limites:

- I – até 100% (cem por cento) do valor aplicado, no caso de doação;
- II – até 80% (oitenta por cento) do valor aplicado, no caso de patrocínio;
- III – até 50% (cinquenta por cento) do valor aplicado, no caso de investimento.

Art. 9º. O crédito tributário inscrito em dívida ativa até 31 de dezembro de 2001 poderá ser quitado com dedução de até 25% (vinte e cinco por cento), desde que o contribuinte, com o valor deduzido e nos limites estabelecidos no artigo anterior, apóie financeiramente projetos educacionais a distância na forma da Lei.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica ao crédito inscrito em dívida ativa decorrente de ato praticado com evidência de dolo, fraude ou simulação pelo sujeito passivo.

Art. 10. O apoio financeiro poderá ser repassado diretamente do contribuinte ao proponente por meio do mecanismo do Programa Estadual de Incentivo à Educação a Distância (PEIED), ou em favor do Fundo Estadual de Ensino de Incentivo à Educação a Distância (FEIED).

Art. 11. Fica vedado o benefício de doação fiscal em relação a projetos de que sejam beneficiários os próprios contribuintes/proponentes, substitutos tributários, seus sócios ou titulares.

Parágrafo único. A vedação prevista neste artigo estende-se aos ascendentes e descendentes até 2º grau, cônjuges ou companheiros dos titulares e sócios.

Seção V

Do Programa Estadual de Incentivo à Educação a Distância – PEIED

Art. 12. O PEIE destina-se ao financiamento de projetos educacionais a distância apresentada por proponentes que se caracterizem como pessoa jurídica de direito privado.

Art. 13. Terão prioridade, entre os projetos educacionais a distância beneficiada pelo PEIED, aqueles relacionados à elaboração de projetos para a implantação de salas de recepção, transmissão e geração de cursos de educação a distância, bem como eventos comprometidos com a formação intelectual pedagógica a distância.

Seção VI

Do Fundo Estadual de Incentivo à Educação a Distância – FEIED

Art. 14. O FEIED destina-se ao financiamento de projetos educacionais a distância apresentada pelos órgãos públicos, colégios e escolas das administrações municipais e estadual.

Parágrafo único. Em caráter excepcional poderão também ser beneficiados projetos educacionais a distância apresentados por instituições educacionais de direito privado, sem fins lucrativos e de utilidade pública estadual.

Art. 15. A aprovação de projetos educacionais destinados ao FEIED somente ocorrerá a partir da entrada efetiva de recursos financeiros correspondentes a, no mínimo, 10% (dez por cento) do montante global do ICMS fixado anualmente pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 16. Constituem recursos do FEIED:

I – subvenções, auxílios, deduções e contribuições oriundas de organismos públicos e privados;

II – doações de pessoas físicas e jurídicas, nacionais, estrangeiras e internacionais;

III – transferências decorrentes de convênios e acordos;

IV – outras receitas.

Parágrafo único. Os recursos serão recolhidos diretamente ao Banco do Estado de Santa Catarina (BESC), em conta específica vinculada à SED, nominativa ao FEIED.

Art. 17. O FEIED financiará, no máximo, 80% (oitenta por cento) do custo total de cada projeto educacional a distância aprovado, devendo o proponente oferecer contrapartida equivalente aos 20% (vinte por cento) restantes.

§ 1º Para efeito de contrapartida, poderá o proponente optar pela alocação de recursos financeiros ou pela oferta de bens e serviços componentes no orçamento detalhado do projeto educacional a distância aprovado.

§ 2º No caso de a contrapartida ser feita mediante a alocação de recursos financeiros, o proponente deverá comprovar a circunstância de dispor desses recursos ou estar habilitado à obtenção do respectivo financiamento por meio de fonte devidamente identificada.

Art. 18. Terão prioridade, entre os projetos educacionais beneficiados pelo FEIED, aqueles relacionados à implantação de salas de geração, transmissão e recepção de aulas a distância em escolas colégios e bibliotecas públicas.

CAPÍTULO III

DOS PROJETOS EDUCACIONAIS À DISTÂNCIA

Seção I

Das Condições de Participação

Art. 19. Somente poderão ser objeto de incentivo financeiro, por meio do benefício fiscal previsto em Lei, projetos educacionais a distância nas áreas de:

I – Ensino Médio a Distância;

II – Cursos Profissionalizantes e Educacionais à Distância;

III – Ensino Superior – Graduação – Mestrado – Doutorado;

IV – Bibliotecas e Instituições de Arquivos e Documentos Históricos.

Art. 20. O projeto educacional a distância incentivado deverá utilizar, total ou parcialmente, recursos humanos, materiais, técnicos e naturais disponíveis no Estado de Santa Catarina.

Art. 21. O lançamento dos Cursos Educacionais a Distância, inauguração de infra-estruturas para o Ensino a Distância, estréias ou aberturas dos eventos relacionados aos projetos incentivados deverão ser, obrigatoriamente, no Estado de Santa Catarina.

Art. 22. Não poderão ser beneficiados projetos educacionais a distância cujos incentivos pleiteados ultrapassem a 5% (cinco por cento) do montante global do ICMS, fixado na forma do art. 5º.

Art. 23. Não serão concedidos os benefícios da Lei a contribuintes/proponentes inadimplentes para com a Fazenda Pública Estadual, sem prejuízo no disposto no art. 9º deste Regulamento.

Seção II

Da Tramitação dos Projetos

Art. 24. Os projetos educacionais a distância que pretendam obter os incentivos previstos em Lei deverão ser apresentados à EXAED, na estrutura administrativa da SED.

Subseção I

Do Encaminhamento

Art. 25. O contribuinte/Proponente deverá preencher, em duas vias, o Formulário de Encaminhamento previsto no anexo I deste Regulamento, acompanhado da seguinte documentação:

I – se pessoa jurídica de direito público: cópia autenticada do cartão de inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes (CGC); cópia autenticada do registro de identidade e do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) do representante legal da instituição; cópia autenticada do termo de posse do representante legal da instituição; relatório de atividades educacionais da instituição nos últimos 2 (dois) anos; cópia autenticada da Certidão Negativa de Débito para com a Fazenda Pública Estadual; cópia autenticada de comprovante de domicílio no Estado de Santa Catarina há mais de 3 (três) anos;

II – se pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos: cópia autenticada do cartão de inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes (CGC); cópia autenticada do registro de identidade e do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) do representante legal da instituição; cópia autenticada da ata de constituição da atual diretoria da instituição; cópia autenticada do estatuto e/ou regimento da instituição; cópia autenticada da Lei que declara a instituição como de Utilidade Pública Estadual; relatório de atividades educacionais da instituição nos últimos 2 (dois) anos; cópia autenticada da Certidão Negativa de Débito para com a Fazenda Pública Estadual; cópia autenticada de comprovante de domicílio no Estado de Santa Catarina há mais de 3 (três) anos;

III – se pessoa jurídica de direito privado com fins lucrativos: cópia autenticada do cartão de inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes (CGC); cópia autenticada do registro de identidade e do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) do representante legal da empresa; cópia autenticada do contrato social da empresa; relatório de atividades educacional da

empresa nos últimos 2 (dois) anos; cópia autenticada da Certidão Negativa de Débito para com a Fazenda Pública Estadual; cópia autenticada de comprovante de domicílio no Estado de Santa Catarina há mais de 3 (três) anos.

Subseção II

Da Tramitação na EXAED

Art. 26. O projeto educacional a distância encaminhado à EXAED, na estrutura administrativa da SED, será imediatamente protocolado, recebendo numeração de processo e numeração de ordem no SEIED.

Art. 27. Ao dar entrada na EXAED, o projeto educacional a distância será analisado em seu aspecto formal de preenchimento, compatibilidade de custos orçamentários com os valores de mercado, verificação de débitos do proponente/contribuinte para com a Fazenda Pública Estadual, bem como da legalidade e autenticidade dos documentos acostados.

§ 1º Se apontada a necessidade de diligência, o contribuinte/proponente será oficiado, devendo encaminhar posteriormente os documentos, informações complementares e/ou reparos apontados.

§ 2º No caso do parágrafo anterior, o projeto educacional a distância somente continuará tramitando após o atendimento, por parte do contribuinte/proponente, de todas as complementações e reparos solicitados.

Art. 28. A EXAED encaminhará os projetos educacionais a distância à análise do Conselho Estadual de Educação (SEE), que, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, devolverá os mesmos acompanhados de seus respectivos pareceres, aprovados ou não em sessão plenária.

Art. 29. Os projetos aprovados e seus respectivos orçamentos deverão constar em portaria expedida pela SED e publicada no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina.

§ 1º No caso de projetos encaminhados ao PEIED, a publicação da portaria prevista neste artigo autoriza o proponente/contribuinte a captar os recursos junto aos contribuintes pelo período de 1 (um) ano.

§ 2º No caso de projeto encaminhado ao FEIED, a publicação autoriza a celebração de convênio entre a SED e a instituição beneficiada, ocorrendo o repasse dos recursos no prazo estipulado.

Art. 30. A decisão sobre a análise do projeto educacional a distância deverá ser comunicada por escrito ao contribuinte/proponente.

§ 1º No caso de decisão positiva, a EXAED encaminhará, no prazo de 3 (três) dias úteis da publicação da portaria, cópia da mesma e orientação para captação de recursos ou viabilização de convênio.

§ 2º No caso de decisão negativa, a EXAED deverá comunicar ao proponente/contribuinte no prazo máximo de 3 (três) dias úteis da devolução do processo pelo CEE.

§ 3º Da decisão negativa caberá recurso à EXAED no prazo de 10 (dez) dias, devendo esta decidir, após novo encaminhamento ao CEE, no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 31. Toda a tramitação do projeto, entre sua entrada na EXAED até a publicação da portaria no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, não poderá exceder a 60 (sessenta) dias, salvo se ocorrer necessidade de diligência, conforme o § 1º do art. 27 deste Regulamento.

Subseção III

Da Tramitação no Conselho Estadual de Ensino – CEE

Art. 32. Ao dar entrada no CEE, o Presidente encaminhará os projetos educacionais a distância à análise de acordo com a área específica de cada um.

Art. 33. Os projetos educacionais a distância serão analisados segundo critérios de relevância e oportunidade, considerando o disposto nos arts. 13 e 18, devendo ser emitidos pareceres por escrito, no prazo de 20 (vinte) dias.

§ 1º Cada parecer será redigido por um relator escolhido entre os membros do Conselho Estadual De Ensino.

§ 2º Um mesmo parecer poderá tratar da aprovação de um ou mais projetos educacionais a distância.

§ 3º Submetido à aprovação interna junto aos demais membros do conselho, o parecer deverá seguir à aprovação final em sessão plenária do CEE.

Art. 34. Fica vedada a aprovação de projetos educacionais a distância de que o proponente ou seu beneficiário direto ou indireto seja membro do CEE.

Parágrafo único. Na hipótese de existirem projetos em que o proponente seja uma das instituições representadas no CEE, o representante da mesma, durante o processo de análise e aprovação, não terá direito a voz e voto.

Art. 35. Ordinariamente, o CEE deverá se reunir uma vez por mês, incluindo em sua ordem do dia as reuniões para a análise de projetos educacionais distância encaminhados ao SEIED, bem como o respectivo parecer.

Parágrafo único. Havendo demanda, o presidente do CEE poderá convocar sessões extraordinárias específicas.

Art. 36. As entidades de classe representativas dos diversos segmentos educacionais, por meio de seus representantes no CEE, poderão ter acesso, em todos os níveis, a toda documentação referente aos projetos educacionais a distância ao SEIED.

CAPÍTULO IV

DA CAPTAÇÃO E DA DEDUÇÃO

Seção I

Da Captação Junto ao Contribuinte

Art. 37. O contribuinte/proponente, comunicado da decisão favorável ao projeto, deverá providenciar a abertura de conta corrente específica, no Banco do Estado de Santa Catarina (BESC), em nome do projeto aprovado.

Art. 38. No caso do PEIED, o contribuinte/proponente buscará captar recursos financeiros junto aos contribuintes do ICMS e, após obtê-los, passará, no prazo de 3 (três)

dias úteis, na forma do anexo II deste Regulamento, recibo em 4 (quatro) vias com a seguinte destinação:

I – 1a. via – Contribuinte;

II – 2a. via – Proponente;

III – 3a. e 4a. vias – EXAED, que remeterá a 4a. via à SEF.

§ 1º Juntamente com o recibo, o proponente deverá encaminhar duas cópias autenticadas da Certidão Negativa de Débito para com a Receita Pública Estadual, nominativa ao contribuinte incentivador, sem prejuízo ao disposto no art. 9º do presente Regulamento.

§ 2º A não-apresentação do recibo e da certidão impossibilita o contribuinte a proceder a dedução.

Art. 39. Os recursos captados deverão ser depositados em conta corrente, de acordo com o disposto no art. 37, e só poderão ser utilizados a partir da captação equivalente a 20% (vinte por cento) do orçamento total do projeto aprovado.

§ 1º O proponente/contribuinte deverá comprovar a captação prevista neste artigo com a apresentação, junto à EXAED, do extrato bancário correspondente.

§ 2º A EXAED emitirá, no prazo de 3 (três) dias úteis do recebimento do extrato, autorização para utilização dos recursos.

§ 3º Na hipótese de não atingir o percentual previsto no presente artigo, e encerrado o prazo para a captação, o proponente/contribuinte deverá providenciar o depósito dos recursos captados junto ao FEIED, no prazo de 7 (sete) dias úteis.

Art. 40. A SED caberá captar, junto aos contribuintes do ICMS, recursos financeiros para o FEIED.

Parágrafo único. Após obtê-los, a SED deverá proceder em conformidade ao disposto no art. 39 deste Regulamento.

Seção II

Da Dedução do ICMS

Art. 41. A dedução do ICMS, na forma e nos limites estabelecidos no presente Regulamento, somente poderá ser iniciada pelo contribuinte 30 (trinta) dias após a efetiva

transferência dos recursos financeiros, com base na data do recibo fornecido pelo contribuinte/proponente ou, no caso do FEIED, pela SED.

Parágrafo único. O Documento de Arrecadação (DAR), correspondente ao pagamento do crédito tributário inscrito em dívida ativa até 31 de dezembro de 2001, deverá conter a expressão "Sistema Estadual de Incentivo à Educação a Distância – Lei nº XX.XXX, de 24 de setembro de 2001" e, ainda, o montante deduzido, em algarismo e por extenso, cujo valor deverá ser subtraído do valor do crédito, e a diferença apurada corresponderá ao total do recolhimento, em conformidade com a Lei nº 10.297, de 26 de dezembro de 1996.

Art. 42. Para obter o benefício previsto no art. 9º, específico para a quitação da dívida ativa, o contribuinte deverá apresentar, na forma do Anexo III deste Regulamento, requerimento à Procuradoria Geral do Estado (PGE) e, no prazo de 5 (cinco) dias do seu deferimento, deverá:

I – efetuar o pagamento do crédito tributário com a dedução autorizada;

II – repassar diretamente ao proponente ou ao FEIED o valor correspondente à dedução.

§ 1º A PGE terá o prazo de 3 (três) dias úteis para deferir ou não o requerimento citado neste artigo.

§ 2º A apresentação do requerimento a que se refere este artigo importa na confissão do débito.

§ 3º O Documento de Arrecadação (DAR) correspondente ao pagamento do crédito tributário deverá ser preenchido em conformidade ao disposto no parágrafo único do art. 41.

§ 4º Na hipótese de recolhimento parcelado do crédito tributário, as deduções autorizadas serão realizadas por ocasião do pagamento de cada parcela.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Seção I

Da Divulgação do Projeto

Art. 43. Será obrigatórias a inserção e a veiculação do nome e símbolos oficiais do Governo do Estado de Santa Catarina, da SED e da Lei Estadual de Incentivo à Educação a Distância em todo o material de divulgação e pedagógico do projeto educacional a distância incentivada.

Seção II

DA Prestação de Contas

Art. 44. O prazo para conclusão do projeto educacional a distância não poderá ultrapassar 12 (doze) meses do recebimento da primeira parcela do incentivo, prorrogável por até 6 (seis) meses, havendo solicitação por escrito encaminhada à EXAED.

Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se também no caso da não-execução do projeto.

Art. 45. Ao término de 30 (trinta) dias da execução do projeto, o proponente apresentará à EXAED, em duas vias, prestação de contas detalhada dos recursos recolhidos e despendidos, comprovados por meio de faturas, notas fiscais, extratos bancários e recibos, entre outros documentos exigidos, em conformidade com o Anexo IV.

Parágrafo único. O não-atendimento ao prazo deste artigo, ou a ausência de justificativa devidamente aceita pela EXAED, impedirá o proponente de ter novos projetos aprovados pelo prazo de 2 (dois) anos.

Art. 46. O proponente/contribuinte se obriga a fornecer à EXAED todo o material publicitário e promocional relacionado ao projeto incentivado, que passará a fazer parte da memória deste.

Art. 47. A EXAED poderá determinar vistorias, avaliações, perícias, análises e demais levantamentos que sejam necessários à perfeita observância deste Regulamento, em qualquer fase de realização do projeto educacional a distância, comunicando à SEF ou à PGE, conforme o caso, qualquer irregularidade que envolva contribuintes do ICMS.

Seção III

Das Disposições Finais

Art. 48. O Secretário da Educação e Desporto, o Secretário de Estado da Fazenda e o Procurador Geral do Estado ficam autorizados, no âmbito das suas respectivas pastas, a baixar normas complementares, necessárias ao fiel cumprimento do disposto neste Regulamento.

Parágrafo único. O Secretário da Educação e Desporto fica autorizado a expedir normas necessárias a alterações nos anexos deste Regulamento.

Art. 49. A utilização indevida dos benefícios concedidos pela Lei XX.XXX, de 24 de setembro de 2001, bem como pelas normas estabelecidas neste Regulamento, mediante fraude, simulação ou conluio, sujeitará os responsáveis a:

I – multa correspondente a 2 (duas) vezes o valor que deveria ter sido efetivamente aplicado no projeto, sem prejuízo de outras sanções civis, penais ou tributárias;

II – pagamento do débito tributário de que tratam os artigos 6º e 7º da Lei 10.929, acrescidos dos encargos previstos em Lei.

Parágrafo único. Os recursos obtidos pelas multas e pagamentos previstos neste artigo, exceto os de natureza tributária, deverão ser creditados diretamente ao FEIED, para a aplicação em novos projetos educacionais a distância.

Art. 50. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 51. Revogam-se as disposições em contrário.

Florianópolis, 24 de dezembro de 2002.

Governador do Estado

DECRETO Nº XXX, de 29 de dezembro de 2002.

Fixa para o exercício de 2003 o montante do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) a ser utilizado em projetos educacionais a distância e a parcela destinada ao Fundo de Incentivo à Educação a Distância (FEIED).

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso da competência privativa que lhe confere a Constituição do Estado, art. 71, incisos III e IV, as disposições da Lei nº XX.XXX, de 24 de setembro de 2002, art. 3º, § 2º, e art. 9º, e do Decreto nº X.XXX, de 23 de dezembro de 2002, art. 5º, e

Considerando que a Lei de nº. XX.XXX, de 24 de setembro de 2002, determina que os projetos educacionais a distância devam ser financiados com a receita dos Impostos sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS),

Considerando que o art. 9º da referida Lei determina que o Chefe do Poder Executivo, anualmente, defina o montante global do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) a ser aplicado a título de incentivos em projetos Educacionais a Distância,

Considerando, ainda, a determinação da Lei para que o Chefe do Poder Executivo no mesmo ato fixe o montante que se destinará à formação do Fundo Estadual de Incentivo a Educação a Distância (FEIED), que tem por finalidade financiar os projetos educacionais a distância apresentada por órgãos públicos das administrações municipais e estadual.

D E C R E T A:

Art. 1º. O montante global do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) a ser utilizado em projetos educacionais a distância no exercício de 2002 fica fixado em R\$ 5.500.000,00 (cinco milhões e quinhentos mil reais).

Art. 2º. Do montante previsto no artigo anterior, R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) destinar-se-ão à formação do Fundo de Incentivo à Educação a Distância (FEIED).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, 29 de dezembro de 2002.

Governador do Estado